



Câmara Municipal de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

: 01-0776/1996 DE 1996

MATERIA LEGISLATIVA: PL

01-0776/1996 DE 26/09/1996

PROMOVENTE: EXECUTIVO

PAULO MALUF

EMENTA:

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL 95/97, FICA INCLUIDO NO ANEXO I, DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 2º., DO ARTIGO 1 DA LEI Nº. 11.714, de 30 DE DEZEMBRO DE 1994, O OBJETIVO E DIRETRIZ QUE SE SEGUE: IMPLANTAÇÃO DO PROJ. VEÍCULOS LEVES SOBRE PNEUS, FORA FILA E DA OUTRAS PROV..

OBSERVAÇÕES:

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
27/10/2010 10:48:23

00000014560-24



ARQUIVADO - 22050

01-0776/1996

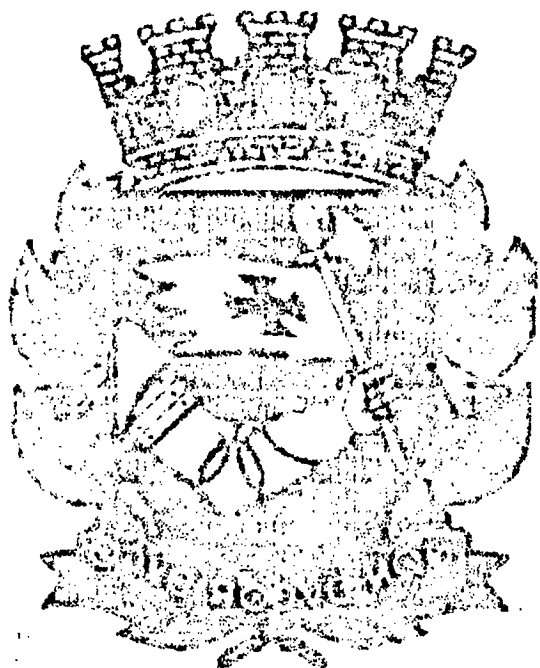
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DAS FINANÇAS
ASSESSORIA GERAL DO ORÇAMENTO



REVISÃO DO
PLANO PLURIANUAL

95/97

LEI 11.714/94



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) justificação de documento(s) rubricado(s) sob n.º 2019, para a formação sob n.º 20 / 05 / 10 / 96 a ()

PROJETO DE LEI 01 - FL.
01-0776/1996

Folha n.º 02 de 02
n.º 176 de 1996

DE 1996.

A Encaminhar à douta Comissão de
Finanças e Orçamento.

Em 30/9/96

Dispõe sobre o Plano Plurianual 95/97.

PAULO MALUF, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial do Artigo 5º da Lei nº 11.714, de 30 de dezembro de 1994,

Artigo 1º - Fica incluído no Anexo I, de que trata o parágrafo 2º, do Artigo 1º da Lei nº 11.714, de 30 de dezembro de 1994, o objetivo e diretriz que se segue:

TRANSPORTE

- Implantação do Projeto Veículos Leves sobre Pneus, - "Fura Fila", com o objetivo de dar maior fluidez ao transporte coletivo da cidade.

Artigo 2º - As despesas de capital, despesas de custeio delas decorrentes e os programas de duração continuada, a preços de junho/96, constantes do Anexo II, da Lei nº 11.714, de 30 de dezembro de 1994, ficam revisados e atualizados para o exercício de 1997 conforme quadros anexos à presente lei.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1997, revogadas as disposições em contrário.

SEÇÃO DE REVISÃO

30 SET 1996

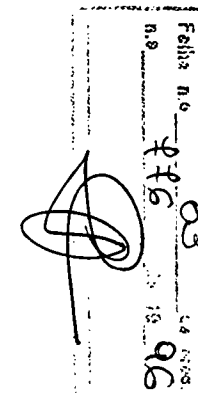
-DT. 10-



CONSOLIDAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL
(em reais de junho/96)

ÓRGÃOS	1997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
GABINETE	1.000.000	250.000	250.000	250.000	250.000
SAR	15.000.000	3.636.000	3.742.500	3.877.500	3.744.000
SEMPA	5.787.772	1.402.956	1.444.049	1.496.139	1.444.628
SEHAB	483.883.171	102.220.792	177.220.794	102.220.794	102.220.791
SMA	3.000.000	375.000	375.000	375.000	1.875.000
SME	105.187.800	14.275.118	36.006.410	40.128.387	14.777.885
SMS	938.712.000	114.817.782	294.065.311	348.229.390	181.599.517
SEME	22.602.786	3.000.696	13.200.697	3.400.697	3.000.696
SMT	509.651.744	127.412.936	127.412.936	127.412.936	127.412.936
SVP	542.470.000	125.392.500	145.842.500	144.892.500	126.342.500
SSO	22.530.000	3.547.826	7.265.561	5.398.897	6.317.716
FABES	52.614.120	5.544.039	15.779.848	23.262.480	8.027.753
SMC	27.064.886	8.884.439	7.925.738	7.486.250	2.768.459
SEMAB	88.411.040	26.546.311	22.642.075	28.318.069	10.904.585
SVMA	40.668.038	6.509.799	20.788.641	6.909.799	6.459.799
TOTAL	2.858.583.357	543.816.194	873.962.060	843.658.838	597.146.265

97CONPLU.XLS



ANEXO À LEI Nº

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 95/97 - LEI 11.714/94

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1.996)

SECRETARIA DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS - SAR - 12

OBRAS E PROGRAMAS	METAS	CUSTO	REGIÃO			
	1.997	1.997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1. DESPESAS DE CAPITAL	-	0	0	0	0	0
2. CUSTEIO DECORRENTE DAS DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
3. PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						
3.1 Construção, Ampliação e Reforma de Dependências da SAR	-	1.500.000	363.600	374.250	387.750	374.400
3.2 Projetos Especiais (Atendimento em Áreas de Risco)	-	6.261.735	1.517.845	1.562.303	1.618.658	1.562.929
3.3 Construção, Ampliação e Reforma de Usinas	-	373.300	90.488	93.138	96.498	93.176
3.4 Construção de Muros de Arrimo	-	1.472.230	356.869	367.321	380.571	367.469
3.5 Construção de Praças, Parques e Jardins	-	330.566	80.129	82.476	85.451	82.509
3.6 Construção de Pequenas Galerias	-	2.570.671	623.131	641.382	664.518	641.639
3.7 Construção de Escadarias e Vieiras	-	967.516	234.526	241.395	250.103	241.492
3.8 Execução de Guias e Sarjetas	-	372.032	90.181	92.822	96.170	92.859
3.9 Construção de Muros e Passeios	-	550.650	133.478	137.387	142.343	137.442
3.10 Programa de Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos para a SAR	-	601.300	145.755	150.024	155.436	150.084
TOTAL	-	15.000.000	3.636.000	3.742.500	3.877.500	3.744.000

SF/AGO

97PPI-12.WQ1

 Folha nº 05
 nº 446 de 1896
 de Mes.

ANEXO À LEI Nº

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 95/97 - LEI 11.714/94

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1.996)

SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO - SEMPLA - 13

OBRAS E PROGRAMAS	METAS	CUSTO	REGIÃO			
	1.997	1.997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1. DESPESAS DE CAPITAL	-	5.528.315	1.340.064	1.379.315	1.429.069	1.379.867
1.1 Programa São Paulo 2020 (Plano Diretor voltado para a área da cidade)	-	5.000.000	1.212.000	1.247.500	1.292.500	1.248.000
1.2 Implantação do Projeto Polo Industrial da Zona Leste	-	328.315	79.584	81.915	84.869	81.947
1.3 Aumento de Capital da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB	-	200.000	48.480	49.900	51.700	49.920
2. CUSTEIO DECORRENTE DAS DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
3. PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	-	259.457	62.892	64.735	67.070	64.760
3.1 Programa de Fomento Econômico	-	259.457	62.892	64.735	67.070	64.760
TOTAL	-	5.787.772	1.402.956	1.444.049	1.496.139	1.444.628

SF/AGO

97PPI-13.WQ1

Folha nº 06
 de 06
 24/06/97

ANEXO À LEI Nº

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 95/97 - LEI 11.714/94

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1.996)

SECRETARIA DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEHAB - 14

OBRAS E PROGRAMAS	METAS	CUSTO	REGIÃO			
	1.997	1.997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1. DESPESAS DE CAPITAL		481.660.681	101.665.170	176.665.171	101.665.171	101.665.169
1.1- Fundo Municipal de Habitação - COHAB		60.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000
1.2- Projeto Cingapura - Verticalização de Favelas	6210 unid.hab.	300.000.000	75.000.000	75.000.000	75.000.000	75.000.000
1.3- Programa de Recuperação Urbana e Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga	16000 famílias	75.000.000		75.000.000		
1.4- Reassentamento de Famílias - Programa PROCAV-BID	5758 unid.hab.	30.309.223	7.577.306	7.577.306	7.577.306	7.577.305
1.5- Aumento de Capital da COHAB		16.351.458	4.087.864	4.087.865	4.087.865	4.087.864
2. PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		2.222.490	555.622	555.623	555.623	555.622
2.1- Atendimento Habitacional de Emergência	600 famílias	233.566	58.391	58.392	58.392	58.391
2.2- Regularização de Loteamentos		1.988.924	497.231	497.231	497.231	497.231
TOTAL	*****	483.883.171	102.220.792	177.220.794	102.220.794	102.220.791

SF/AGO

97PPI-14.WQ1

Folha nº 07
 de 19
 de 1996

ANEXO A LEI Nº

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 95/97 - LEI 11.714/94

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1.996)

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO - SMA - 15

OBRAS E PROGRAMAS	METAS	CUSTO	REGIÃO			
	1.997	1.997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1. DESPESAS DE CAPITAL	-	1.500.000	375.000	375.000	375.000	375.000
1.1 Implantação de Programa de Desenvolvimento de Dirigentes Públicos	-	450.000	112.500	112.500	112.500	112.500
1.2 Implantação de Informatização de Prontuários	-	1.050.000	262.500	262.500	262.500	262.500
2. CUSTEIO DECORRENTE DAS DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
3. PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	-	1.500.000	0	0	0	1.500.000
3.1 Reforma e Ampliação das Dependências de SMA	-	1.500.000	0	0	0	1.500.000
TOTAL	-	3.000.000	375.000	375.000	375.000	1.875.000

SF/AGO

97PPI-15.WQ1

96 81 63 944 20

ANEXO À LEI Nº

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 95/97 - LEI 11.714/94

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1.996)

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME - 16

OBRAS E PROGRAMAS	METAS	CUSTO	REGIÃO			
	1.997	1.997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1.DESPESAS DE CAPITAL		54.210.000	6.620.000	21.290.000	19.250.000	7.050.000
1.1 Construção de Escolas Municipais de Educação Infantil	56	31.410.000	2.910.000	14.390.000	10.960.000	3.150.000
1.2 Construção de Escolas Municipais de Primeiro Grau	22	22.000.000	2.910.000	6.900.000	8.290.000	3.900.000
1.3 Construção de Escola Municipal de Educação Especial	1	800.000	800.000			
2.CUSTEIO DECORRENTE DE DESPESA DE CAPITAL		17.977.800	2.137.247	7.086.410	6.407.475	2.346.668
2.1 Operação das novas EMEIS	22	7.196.882	784.244	2.868.750	2.593.900	949.988
2.2 Operação das novas EMPGS	9	10.580.918	1.153.003	4.217.660	3.813.575	1.396.680
2.3 Operação da nova Escola de Educação Especial	1	200.000	200.000			
3.PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		33.000.000	5.517.871	7.630.000	14.470.912	5.381.217
3.1 Ampliação e Reforma de Escolas	130	33.000.000	5.517.871	7.630.000	14.470.912	5.381.217
TOTAL	*****	105.187.800	14.275.118	36.006.410	40.128.387	14.777.885

SF/AGO

97PPI-16.WQ1

n.º
 246
 96
 09
 09

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 95/97 - LEI 11.714/94

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1.996)

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE - SMS - 18

OBRAS E PROGRAMAS	METAS	CUSTO	REGIÃO			
	1.997	1.997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1. DESPESAS DE CAPITAL						
1.1 FUMDES-Projetos de Ordenacao e Ampliacao da Rede Fisica		3.000.000	-	-	2.000.000	1.000.000
1.1.1 Construcao da UBS Garagem	01	1.000.000	-	-	1.000.000	-
1.1.2 Construcao da UBS City Jaragua	01	1.000.000	-	-	-	1.000.000
1.1.3 Construcao da UBS Inacio Monteiro	01	1.000.000	-	-	1.000.000	-
2. CUSTEIO DECORRENTES DAS DESPESAS DE CAPITAL		-	-	-	-	-
3. PROGRAMAS DE DURACAO CONTINUADA		935.712.000	114.817.782	294.065.311	346.229.390	180.599.517
3.1 Ampliacao e Reforma de Unidades de Saude		12.000.000	4.200.000	400.000	3.900.000	3.500.000
3.1.1 Hospitais Municipais Vereador Jose Storopoli e Dr. Mario M.Altenfelder Silva	02	4.200.000	4.200.000	-	-	-
3.1.2 UBS Campos Eliseos	01	500.000	-	-	-	500.000
3.1.3 Outros	07	6.300.000	-	400.000	2.900.000	3.000.000
3.1.4 Outros-Recursos FUMDES	01	1.000.000	-	-	1.000.000	-
3.2 Aquisicao e Distribuicao de Leite (Programa Leve Leite)	144.000.000 litros/ano	83.712.000	13.284.332	22.584.098	34.359.474	13.484.096
3.3 Plano de Atendimento a Saude	5.031.376 pessoas cadastradas	840.000.000	97.333.450	271.081.213	307.969.916	163.615.421
TOTAL	*****	938.712.000	114.817.782	294.065.311	348.229.390	181.599.517

SF/AGO

96PPI-18.WQ1

Folha nº 10
de 19
nº 446
de 1996

ANEXO A LEI Nº

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 95/97 - LEI 11.714/94

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1.996)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO - SEME - 19

OBRAS E PROGRAMAS	METAS	CUSTO	REGIÃO			
	1.997	1.997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1. PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		22.602.786	3.000.696	13.200.697	3.400.697	3.000.696
1.1- Ampliação e Reforma de 21 Centros Educacionais e Esportivos 5 Balneários e 8 Mini-Balneários		10.152.710	2.538.177	2.538.178	2.538.178	2.538.177
1.2- Ampliação e Reforma de 200 Centros Desportivos Municipais; 6 Centros Esportivos e de Lazer das COHAB's e 150 Campos de Futebol		2.450.076	412.519	812.519	812.519	412.519
1.3- Promoções Internacionais		10.000.000	50.000	9.850.000	50.000	50.000
TOTAL	*****	22.602.786	3.000.696	13.200.697	3.400.697	3.000.696

SF/AGO

97PPI-19.WQ1

Folha nº 11
n.º 346
96

ANEXO À LEI Nº

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 95/97 - LEI 11.714/94

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1.996)

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SMT - 20

OBRAS E PROGRAMAS	METAS	CUSTO	REGIÃO			
	1.997	1.997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1. DESPESAS DE CAPITAL		469.330.700	117.332.675	117.332.675	117.332.675	117.332.675
1.1- FUNDO MUNICIPAL DO SISTEMA DOS CORREDORES SEGREGADOS EXCLUSIVOS PARA TRAFEGO DE ONIBUS - FUNCOR						
- Implantação de 12 Corredores Exclusivos para Onibus e 23 Terminais		116.330.700	29.082.675	29.082.675	29.082.675	29.082.675
1.2- Reformulação dos Sistema Semafórico (SEMCO II), com a Implantação de 5 Centrais de Trafego Aereo		20.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
1.3- Aumento de Capital da Companhia de Engenharia de Trafego - CET		3.000.000	750.000	750.000	750.000	750.000
1.4- Aumento de Capital da Sao Paulo Transportes S/A.		30.000.000	7.500.000	7.500.000	7.500.000	7.500.000
1.5- Implantação de Veiculos Leves sobre Pneus - FURA FILA		300.000.000	75.000.000	75.000.000	75.000.000	75.000.000
2. CUSTEIO DECORRENTE DAS DESPESAS DE CAPITAL		9.321.044	2.330.261	2.330.261	2.330.261	2.331.261
2.1- Operacionalização do SEMCO II	150 semaforos atuados 300 semaf.eletronicos	9.321.044	2.330.261	2.330.261	2.330.261	2.331.261
3. PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		31.000.000	7.750.000	7.750.000	7.750.000	7.750.000
3.1- Gestao do Sistema de Transporte		30.000.000	7.500.000	7.500.000	7.500.000	7.500.000
3.2- Sistema de Monitoração das Marginais		1.000.000	250.000	250.000	250.000	250.000
TOTAL	*****	509.651.744	127.412.936	127.412.936	127.412.936	127.413.936

SF/AGO

97PPI-20.WQ1

 Folha nº 12
 nº 125
 de 1996

ANEXO À LEI Nº

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 95/97 - LEI 11.714/94

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1.996)

SECRETARIA DE VIAS PUBLICAS - SVP - 22

OBRAS E PROGRAMAS	METAS	CUSTO	REGIAO			
	1.997	1.997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1. DESPESAS DE CAPITAL		484.470.000	110.892.500	131.342.500	130.392.500	111.842.500
1.1. Canalizacao/Drenagem	27(a)	269.970.000	67.492.500	67.492.500	67.492.500	67.492.500
(a) Oratorio, Paulistano-Agua Vermelha, Zavuvus, Anhangabau, Morro do S, Jaguaré, Uberaba, Pirajussara, Rapadura, Novo Mundo, Machados, Guarau, Paciencia, Cabucu de Baixo, Itaquera, Mandaqui, Lageado, Taboao, Franquinho, Ponte Rasa, Rio das Pedras, Maria Paula, Verde - Itaquera, Aricanduva, Inhumas, Jacu-Pesego, Agua Espraiada.						
1.2. Obras Viarias	16(b)	144.950.000	36.237.500	36.237.500	36.237.500	36.237.500
(b) Sistema Mini Anel Viario, M'Boi Mirim, Obras Viarias Polo Industrial Zona Leste, Dupl. Estr. Itapeceira, Tunel Pinheiros, Tunel Ibirapuera, Passagem sob a Praca Vicente, Trevo Sacoma, Sistema Viario Jacu-Pesego, Sistema Viario Agua Espraiada, Passagem Joao Teodoro - Corredor Norte-Sul, Passagem sob a Praca Panamericana, Interconexao Raposo Tavares, Cebolinha Sena Madureira, Corredor Sudeste, Passagem em desnivel Av. Faria Lima/Av.J.K.						
1.3. Pontes e Viadutos	3(c)	3.300.000	350.000	1.300.000	350.000	1.300.000
(c) Viaduto Itaim, Ponte Joao Dias, Ponte sobre o Rio Pinheiros-Francisco Hermann Jr.						
2. CUSTEIO DECORRENTE DE DESPESAS DE CAPITAL		58.000.000	14.500.000	14.500.000	14.500.000	14.500.000
2.1. Consumo da Rede de Iluminacao Publica		18.000.000	4.500.000	4.500.000	4.500.000	4.500.000
2.2. Operacao e Servicos na Rede de Iluminacao Publica		26.000.000	6.500.000	6.500.000	6.500.000	6.500.000
2.3. Conservacao e Manutencao de Obras de Arte		7.000.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000
2.4. Manutencao de Canais e Galerias		7.000.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000
3. PROGRAMAS DE DURACAO CONTINUADA		66.250.000	6.812.500	26.312.500	26.312.500	6.812.500
3.1. Pavimentacao de Ruas e Avenidas	300 Km	65.000.000	6.500.000	26.000.000	26.000.000	6.500.000
3.2. Ampliacao da Rede de Iluminacao Publica	2.000 pontos	1.250.000	312.500	312.500	312.500	312.500
TOTAL	*****	542.470.000	125.392.500	145.842.500	144.892.500	126.342.500

SF/AGO

97PPI-22.WQ1

Folha nº 13
de 1996
n.º 116

ANEXO À LEI Nº

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 95/97 - LEI 11.714/94

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1.996)

SECRETARIA DE SERVIÇOS E OBRAS - SSO - 23

OBRAS E PROGRAMAS	METAS	CUSTO	REGIÃO			
	1.997	1.997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1. DESPESAS DE CAPITAL		16.500.000	2.098.826	5.840.561	3.870.097	4.690.516
1.1. Implantação de Aterros Sanitários	3	4.000.000	723.826	-	1.775.097	1.501.077
1.2. Implantação, Instalação de Equipamentos para Destinação Final do Lixo	3	2.000.000	-	435.561	50.000	1.514.439
1.3. Construção de Postos para o Corpo de Bombeiros	(a)	3.500.000	875.000	875.000	875.000	875.000
1.4. Construção em Cemiterios						
1.4.1. Velorios, Fornos, Pavimentação, Drenagem, Ossarios, Muros de Fecho e outras	13	2.000.000	500.000	500.000	500.000	500.000
1.5. Construção de Edifícios para uso da Administração Municipal	2	1.000.000	-	30.000	670.000	300.000
1.5.1. Constr.Depto. Ensino/Insp.Regional de Pirituba/Jaraguá						
1.5.2. Reforma prédio-sede SSO						
1.6. Construção do Colegio Militar de São Paulo	1	4.000.000	-	4.000.000	-	-
2. CUSTEIO DECORRENTE DAS DESPESAS DE CAPITAL		630.000	99.000	75.000	178.800	277.200
2.1. Operação dos novos Aterros Sanitários		300.000	54.000	-	130.000	116.000
2.2. Operação novos Equipamentos para a destinação final do lixo	13	150.000	-	30.000	3.800	116.200
2.3. Operação novos Postos Corpo de Bombeiros e demais equipamentos		180.000	45.000	45.000	45.000	45.000
3. PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		5.400.000	1.350.000	1.350.000	1.350.000	1.350.000
3.1. Ampliação e reforma em Postos Corpo de Bombeiros	15	3.500.000	875.000	875.000	875.000	875.000
3.2. Reforma em Cemiterios						
3.2.1. Reforma de capelas, velorios, gradis, muros, vestiarios, iluminação e outras	9	1.000.000	250.000	250.000	250.000	250.000
3.3. Coleta Seiva	70t/dia	900.000	225.000	225.000	225.000	225.000
TOTAL	*****	22.530.000	3.547.826	7.265.561	5.398.897	6.317.716

SF/AGO

97PPI-23.WQ1

 Folha n.º 14
 de 15
 19 96

ANEXO À LEI Nº

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 95/97 - LEI 11.714/94

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1.996)

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E BEM ESTAR SOCIAL - FABES - 24

OBRAS E PROGRAMAS	METAS	CUSTO	REGIÃO			
	1.997	1.997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1.DESPESAS DE CAPITAL		22.762.120	1.750.000	7.000.000	9.812.120	4.200.000
1.1 Construção de Creches	38	22.762.120	1.750.000	7.000.000	9.812.120	4.200.000
2.CUSTEIO DECORRENTE DE DESPESA DE CAPITAL		4.400.000	338.461	1.353.847	1.692.308	1.015.384
2.1 Operação das novas Creches	13	4.400.000	338.461	1.353.847	1.692.308	1.015.384
3.PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		25.452.000	3.455.578	7.426.001	11.758.052	2.812.369
3.1 Ampliação e Reforma de Creches	17/ano	20.200.000	2.955.578	6.363.001	8.569.052	2.312.369
3.2 Construção, Reforma e Ampliação de Equipamentos Sociais	6/ano	5.252.000	500.000	1.063.000	3.189.000	500.000
TOTAL	*****	52.614.120	5.544.039	15.779.848	23.262.480	8.027.753

SF/AGO

97PPI-24.WQ1

Folha nº 15
 de 10
 96
 26

ANEXO À LEI Nº

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 95/97 - LEI 11.714/94

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1.996)

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC - 25

OBRAS E PROGRAMAS	METAS	CUSTO	REGIÃO			
	1.997	1.997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1.DESPESAS DE CAPITAL		9.568.749	2.510.345	1.070.000	4.658.904	1.327.500
1.1 Construção de Bibliotecas		9.166.749	2.410.345	970.000	4.558.904	1.227.500
1.1.1 Biblioteca Central de São Miguel Paulista	1	1.453.904			1.453.904	
1.1.2 Biblioteca Alceu Amoroso Lima	1	1.227.500				1.227.500
1.1.3 Outras- 2 Bibliotecas Públicas e 2 Centros Culturais	4	6.485.345	2.410.345	970.000	3.105.000	
1.2 Construção de Casas de Cultura	4	400.000	100.000	100.000	100.000	100.000
2.PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		17.498.137	6.374.094	6.855.738	2.827.346	1.440.959
2.1 Reforma e Ampliação de Edifícios Teatrais		2.741.000	411.150	959.350	959.350	411.150
2.2 Reforma e Ampliação de Bibliotecas		7.560.137	3.390.944	1.271.388	1.867.996	1.029.809
2.3 Reforma do Centro Cultural São Paulo		3.425.000		3.425.000		
2.4 Restauração de Imóveis Históricos e Reforma de Museus		3.772.000	2.572.000	1.200.000		
TOTAL	*****	27.064.886	8.884.439	7.925.738	7.486.250	2.768.459

SF/AGO

97PPI-25.WQ1

Folha nº 16
n.º 116
de 10
96

ANEXO À LEI Nº

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 95/97 - LEI 11.714/94

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1.996)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO - SEMAB - 26

OBRAS E PROGRAMAS	METAS	CUSTO	REGIÃO			
	1.997	1.997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1. DESPESAS DE CAPITAL		9.319.200	5.605.700	798.100	2.777.400	138.000
1.1. Construção de Centros de Abastecimento Municipais	6	9.319.200	5.605.700	798.100	2.777.400	138.000
Construção 6 sacoleiros: Sta. Etelvina II-A, Inácio Monteiro, Itaquera I-C, Ermelino Matarazzo-Vila Cisner, Pirajussara e Vila Maria.						
Predio sede de SEMAB, oficina e garagem.	3					
Conclusão de obras Mercado Municipal de Vila Nova Cachoeirinha.	1					
Pavimentação de 10 terrenos para implantação de feiras confinadas.	10					
Ampliação Depósito Merenda- CAS	1					
2. CUSTEIO DECORRENTE DAS DESPESAS DE CAPITAL		600.000	360.000	50.000	178.000	12.000
2.1. Operação de Centros de Abastecimento Municipais		600.000	360.000	50.000	178.000	12.000
3. PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		78.491.840	20.580.611	21.793.975	25.362.669	10.754.585
3.1. Distribuição de Merendas e Gêneros Alimentícios		70.407.920	16.968.181	20.229.345	23.679.239	9.531.155
(a) Fornecer 1.300.000 refeições/dia para 2.048 pontos de abastecimento. (creches, EMPGs, EMEIs, Hospitais, etc).						
3.2. Ampliação e Reforma nos Centros de Abastecimento Municipais		7.562.200	3.482.000	1.434.200	1.553.000	1.093.000
3.2.1. Obras de Reforma Mercados:	3					
Central - AR/SE, Cantareira - AR/SE, São Miguel - AR/MP						
3.2.2. Obras de Reforma Central Sul de Abastecimento - AR/SA	1					
3.2.3. Reforma/recuperação Mercados:	3					
Ipiranga - AR/IP, Vila Formosa - AR/AF e Pinheiros - AR/PI						
3.2.4. Manutenção corretiva em 56 unidades, sendo:	56					
07 prédios administrativos, 13 mercados, 31 sacoleiros, 05 feiras confinadas.						
3.3. Inspeção de Alimentos	(b)	354.700	88.675	88.675	88.675	88.675
(b) Atendimentos de 100% das notificações de surtos de doenças veiculadas por alimentos, realizando análises de surtos, amostras e inqueritos						
3.4. Operação de Programas Especiais de Abastecimento	(c)	167.020	41.755	41.755	41.755	41.755
(c) Desenvolver programas relativos ao bem estar das camadas menos favorecidas, operando sistemas alternativos de abastecimento de gêneros alimentícios, com o entrosamento entre a produção, abastecimento e consumo.						
TOTAL	*****	88.411.040	26.546.311	22.642.075	28.318.069	10.904.585

SF/AGO

97PPI-26.WQ1

Folha nº 14
 nº 176
 18.96

ANEXO À LEI Nº

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 95/97 - LEI 11.714/94

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1.996)

SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA - 27

OBRAS E PROGRAMAS	METAS	CUSTO	REGIÃO			
	1.997	1.997	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1. DESPESAS DE CAPITAL		19.548.842	1.980.000	13.258.842	2.380.000	1.930.000
1.1. Implantação de Áreas Verdes	554.200 m2	3.500.000	650.000	1.200.000	1.050.000	600.000
1.2. Implantação de Ciclovias	230 km	5.320.000	1.330.000	1.330.000	1.330.000	1.330.000
1.3. Implantação do Plano Diretor Parque Ibirapuera		8.228.842	-	8.228.842	-	-
1.4. Construção de Planetário	1	2.500.000	-	2.500.000	-	-
2. CUSTEIO DECORRENTE DAS DESPESAS DE CAPITAL		2.080.000	520.000	520.000	520.000	520.000
2.1. Manutenção de Áreas Verdes		1.400.000	350.000	350.000	350.000	350.000
2.2. Manutenção de Ciclovias		680.000	170.000	170.000	170.000	170.000
3. PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		19.039.198	4.009.799	7.009.799	4.009.799	4.009.799
3.1. Reforma e Ampliação das Unidades Operacionais do DEPAVE	30	3.880.900	970.225	970.225	970.225	970.225
3.2. Reflorestamento Áreas de Proteção dos Mananciais e A.Degradadas	12	3.000.000	-	3.000.000	-	-
3.3. Cadastramento e Aquisição de Áreas Verdes	404.106 m2	2.590.258	647.564	647.565	647.564	647.565
3.4. Programa de "Um milhão de Árvores"		6.376.596	1.594.149	1.594.149	1.594.149	1.594.149
3.5. Programa Ambiental para PROCAV II		2.045.042	511.261	511.260	511.261	511.260
3.6. Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - IM		673.000	168.250	168.250	168.250	168.250
3.7. Programa de Gerenciamento de Emergência com Produtos Químicos Perigosos		473.400	118.350	118.350	118.350	118.350
TOTAL	*****	40.668.038	6.509.799	20.788.641	6.909.799	6.459.799

SF/AGO

97PPI-27.WQ1

Folha n.º 18
 de 20
 n.º 376
 de 376

Folha n.º 19 de pro.
n.º 776 de 19 96

EQUIPE TÉCNICA

Prefeitura do Município de São Paulo

PAULO MALUF

Prefeito

Secretaria das Finanças - SF

JOSÉ ANTONIO DE FREITAS

Secretário

Chefia de Gabinete

DENIZ FERREIRA RIBEIRO

Chefe de Gabinete

Assessoria Geral do Orçamento - AGO

ROBERTO GODINHO

Assessor Geral

Assessoria Técnica

JOSÉ POLICE JUNIOR

LÉIA DE ANDRADE SÓ

IRENE ALICE ALVES SUGUIYAMA

CLÁUDIA MARIA DURANTE

THYRSO MARTINS

SÉRGIO NAJM SAADÉ

Centro de Processamento de Dados - CPD

Coordenadora : ELAINE CRISTINA JABUR

Técnicos : JORGE ANTONIO MARCELO DE SOUZA
SYLVIA REGINA LOMBELLO BERALDI CARVALHO

Coordenadores de Área

AMÉLIA TAMIKO SEGUCHI TOLEDO

SHEILA MARIA ALVES DE MELO

SILVIA REGINA ROSCHEL SEMEGHIM

TANIA MORETI CATALDI

TEREZINHA CASAROTTO

Técnicos

DARCIO INABA

DENISE BUENO DE CAMARGO

ELISABETE DA CRUZ

FERNANDO NASCIMENTO MOURA

KÁTIA MARASCA

MARCELO MONTEIRO DE MELO

MARIA RITA DEPINTOR

MILENY HELOISE FERREIRA

NADIR SANTANA R.S. TEIXEIRA

NEWTON ALVES ROCHA

SALUSTIANO NUNEZ NUNEZ

SILVIA MARIA DO NASCIMENTO

VERA LÚCIA LIMA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha n°

20

do processo n° 776 de 19 96 01 10 96 (a)

Sr. Assessor Chefe,

Sobre o assunto, consta:

Lei 11.714/94

em 01/10/96.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Assessoria Legislativa

A Com. de Finanças

12 10 196

LUIS ABELAS DE CARVALHO
Ass. Tecn. Leg. Chefe - A. T. M.

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento

Em 01/10/96 às 19:00 h.

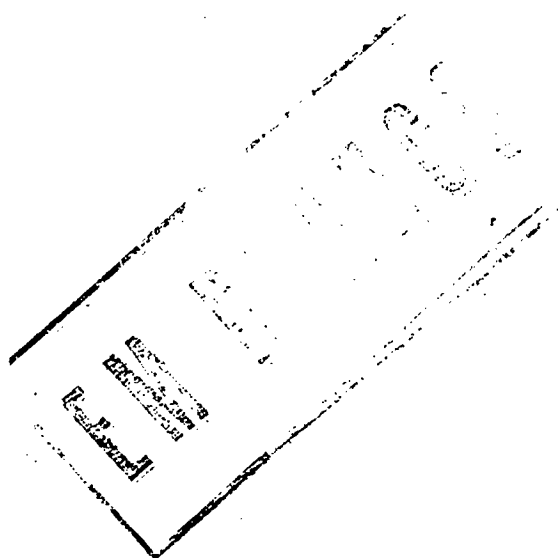
ANGELA BORDIN ANDREONI
Secretária

ao nobre Vereador
para relatar

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento

01 10 196

Presidente



SEGUE nr juntado 5 nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha 21a

Em 28 10 96

(a) Isa
ISADEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 2/ do proc. 1
- TAQUIGRAFIA - n. 776 de 19 96
o funcionario Lre

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADANTE
					ISABEL P. S. H. NA SHIRO	
					Of. Adm. Geral	

SEM REVISÃO

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Presidente: Sr. Vereador Almir Guimarães
Membros : Srs. Vereadores
Nelson Guimarães Proença
Edson Simões
José Indio Ferreira do Nascimento
Hanna Gharib
Odilon Guedes
Zenas Pires
Vicente Viscome
Mohamad Said Mourad

Audiência Pública realizada no Auditório Ver. Antônio Sampaio
da Câmara Municipal de São Paulo em 28 de outubro de 1996.

Solicitante: Sr. Vereador Almir Guimarães
(Memo nº 72/96- C.F.O.)

Secretária: Angela Bordin Andreoni



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR NASC. RG	CONT. APARTÉ
A57	1	Dagmar	com.finanças	28 10 96	Of. 1.º de 1.º III	

O SR. ALMIR GUIMARÃES — Sr. Secretário, Dr.

José Antonio de Freitas, ilustre Secretário das Finanças do Município de São Paulo; companheiros nobres vereadores membros da Comissão de Finanças; Zenas Pires, Odilon Guedes, Vicente Viscome, Nelson Guimarães Proença; ilustre companheiro líder do Prefeito nesta Casa Miguel Colasuonno; companheiro que nos honra com sua presença, Vereador Nelo Rodolfo; minhas senhoras; meus senhores: estamos hoje realizando a primeira audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento, sobre o Projeto 775/96, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa as despesas das administrações diretas e indiretas do município de São Paulo, para o exercício de 1997; e o Projeto 776, de autoria do Executivo, que dispõe sobre o Plano Plurianual 95/97.

Esta presidência, como de praxe, da ciência aos senhores de que na última reunião ordinária ficou deliberado pela vontade da maioria dos seus membros que realizaríamos esta audiência pública hoje, e outra logo depois do resultado do pleito de 15 de novembro. Naquela oportunidade, também foi lido o ofício que recebemos da Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando uma audiência pública, e os



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 23 do proc.
26 de 19 96
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CA. CONJ. AFARTE
A57	2	Dagmar	com.financeiras	28 10 96	Of. Adm. Geral III	

membros da Comissão de Finanças, por sua maioria, entenderam por bem convidar os doutos membros da ordem para participar, bem como todas as entidades interessadas na discussão da peça orçamentária no dia de hoje. Assim sendo, registramos aqui o Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente; o Conselho de Orientação Técnica do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente da Penha; a presença do vereador eleito Dalton Silvano do Amaral, agora em 15 de novembro; o representante do Gabinete da Vereadora Ana Martins; e com muita alegria registramos, como sempre se faz presente em todas as reuniões da Comissão de Finanças, as senhoras representantes e membros do Voto Consciente. Destacamos aqui que ao longo desta legislatura o Voto Consciente esteve presente em todas as reuniões semanais da Comissão de Finanças.

Vamos abrir os nossos trabalhos, liberando a palavra ao Sr. Secretário, Dr. José Antonio de Freitas que, quando assessor do então Secretário das Finanças Dr. Celso Pitta, sempre se fazia presente e de forma muito liberal participava ativamente de todos os debates da nossa Comissão de Finanças. Hoje, investido no cargo de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A57	3	Dagmar	com.finanças	28 10 96		

Secretário das Finanças do Município de São Paulo, damos a S.Exa. todo o tempo que necessitar para fazer sua exposição preliminar, antes de iniciarmos o debate. Assim sendo, agradecemos a presença, Sr. Secretário, pela fidalguia do acolhimento ao nosso convite, e tem V.Exa. a palavra pelo tempo que entender necessário, para fazer sua exposição sobre a peça orçamentária.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Agradeço pela oportunidade de poder apresentar a proposta do orçamento de 97, de 7,7 bilhões de reais, a preço de junho, dos quais cerca de 3,2 bilhões, ou 42%, serão destinados à área social. Só gostaria de fazer uma linha geral dessa proposta, que representa um crescimento real de 5,8% em relação à execução do corrente exercício. Da receita estimada, 5,804 bilhões serão receitas correntes, as próprias do município mais as transferências do estado e da união; 1,7 bilhão será obtido através de operações de crédito, ou seja, empréstimos, dos quais 769,7 milhões correspondem à rolagem de títulos já emitidos, devidamente autorizados pelo Banco Central, e com vencimento em 1997. O restante 177,1 milhões serão arrecadados com operações interligadas e outras de capital. É de se ressaltar, no lado da receita, que não haverá



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	IGREJA OR S. H. NASHDOOT. APARTE
A57	4	Dagmar	com. finanças	28 10 96	

aumento de IPTU. A multa pelo pagamento em atraso será reduzida de 20% para 10%, conforme projeto de lei encaminhado à Câmara. Do lado da despesa, a Prefeitura dispõe para manutenção e operação de tudo o que já existe na cidade 4,8 bilhões. A despesa de capital, por sua vez, onde o principal componente são os investimentos, será de 2,8 bilhões.

Quero dar uma rápida pincelada naquilo que a Prefeitura pretende realizar em 1997. Continuação do PAS, com expectativa de atendimento de 5 milhões de pessoas cadastradas. Continuidade do Programa Leve Leite, com fornecimento de 144 milhões de litros/ano, para cerca de 800 mil crianças. Oferecimento de cerca de 850 mil vagas no ensino municipal. Continuidade do Programa de aquisição de laboratório de Informática, visando a equipar toda a rede escolar. Programa de alimentação da rede escolar, creches e outros, com o fornecimento de aproximadamente 1.300.000 refeições/dia, atendendo 2.048 pontos. Atendimento de 140 mil crianças e adolescentes, dos quais 98 mil se referem ao atendimento através de creches, diretas ou conveniadas. Implementação dos programas de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A-58	1	Carla	Aud. Púb.	28.10.96		

recolhimento de crianças e adolescentes carentes, menores de rua, ~~Wanda~~ também com a interveniência do CASA; Construção de setenta e nove escolas, sendo 22 escolas de primeiro grau, das quais nove em andamento, 56 escolas de educação infantil, construção de 38 creches; implantação de novos parques, praças e ciclovias; prosseguimento da construção e recuperação de terminais e corredores exclusivos; implantação de veículos leves sobre pneus numa estação para 1997 de 30 quilômetros; prosseguimento do programa semáforos inteligentes, com implantação de mais 300 cruzamentos; continuidade do programa Cingapura, compreendendo as obras em 44 mil unidades referentes à fase 1 a 8, dos quais da 1 à 4 já em andamento; continuidade do programa recuperação da Bacia do Guarapiranga, continuidade do programa de combate à enchete, parcialmente financiado pelo Bird, com a canalização de 13 córregos; construção dos tanques, os pisciões, do Aricanduva, Cabo Sul de Baixo e ~~Pirajubá~~ Pirajuçara; pavimentação de 300 quilômetros de ruas em regiões periféricas; prosseguimento das obras de canalização e viário do Jacaré Pêssego até a rodovia dos trabalhadores, das obras de canalização de Águas Praiadas até Imigrantes; conclusão do Cebolinha, aquele trevo de acesso do Sena Madureira; execução da passagem de desnível na Faria Lima com a Juscelino Kubitschek.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 27 do proc.º
n.º 76 de 1996
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A-58	2	Carla	Aud. Públ.	28.10.96	ISABEL P. S. II NASHIRO En. Adm. Geral III	

Estes são os principais projetos e atividades constantes do orçamento de 1997. A partir desta exposição, estou à disposição para eventuais perguntas e esclarecimentos que se fizerem necessários.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Esta presidência, após ouvir a exposição do Sr. Secretário, inicialmente libera para os Srs. Vereadores o debate e pediríamos às entidades ou às pessoas que estão participando que já façam a inscrição para avaliarmos a duração do tempo da pergunta com o objetivo de darmos oportunidade a todos ^{de} participarem do processo.

Inicialmente tem a palavra o nobre Vereador Odilon Guedes, membro da Bancada do PT?

O SR. ODILON GUEDES - SR. Presidente, Sr. Secretário de Finanças, é um prazer recebê-lo aqui na nossa Casa, ~~mas~~ demais Vereadores componentes da Mesa e presentes, SR^{as}. e Senhores.

Em relação à proposta orçamentária para 1997, temos uma opinião inicial de que ela não difere, na essência, das que foram enviadas aqui para esta Câmara em 1993, 1994^o, 1995, referentes ao



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 028 do proc.
n. 776 de 1926
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ATENÇÃO
A-58	3	Carla	Aud. Públ.	28.10.96	ISABEL P. S. VASHIRO Of. Adm. Geral III	

orçamento de 1994, 1995, 1996 e agora 1997. Quer dizer, as intenções que são colocadas pelo Prefeito no orçamento são uma e , na prática, o que se faz é completamente diferente. Tenho colocado, inclusive, na tribuna desta Câmara, permanentemente, que vivemos, aqui em São Paulo, um governo que podemos denominar de virtual, ou seja, ele aparenta uma coisa que não é. E isso posso falar com muita tranquilidade pelos dados que temos acompanhado da execução orçamentária. É um Governo que faz propaganda de uma coisa que ele não é.

Por exemplo, o Governo Maluf procura passar , hoje, a imagem de que está preocupado com a área social quando está muito distante disso, é só olharmos os dados da execução orçamentária. Temos um problema gravíssimo nos orçamentos que têm vindo para esta Casa e este aqui o repete: a maioria da Câmara permite ao Prefeito, através de um artigo aprovado na Lei orçamentária, remanejar até 15% do total do orçamento sem consultar a Câmara.

O que significa isso? Que o orçamento é uma obra de ficção. Inclusive, só para dar um exemplo concreto disso, nós passamos uma informação para o Diário Popular de que a atual campanha da candidatura para a Prefeitura de São Paulo do Sr. Celso Pitta fala que uma das prioridades é a implantação do pólo industrial na Zona Leste. E



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 29 do proc. 9
de 19 26
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ASSINADO P. H. ASHIRCONT. APARTE
A-58	4	Carla	Aut. Púb.	28.10.96	Of. Adm. Geral III

informamos que está definido cerca de 350 mil reais para a implantação, que é ^{valor} insignificante, com esse dinheiro não dá para implantar nada, não dá nem para fazer uma creche, uma creche custa 400 mil reais. O Diário Popular entrevistou o atual candidato, Sr. Celso Pitta e ele, com a maior tranquilidade, disse que tinha 15% que poderia remanejar, "faço o que quero e o que não quero", disse ele. Não foram, bem essas palavras, mas estou traduzindo. Ele falou que iria colocar dinheiro para o Polo industrial.

Isso mostra claramente que o orçamento é uma obra de ficção. Este artigo permite que o candidato fale isso, com ~~XX~~ a maior naturalidade. Para que serve esta Câmara? Nós que temos um dos papéis fundamentais ~~XX~~ delegados pela população de fiscalização do Executivo, na prática, não fiscalizamos nada.

Então, estou fazendo uma primeira abordagem geral para mostrar que esta peça orçamentária não reflete o que será, de fato, executado.

O SEcretário Freitas falou que fará 44 mil casas no projeto Cingapura ano que vem. Só para lembrá-los, o atual prefeito, quando candidato, falou que iria fazer 120 mil casas populares. Até um mês atrás tinha entregue cerca de 3.500 apartamentos do Cingapuru-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 30 do proc.
n.º 726 de 19 96
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	QUADRO S. TANASCONY. APARTE
A-58	5	Carla	Aud. Públ.	28.10.96	Of. Adm. Geral III

ra.

Então, isso aqui é uma outra obra de ficção. Por exemplo, está aqui no orçamento de 1997 38 creches. Quero lembrar que no orçamento de 1995 tinha sido aprovado construir 54 creches, foi feita uma creche.

É muito importante esclarecer a opinião pública desta cidade e os Vereadores desta Casa que de intenções estamos cansados. Sugeriria, inclusive, aos Vereadores que apoiam o atual prefeito, lembrar que esta Casa é um poder independente e este 15% dado ao Prefeito é algo que tira a independência desta Casa, fica um poder submetido ao Executivo.

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 3 do proc.
776 de 1996
O funcionário
ISABEL P. S. H. NASHIRO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ORDEM. (GAL)	CONT. APARTE
A59	1	Norma	Aud. Pública	28.10.96	O. Guedes		

Com. Finanças

Então essa é uma primeira abordagem, geral, que acho importante ser ressaltada, e eu gostaria de que o Secretário Freitas respondesse a algumas questões: a primeira é que no artigo 4º da atual Lei Orçamentária, fica o Executivo autorizado a contratar empréstimos nas condições que se seguem; aí, logo no item um tem o seguinte - até o limite de 500 milhões de reais, corrigidos monetariamente, junto a instituições financeiras do Exterior, com a finalidade de refinaranciar o passivo financeiro da prefeitura, nos termos da Resolução 2.280/96 do Banco Central do Brasil.

E o que define essa Resolução do Banco Central ? Define que ~~este~~ ^{este} empréstimo aqui vai ser feito para pagar dívidas já vencidas, de curto prazo. Então, no meu entender, da forma como está colocado este empréstimo aqui - isso que eu gostaria de ouvir do Secretário - do jeito como está colocado nas Receitas parece que vai haver mais 500 milhões de receitas, quando esses 500 milhões já são para pagar dívidas de curtíssimo prazo, que deveriam estar definidas em outro local deste Orçamento, e não como receitas, porque parece que há 500 milhões a mais para se gastar no que se quiser, e não é, já é um dinheiro amarrado ao pagamento de empréstimos de curto prazo. E eu gostaria de ouvir a ponderação do Secretário sobre essa questão.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 32 do proc. 12
276 de 1996
o. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A59	2	Norma	Aud. Pública	28.10.96	O. Guedes	ISABEL S. H. NASHIRO Of. Adm. Geral III

Com. Finanças

Uma outra questão importante é a respeito do artigo 5º, no qual a proposta ~~é~~ a de que as operações ARO - Antecipações de Receitas Orçamentárias - estão estipuladas em 15% do total do Orçamento; num orçamento de mais de sete bilhões isso dá mais de um bilhão de reais, e nós sabemos que antecipações de receitas ~~msó~~ ocorrem em situações extraordinárias porque elas se dão baseadas em ~~ARRANJAMENTOS~~ empréstimos de mercado, com juros extremamente elevados, então eu acho que representa um valor muito alto essa proposta de 15% de antecipação orçamentária.

Em relação aos artigos 16 e 17 eu gostaria de que o Secretário esclarecesse uma dúvida a respeito do artigo 16, que define: "para a aplicação do disposto no "caput" do artigo 21 da Lei 12.125, de 05 de julho de 1996, projetou-se a inexistência de inflação de julho de 1996 a dezembro de 1997"; e depois, no artigo 17: "Fica o Executivo autorizado a atualizar as dotações orçamentárias da administração direta e das autarquias para mais, ou menos, sempre que a inflação medida pelo índice de preços ao consumidor da FIPE divergir da hipótese inflacionária adotada no artigo anterior.".

O que indago ao Secretário ~~em~~ - se no ~~ME~~ artigo 16 projeta-se um orçamento do ponto de vista de que não vai haver inflação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 33 do proc. 13
776 de 1976
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	INTERESSADO S. H. VASCONCELOS, APARTE
A59	3	Norma	Aud. Pública	28.10.96	Of. Adm. Geral III O. Guedes

Com. Finanças

e no seguinte fala-se da hipótese de haver inflação, eu gostaria de saber como é possível esclarecer essa questão - se vai haver inflação ou se não vai - como a Secretária, como o Governo está vendo esse problema.

Quanto ao artigo 18, ele trata desses 15% que a Lei Orçamentária permite ao Executivo remanejar, e eu volto a dizer que isso é um absurdo, é a Câmara cortar, abdicar de uma de suas funções básicas - volto a repetir: os vereadores, inclusive os que apóiam o atual governo, precisam se lembrar de que este é um poder independente; não é porque pertencem ao mesmo partido do Governo é que têm de aprovar tudo o que o Executivo manda; a Câmara, dessa maneira, perde a sua capacidade de fiscalização.

Então, essa questão que estou expondo desejo que o Secretário aborde também, e depois, no Anexo III, nós temos a proposta de aumento das multas em 35%, se não estou equivocado; e a respeito disso indago ao Secretário qual a referência; por que 36% e não 20, ou 15, ou 50 ?

E, finalmente, a respeito do aumento de IPTU; a proposta é de aumento de 2% no IPTU, do ponto de vista geral, da Planta Genérica de Valores.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TÁQUIGRAFIA —

Folha 8.ª - 34 do proc.
776 de 1996
Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A59	4	Norma	Aud. Pública	28.10.96	O. Guedes	ISABEL P. S. H. NASHIRO Of. Adm. Geral III

Com. Finanças

E quero lembrar ao Secretário que houve algo extremamente na Cidade neste ano de 1996; só para lembrá-los, o IPTU da zona norte, em média, aumentou cerca de 31% - e o Vereador Nello Rodolfo aqui é um dos representantes da zona norte; na zona leste o aumento foi de cerca de 28%; já nos jardins o aumento foi, em média, 11%, e o IPTU da rua do Prefeito, senhores, diminuiu em 8% neste ano de 1996 - na Rua Costa Rica; isso é gravíssimo, e a proposta de IPTU para 1997 mantém essa completa disparidade entre os aumentos, porque vai haver um aumento geral de alíquotas para toda a Cidade, quando a expectativa era a de que houvesse uma reversão nessa injustiça que foi cometida para com a periferia de São Paulo.

São as questões mais gerais que gostaria de abordar num primeiro momento. Obrigado.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Passamos a palavra ao Sr. Secretário para que responda ao Vereador Odilon Guedes e, a seguir - (pausa) Pois não; tem a palavra o Vereador José Índio Ferreira do Nascimento. - (em aparte fora do microfone) - Tem a palavra o Vereador Nelson Proença.

O SR. NELSON GUIMARÃES PROENÇA - Eu pedi ao Presidente a

palavra, pela ordem, pois a mim me parece que exatamente por causa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 35 do proc.
n. 726 de 1976
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A59	5	Norma	Aud. Pública	28.10.96	(SABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III	

Com. Finanças

desse argumento trazido pelo nobre Vereador José Índio - de quem muitas das perguntas que poderiam ser feitas já teriam sido respondidas antes - acredito ser aconselhável o método proposto pelo Sr. Presidente no sentido de que na medida em que as respostas forem sendo dadas cada um de nós já iria excluindo perguntas que eventualmente teria a fazer. Se o nobre Vereador José Índio concordar me parece seria a melhor maneira de prosseguirmos com os nossos trabalhos.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Solicito ao Vereador José Índio que exponha ao microfone.

O SR; JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Sr. Presidente, na medida em que ^{um} vereador se pronunciar a respeito de uma questão que porventura ^a tenha trazido dúvidas a este Vereador, já estarei ciente e não precisarei mais expor a questão, já deixo o tempo para a resposta do Sr. Secretário porque daria no mesmo, mas ao menos para o Secretário ficaria mais fácil porque poderia responder no geral.

~~_____~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	PRIMEIRO S. I.	MASSIMO. APARTE
N69	1:	Paula	Com.Fin.	28.10.96	Of. Adm. C	ral III

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Recebi no início da reunião exatamente um pedido nesse sentido Vereador Nelson Guimarães Proença pedando que o Secretário respondesse, daí porque adotei esse método. Mas, consulto o Sr. Secretário se não há nenhum prejuízo de esquecer, no correr do tempo, a pergunta formulada, por exemplo aquilo que já foi feito pelo Vereador Odilon Guedes. A nossa preocupação é para que não haja prejuízo para o andamento da reunião.

O SR. SECRETÁRIO - O Sr. Odilon Guedes já fez uma pergunta que, talvez, eu gostaria de questionar. Não preciso fazer porque vou receber a resposta posteriormente.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Então, esta Presidência para que não fiquemos numa contenda, pergunto aos companheiros membros da Comissão qual é o melhor método para adotarmos. Vamos responder a pergunta formulada.

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Os dois são iguais. Não se trata de nenhuma divergência. O que acontece é que o Nelson colocou de uma forma e eu coloquei de outra. Mas, é a mesma coisa.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N69	2	Paula	Com. Fin.	28.10.96	Almir	

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Então, vamos fazer o seguinte: vamos tocando a reunião no método usual, o Dr. Freitas vai respondendo e se no decorrer do processo percebemos que isso criará um tumulto, poderemos rever e reformular isso. Vereador José Índio, imagino que pela nossa própria experiência, o mais ferrenho questionador dos problemas da Câmara, com todo o respeito aos demais membros da Comissão, tem sido o Vereador Odilon Guedes. Assim, S. Exa. começou a formular as suas perguntas às 14h22min e demos exatamente 12 minutos para que ele tivesse todo o tempo para fazer tudo aquilo que ele bem entendesse.

Tem a palavra o nobre Vereador Zenas Pires.

O SR. ZENAS PIRES - Apenas para completar: Se o tema discutido for o que já foi apresentado e algum Vereador quiser completar, complementar ou quiser esclarecer melhor, que se permita um aparte. Não custa nada um aparte sem tempo longo.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Assim sendo, vamos passar a palavra ao Sr. Secretário para responder as perguntas formuladas pelo Vereador Odilon Guedes.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 38 do proc.
726 de 1996
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	S. CONTAS
N69	3	Paula	com. fin.	28.10.96	Secretário	Of. Am. Geral III

O SR. SECRETÁRIO - Bom, com relação às colocações do Vereador de que o orçamento nem sempre é cumprido, que o orçamento é uma peça de ficção, só quero lembrá-lo que nas administrações passadas, em todos os anos, das dotações atualizadas, a administração passada empenhou sempre no final do ano 68 a 70%, não passou disso. Tenho esses dados aqui e poderia passar à Comissão de Finanças.

Com relação ao pólo da zona Leste, isso consta de um trabalho desenvolvido pelo Secretária do Planejamento chamado "Programa 2.000-020", que todas as ações inerentes ao pólo da zona Leste estaria inserido nesse trabalho desenvolvido pela Secretaria do Planejamento.

Com relação ao Cingapura, não disse que serão entregues 44.712 unidades no ano que vem. Eu disse que estariam em construção 44.712 e, para tanto, o orçamento fiscal de 1997 dispões de trezentos milhões destinados ao Cingapura.

Com relação às creches, disse o Sr. Vereador que até agora foi concluída apenas uma creche. Não. Tenho uma relação das obras inauguradas: Vila Califórnia, Jardim Nordeste, Vila Califórnia-Interlagos, Parque Ipê, Vila Remo, Parque Dorotéia, Parque



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º - 39 do proc.
n.º 776 de 1976
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADEN	CONT. APARTE
N69	4	Paula	com. fin.	28.10.96	Secretaria	ISABEL P. S. H. NASHIRO Geral III

Anhanguera, Vila Piauí, Jardim dos Reis, Jardim Fujihara, Parque Cruzeiro do Sul, Jardim Novo Horizonte. Em andamentos que serão entregues até o final do ano: Jardim Castelo, Jardim Maracanã, Jardim Tereza, Parque Cruzeiro do Sul, Jardim do Centro, Jardim Ana Rosa, Lajeado, Jardim Antártica, Jardim Tremembé, Umuarama, Jardim Primavera, Jardim Conquista, Jardim Sapopemba, Guanabara, São Francisco, Vila Sabrina, Cohab- Sítio Conceição, Jardim Eliane, Cohab-Educandário e Parque Residencial Cocaia-Grajaú.

Com relação ao empréstimo de 500 milhões, isso é decorrente da resolução 22/80, do Banco Central, e seria, sim, dinheiro novo. Por quê? Porque os títulos vencíveis em 1997 já estão praticamente autorizada a sua rolagem pela Emenda Constitucional nº 3. Tenho aqui também essa resolução. Vou deixar a cópia com o Presidente da Comissão para que os Srs. Vereadores analisem isso. Repito, realmente, é dinheiro novo. É um financiamento do passivo financeiro, mas é um dinheiro novo.

Com relação aos empréstimos via antecipação de receita, os 15% não querem dizer que a Prefeitura vai tomar os 15% de empréstimo. Os 15% são constitucionais. Com relação ao Projeto de lei que num primeiro momento diz da inexistência da inflação, sim, es-

KPOGRAF

mos trabalhando com inflação zero no período. Mas, se eventualmente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 40 do proc. 20
n.º PAULO de 19 26
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N69	5	Paula	finanças	29.10.96	Sec 13:	

houver inflação, como já aconteceu em anos anteriores, uma pequena inflação, a Prefeitura abre a possibilidade de recompor o poder de compra das suas dotações orçamentárias ou o poder de despesa das suas dotações orçamentárias.

Com relação aos 15% de ramanejamento nos 3 últimos anos de governo, esse percentual tem sido aprovado pela Câmara e isso permite uma melhor flexibilização das despesas do orçamento.

Quanto às multas de trânsito, fizemos um trabalho, aliás, esse trabalho já está sendo encaminhado ao Sr. Odilon Guedes, mas deixo também uma cópia aqui onde justificamos plenamente esse crescimento em função do novo código de trânsito que será promulgado ainda este ano.

~~(Sua honra e dignidade)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 41 do proc. 21
PAULO 776 de 1986
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORAIDOR	S. H. CONTINUAÇÃO
N-70	01	Denise	Aud. Pública Com. Finanças	28.10.96		Of. Adm. Geral III

~~Com relação ao IPTU, o crescimento de 2% não é na planta genérica de valores, é crescimento vegetativo, crescimento físico. Não se mexe na planta genérica de valores.~~

Com relação ao fato da zona leste ser mais sacrificada, isso não acontece. O valor venal dos imóveis, de onde se calcula ~~o IPTU, na zona leste, é menor. Está por volta de 59, 60%. Enquanto que em todas as outras regiões fica em torno de 70, 75% ou mais.~~

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Eu pergunto ao Vereador Odilon Guedes se ele está satisfeito com as respostas para passarmos a outro Vereador.

O SR. ODILON GUEDES - Acho que a discussão poderia continuar, depois, se for preciso, peço a palavra.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Tem a palavra o nobre Vereador Nelson Proença.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 22 do proc. 746 de 1996
e funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N7C	02	Denise	Aud. Pública Com. Finanças	28.10.96	Nelson Proença	Of. Adm. Geral III

O SR. NELSON PROENÇA - Sr. Secretário, a análise da peça orçamentária, naturalmente, é uma tarefa muito árdua. E somente no primeiro volume já empreguei muitas horas e não tive condições de avançar nos volumes seguintes. Tal sorte que as arguições que hoje faço, nesta primeira audiência, são de caráter geral. E me reservo para uma segunda audiência pública fazer uma análise mais perfunctória do conteúdo da peça orçamentária.

Então, são algumas questões que gostaria de esclarecer porque não consigo compreender alguns critérios que são utilizados para elaborar a peça orçamentária e definir a política financeira e econômica da Prefeitura Municipal de São Paulo.

A primeira pergunta é o seguinte: qual é o limite tolerável para o individamento do Executivo Municipal? Justificativa da pergunta: nós estamos vendo a tragédia que está se abatendo hoje sobre os Governos Estaduais em todo o país, que esgotaram a sua capacidade de individamento, comprometendo seus orçamentos. Com isso, estão impossibilitados, tanto de obter novos financiamentos, como de fazer a rolagem de suas dívidas. Estão com dificuldades muito grandes. E até em alguns Governos Estaduais já se falou em insolvência. Isso é resultado de uma conduta passada que acabou levando à essa situação, que pode-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Boletim n. 13 do proc. 23
n. 776 de 19 26
ISABEL F. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral II

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N70	03	Denise	Com. Finanças	28.10.96	Nelson Preença	

mos chamar de catastrófica das finanças dos Estados que compõem a União

Em relação à Prefeitura de São Paulo, quais são os parâmetros que a Secretaria de Finanças utiliza para dizer: é justificado termos hoje um endividamento que beira a casa dos 7 bilhões de reais, alguma coisa entre 6 e meio bilhões e 7 bilhões de reais. E qual seria ainda o potencial de endividamento da Prefeitura Municipal de São Paulo, sem que isso venha a resultar, amanhã, numa situação de caos financeiro igual ao que se abateu sobre os Estados em nosso país. É uma pergunta de ordem técnica e não política, os critérios que estão sendo adotados para definir esse panorama.

A segunda questão que queria levantar, diz respeito ao programa relacionado com a Secretaria de Saúde, o ~~PixexPasx~~ Programa PAS, o plano de assistência social. Quando esta Casa foi chamada para estudar e votar o projeto que veio do Executivo, o texto do projeto, depois transformado em lei, não fazia qualquer referência a valores. Era apenas uma definição de objetivos. ~~Kx~~

Contudo, na justificativa do projeto PAS, veio expresso a nós. ~~Ser~~ A Câmara estaria autorizando a entregar 10 reais por pessoa por mês cadastrada no PAS, o que significa 120 reais por pessoa por ano. E o que nós vimos, nesse segundo semestre, com o PAS em pleno funcio-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 24 do proc. 24
de 1976
o funcionário

PROZÓIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Ad. Gera	CONT. APARTE
mn70	04	Denise	Com. Finanças	28.10.96	Nelson Proença		

namento, é que essa estimativa foi superada em duas, e em certos casos em quase três vezes, por numerosas cooperativas. De tal sorte, que o orçamento para o ano próximo, já prevê 1 bilhão e 140 milhões para a Secretaria para o atendimento de 5 milhões e 100 mil pessoas, o que, tiradas as despesas próprias de administrativas da Secretaria, deve representar um investimento, não mais de 120, mas sim de 200 reais por pessoa por ano.

Se nós formos raciocinar com o universo da população necessitada de São Paulo, que são seguramente 7 milhões de pessoas dependentes do serviço público, apenas 3 milhões têm convênios que os ampara, poderíamos dizer que em ano futuro, iremos saltar, no orçamento para alguma coisa em torno de 1 bilhão e 500 milhões para o PAS.

~~Próximo ano~~

Esses números me preocupam muito porque nós estamos, por assim dizer, dando um cheque em branco ao PAS, não dando mais 10 reais por pessoa por mês, mas pagando as contas que nos são apresentadas, como Executivo Municipal. E eu gostaria de saber como está sendo traçada essa política.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 45 do proc.
n.º PAULO 776 de 19 96
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	S. H. CONT. / PARTE
A51	1	Idelci	Aud. publ.	28.10.96	NGProença	Ch. Adm. Geral III

A terceira pergunta diz respeito a essa mesma questão, o PAS, porém num enfoque diferente. Quando a Prefeitura adquire materiais, repõe medicamentos, repõe fios de sutura, compra equipamentos, ou quando decide pela terceirização de serviços de cozinha e faxina nos hospitais, tudo isso é feito pela Administração direta sob a forma de licitação. A Lei de Licitações obriga a Administração direta ou mesmo a indireta, quando há a participação do Executivo municipal. Estamos acompanhando através do Diário Oficial, o desempenho financeiro e o empenho de recursos para o PAS e não estamos conseguindo encontrar essas licitações feitas de maneira clara no âmbito do PAS. A pergunta que eu queria fazer é a seguinte: quais são os instrumentos de controle que a Prefeitura está usando, prevendo para o ano próximo, para que esses recursos que estão sendo alocados - são recursos enormes, muito maiores que os do ano em curso - realmente venham a ser empregados sem que haja um esbanjamento ou má administração dos mesmos por parte das cooperPAS. Esta é a terceira preocupação que eu queria manifestar.

A quarta diz respeito ao orçamento voltado para o Projeto Cingapura, que prevê a construção de 44.712 unidades no ano próximo. O orçamento previsto para atender a esse total é de 514 milhões de reais. Não obstante, neste ano, deverão estar sendo entregues ao Cingapura, algo em torno de 300 milhões de reais. O acompanhamento da execução financeira estava indicando esta casa, a dos 300 milhões de reais, para alguma coisa em torno de 10 mil habitações entregues, talvez 12 mil, até o fim do ano. Não há proporção entre esses dados. Ou está-se gastando



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 86 do proc.º 26
SÃO PAULO 28 de 1996
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Of. Adm. Cont. Aparte
A51	2	Idelci	Aud. publ.	28.10.96	NGProença	

demais este ano, o que me parece ser correto, ou está-se prevendo de menos para o ano próximo. A pergunta também é de ordem técnica: qual o preço do metro quadrado construído pelo Projeto Cingapura, que permite calcular, não diria as do ano próximo, mas as do ano corrente, que são as efetivamente construídas, custaram quase 300 milhões, para a entrega de 10 a 12 mil habitações?

A última pergunta, aquela que já foi de certa forma abordada pelo nobre Vereador Odilon Guedes, mas não ouvi a resposta e, então, queria insistir. Chamou-me a atenção, ao apresentar-se o orçamento como o maior orçamento que já houve no Município de São Paulo, que há uma parcela substancial dele que é destinada a empréstimos para pagar empréstimos. Empréstimos novos para pagar empréstimos anteriores, para rolagem da dívida, portanto. Então o orçamento real cai. O orçamento está em números inferiores, porque o orçamento real é aquele que permite manter a estrutura municipal, como bem disse V.Exa., e também fazer investimentos de capital. Então esses números estão bem abaixo do total orçamentário que foi apresentado e que impressiona pela sua grandeza; mas, quando eliminado este item, provavelmente terá um valor menor. Gostaria de ouvir de V.Exa. qual será realmente o valor em causa.

Para uma primeira parte estas eram as perguntas que eu queria fazer.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 47 do proc.
716 de 1996
o funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ISABEL P. CONT. APARTE
A51	3	Idelci	And. publ.	28.10.96		Of. Adm. Geral III

O Sr. Presidente - Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário registramos a presença do nobre Vereador Jooji Hato, que nos honra com sua presença e, fazendo parte da Mesa, o Relator do projeto, nobre Vereador José Índio do Nascimento.

Tem S.Exa. a palavra para as respostas.

O Sr. Secretário (José Antonio de Freitas) - O limite tolerável para o endividamento é o limite fixado pelo Banco Central que, aliás, dá esse limite através da Resolução nº 69/95. Enviamos toda a documentação ao Banco Central, que analisa a capacidade de endividamento da ~~prefeitura~~ e de investimento da prefeitura e diz se ela tem condições ou não de tomar empréstimos. A par disso, para que se chegue a alguma conclusão, seriam necessários esclarecimentos adicionais. Em 1992, no final da último ano da Administração - não estou dizendo nada com relação à Administração petista - no balanço corrente, ou seja, a diferença entre aquilo que se arrecada com as receitas correntes e aquilo que se paga na ~~manutenção~~ operação dos equipamentos existentes e na manutenção da Cidade, a prefeitura gastou a mais cerca de 500 milhões de reais. Em 1993 esse fato se repetiu: a prefeitura gastou a mais, em termos de manutenção da Cidade, do que arrecadou, 346 milhões de reais. Em 1994 a situação se inverteu. Por que? A par de uma série de medidas tomadas para racionalizar o gasto, a Prefeitura conseguiu inverter isso aí. Onde havia ~~um~~ um deficit corrente a Prefeitura passou a ter um superavit corren



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 49 do proc. 716 de 1926
o funcionário Secretário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	S. CONT. APARTE
A51	4	Idelci	Aud. publ.	28.10.96	Secretário	Of. Adm. Geral III

te, ou seja, arrecadava-se mais do que se gastava na manutenção e operação dos equipamentos. Em 1995 esse número passou para 1,200 bilhão, ou seja, arrecadou-se mais e

~~_____~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR P. S. HONASIN	CONT. APARTE
A52	1	beth	com. fin.	28.9.96	Of. Adm.	Geral III

1,205 milhões
e se gastou ~~1,205 milhões~~ a menos do que se arrecadou em termos de manutenção dos equipamentos, pagamento de funcionários, compra de medicamentos, enfim, toda a manutenção da Cidade. É isso que o Banco Central analisa. Então, a Prefeitura sobrou em 1994, 1995 cerca de 2,5 bilhões de recursos. Para que servem esses recursos? Servem para investimentos e para mostrar ao Banco Central, ao Senado Federal que a Prefeitura tem capacidade de contrair empréstimo, tomar empréstimos e pagar os seus empréstimos. Tanto é que a Prefeitura vem pagando rigorosamente em dia seus compromissos, tanto a nível doméstico quanto de empréstimo externo. E os títulos vêm sendo rolados. Não somente a Prefeitura mas o Brasil todo vem tendo autorizações para a rolagem desses títulos. Então, o limite tolerado é fixado pelo Banco Central, pelo Senado Federal em cima da Resolução 69/95. Esse limite leva em consideração a capacidade de investimento das Prefeituras ou do Estado. Capacidade de endividamento que é mostrada por quê? Pelo resultado corrente. É o que acabei de dizer: a diferença entre as receitas correntes, ou seja, as receitas do município e aquilo que o Município gasta para manter os seus equipamentos, para manter a cidade, para pagar o funcionalismo, enfim, todo o custeio do Município. É isso o que determina e mos-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	funcionário	CONT. APARTE
A52	2	beth	com. fin.	28.90	ISAEL P. S. M. ARAUJO	HANASHIRO

tra a capacidade de investimento e de pagamento da Prefeitura. Con-
vém lembrar que esse balanço corrente, essa diferença não vale só
para a Prefeitura de São Paulo, vale para todos os órgãos públicos.
Com relação à Secretaria da Saúde: foi contemplada com 1,1 bilhão
do orçamento. Desses, 840 são destinados ao PAS, ou seja, a Secre-
taria de Finanças fez uma previsão que o PAS consumirá no ano que
vem cerca 70 milhões/mês entre custeio e investimento. E o per cap-
ta que o Sr. disse hoje já é de 10,96, não é mais 10. O valor per
capta. Então, a Prefeitura pretende, pelo menos a meta é essa, atin-
gir ou atender a mais de 5 milhões de pessoas ao preço de 10,96 por
pessoa. Foi destinado ao PAS, 70 milhões/mês ou 840. Isso está in-
serido não somente o custeio mas também o investimento. Com relação
à compra de medicamentos, material médico-hospitalar pelas coopera-
tivas, as cooperativas têm autonomia para comprar isso. Isso foi
definido pela Procuradoria Geral do Município e eu queria lembrar que
está em curso, no Governo Federal uma medida provisória, que deverá
sair bem a curto prazo, isentando - não sei exatamente como sairá -
mas ela isenta todas as atividades ditas sociais de processos lici-
tatórios. Isso ~~deverá~~ deverá sair em 15 ou 20 dias no máximo. Com
relação aos instrumentos de controle do PAS a Prefeitura vem, é evi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

FAVILA n.º 51 do proc.
n.º 776 de 1976

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
A52	3	beth	com. fin	28.10		S. HANASHIRO

dente que toda a implantação sofre alguma dificuldade e a Prefeitura está tomando todos os cuidados, inclusive junto ao Tribunal de Contas com a contratação de auditoria externa para que a coisa seja bem controlada. Ainda com relação ao Cingapura eu disse 44.712 unidades e disse bem. Não frisei e gostaria de frisar agora, corresponde à fase 1 até a 8ª dos quais 1 até a 3ª já está praticamente e que seriam aquelas 8, 10 mil unidades em andamento, 20 mil unidades em andamento das quais 15 mil serão entregues até o final do ano e o restante ficaria para o ano que vem. Então, 44.712 correspondem à fase 1 em que algumas estão sendo cumpridas este ano. Com relação ao preço do metro quadrado não temos os dados aqui no momento. Comprometo-me a colher junto à Secretaria da Habitação e passar ao Vereador. Com relação à carta circular do Banco Central, Resolução 22/80 que possibilita a tomada de recursos no exterior não é rolagem. São recursos novos. A rolagem do ano que vem está permitida pela Ementa Constitucional 3 no artigo 5º. Seria realmente um dinheiro novo. Com relação ao que o Orçamento apresenta: sete bilhões e oitocentos e ~~40~~ no lado da Receita tem 760 ou 769, que seria a ~~XX~~ rolagem. Do lado da despesa é o mesmo valor. Essa sim é a rolagem. São os títulos que vencem no ano que vem e a Prefeitura



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 52 do proc. 32
n.º 776 de 19 96
e (funcionário) Vza

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
A52	4	beth	com. fin.	28.10.	Of. Ad.	1. Geral III

ra através da Emenda Constitucional nº 3 já tem ~~uma~~ permissão para rolar esses títulos. Então, a rigor, se fôssemos deduzir teríamos de deduzir tanto da receita quanto da despesa. Os 500 milhões são recursos adicionais, quer dizer, novos. Espero ter atendido.

— O SR PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Professor Nelson Guimarães Proença está satisfeito?

O SR NELSON GUIMARÃES PROENÇA - Sr. Secretário, restam algumas dúvidas mas, talvez, no correr da discussão, elas fiquem esclarecidas. Se não, voltaremos.

a SR PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Registramos a presença do Vereador Edson Simões, da Comissão e está liberado aos Vereadores o direito de perguntas para passarmos ao público.

Tem a palavra o Vereador Zenas Pires.

O SR ZENAS PIRES - Ainda dentro da questão dos 500 milhões de empréstimo, Dr. Freitas, só não me ficou muito clara a questão da utilização desse recurso até porque se ele for utilizado para o fira-fila, parece que não temos conhecimento, os



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 53 do proc. 33

7210 19 96

o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	TRANSCRIPTOR
A52	5 /	beth	com. fin	28.10	Of. Adm.	Genal III

Vereadores da Casa, de quais seriam os projetos a serem implantados e os custos desse projeto . Só queria que V.Exa. me esclarecesse.

~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 84 do proc.
nº 776 do 19 96
o funcionário *Isabel F. S. Anashiro*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
A53	1	regina	aud.púb.	28.10.96	ISABEL F. S. ANASHIRO Of. Adm. (rel III)	

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Esses 500 milhões não estão vinculados a nenhum investimento. É um dinheiro que iremos trabalhar para conseguir. Esse dinheiro entraria no caixa e será evidentemente utilizado para investimento, mas não há definição se é para esse ou aquele projeto.

Em relação ao fura-fila, está sendo elaborado pela São Paulo Transportes e pela Secretaria dos Transportes, um projeto de lei que deverá ser encaminhado à Câmara, no qual ficará definido todo o projeto em si e o que será feito em 1997, que seriam cerca de 30 quilômetros. O preço mais ou menos seria em torno de 12 mil, 10 mil o quilômetro. Evidente que o preço é em dólar.

O SR. ALMIR GUILARÃES - Tem a palavra o nobre Vereador Mohamad Said Mourad.

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD - Sr. Presidente, Sr. Secretário, demais Vereadores, a minha preocupação maior é em relação à canalização de córregos e às enchentes. Gostaria de ter informações a respeito do trabalho de 1996 e o que está sendo proposto para 1997. E também qual a porcentagem da Prefeitura quanto aos empréstimos internacionais ou externos?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 35 do proc.
n.º 176 de 1996
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	- ISACIAPOB. HANA SHIRO (CONT. APARTE
A53	2	regina	aud.púb.	28.10.96	Of. Adm. Geral III

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - A Prefeitura continua com a atenção voltada ao assunto enchentes, tanto é que a Prefeitura vem aplicando substanciais recursos nesse tipo de gasto. Do ano de 1996, não tenho globalizado o montante mas me comprometo a passar o valor para o senhor. Para o ano de 1997, como já disse e talvez o senhor não estivesse aqui, a Prefeitura, em linhas gerais, continua o combate, o programa de combate às enchentes, parcialmente financiado pelo BID, com a canalização de 13 córregos, como o Cabuçu de Baixo, Inhumas, e assim vai. Vamos construir os piscinões do Aricanduva, são dois ou três no Aricanduva e região. No Cabuçu de Baixo já foi iniciado, se não me engano são dois piscinões e no Pirajuçara também. Além disso, tem também o piscinão das Águas Espraiadas. Têm também outras intervenções que SVP faz, e as citadas seriam as maiores, nessa linha de gastos.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Muito bem, pergunto aos Srs. Vereadores se há mais alguma pergunta? Vereador José Índio gostaria de falar?

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Gostaria que o Sr. Secretário me esclarecesse porque no artigo 4º, inciso II, está previsto que até o limite de 60 milhões de reais, corrigidos monetariamente pela Caixa Econômica, para desenvolvimento do projeto Cingapura e Proca-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 56 do proc.
P. A. U. L. O. 726 do 19 96
n.º 726 do 19 96
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A53	3	regina	aud.púb.	28.10.96	OMHSVNVH	ISADEL P S NANTASIA

ve, não há problema. No entanto, quando verificamos no demonstrativo da receita, consta para empréstimo para contas internas, para contratos internos a previsão de 80 milhões. A diferença de 20 milhões como seria justificada? ~~XXXXXXXXXX~~ No demonstrativo para receita, da evolução da receita, para 1997 consta previsão para operações de crédito externa de 855 milhões. A diferença é 305 milhões. Como poderia ser justificada a diferença?

Gostaria também de aproveitar o momento para cobrar do Sr. Secretário informações sobre alguns questionamentos, feitos quando da análise das contas do Governo do ano de 1995. Lamentavelmente, os esclarecimentos não vieram e por conta disso fomos obrigados a que as contas do ano passado fossem, pelo Regimento Interno da Casa, passadas por de curso de prazo. Insistimos, ~~XXXXXXXXXX~~ reiteramos os questionamentos, mas não tivemos qualquer tipo de solução. Por fim foi entregue ao Líder do Sr. Prefeito, Vereador Miguel Colasuonno, que também deve ter questionado, é o que presumo.

Outro detalhe, que gostaríamos que fosse esclarecido pelo Sr. Secretário, é quanto a um pedido nosso em relação ao questionamento junto à Secretaria do que foi feito quanto ao Corpo de Bombeiros, as reformas e construção dos postos. Veio uma resposta vaga por parte



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 57 do proc. 37
7/6 de 1996
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	SECRETARIO
A53	4	regina	aud.púb.	28.10.96	PAULO S. MANASHIRO	Of. Adm. Geral III

de SGM, naturalmente orientados por V.Exa.. Gostaria de uma resposta que me satisfizesse, porque lamentavelmente as respostas foram vagas.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Em relação ao projeto de lei que consta a correção monetária do financiamento junto à Caixa Econômica Federal, realmente é de 60 milhões. Evidentemente, colocamos esse artigo como segurança. De repente o valor aprovado, se não houvesse o dispositivo de correção, seria 60 milhões. Havendo inflação, temos de recompor o valor. O motivo é somente esse, mas já está aprovado, a Caixa Econômica já se comprometeu em mandar o dinheiro para São Paulo. É uma questão operacional somente.

Em relação aos contratos internos...

O SR. JOSÉ INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Um momentinho, Sr. Secretário, via de regra já é corrigido monetariamente. Nós recebemos naturalmente o preço de julho e teremos, na ocasião, um preço totalmente diferenciado em função da correção, das aplicações.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Nosso receio é que a Caixa assim não entedesse. Por isso, colocamos dessa forma, é uma ~~segurança~~

~~segurança para não interferir no mercado, em absorver...~~

~~Resposta~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 58 do proc.
nº 776 de 1996
o funcionário
ORADOR: ISABEL P. CONT. APARTE
Ol. Adm. Geral III

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A55	81	valéria	aud.públ.	28.10.96	ISABEL P.	Ol. Adm. Geral III

medidas de segurança que não interferem absolutamente em nada daquilo que já está contactado com a Caixa. Talvez essa diferença de 20 milhões - que não é bem diferença, os contratos internos seriam 80 milhões, divididos 60 milhões da Caixa Econômica, do Cingapura, e 20 milhões pela Lei 10591 que diz respeito a creches, escolas, uma lei bem antiga e estamos trabalhando junto à Caixa para ver se conseguimos esse recurso.

Com relação aos contratos externos, os 855 milhões estão assim decompostos, por assim dizer: ~~XXX~~ BID II, 150 milhões. O que é BID II? Seria o financiamento dos córregos relacionados com o SBP, aqueles 13 córregos. O Cingapura tem 135 milhões com contrato recentemente assinado dos quais a ~~Prefeitura~~ Prefeitura estaria recebendo ou vai receber este ano cerca de 15 milhões, ou 10% do contrato, e a promessa do BID dos 135 serem repassados no ano de 97. Os 500 milhões são provenientes da Resolução 22/80, é dinheiro novo. A Prefeitura vai trabalhar para conseguir esses recursos; não é rolagem e é permitido - não está autorizado, mas é permitido. Pela Resolução 22/80, da qual passo cópia ao Sr. Presidente para que seja analisada, notadamente seu artigo 5º. Há também a instalação dos semáforos inteligentes, devidamente aprovada pela Lei Municipal 10.461/88. A Prefeitura pretende ampliar em cerca de 300 pontos a instalação dos semáforos inteligentes.. Finalmente, os 50 milhões da Guarapiranga - trata-se



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

39
Folha nº 57 do proc.
776 de 1926
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
A55	2	valéria	aud.publ.	28.10.96	ISABEL P. S. Of. Adm.	HANASHIRO Geral III

de um contrato antigo do BIRD, Banco Mundial, com o Governo do Estado. A Prefeitura tem um convênio com o Governo do Estado que vem repassando verbas, que embora modestas, têm vindo com a promessa de um repasse maior em 1997.

Já que ~~estou~~ ^{estou} falando e operações de crédito, agora vou até o final. Há os títulos, há a rolagem, 779 milhões, permitida pela Emenda Constitucional 3 e regulamentada pela Resolução 79 do Senado. E há outras receitas de capital: 127 milhões provenientes de recursos de fundo e as operações interligadas que se entrarem serão canalizadas para o Fundo Municipal de Habitação cerca de 50 milhões.

Essa é a composição das operações de crédito. Poderia deixar com o Presidente da Comissão todo esse detalhamento.

Com relação ao questionamento feito pelo senhor, infelizmente recebi via ~~via~~ líder Miguel Colasuonno, na quarta-feira, que me pediu que respondesse na sexta-feira. Na sexta fui ao Rio de Janeiro e não deu para responder, mas a resposta já está feita e se não chegar hoje, amanhã de manhã estará em suas mãos sem falta.

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - As perguntas foram feitas há cerca de 4 meses.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Não ~~h~~ à Secretaria de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A55	3	valéria	aud.publ.	28.10.96		

Finanças. A Secretaria de Finanças recebeu via Vereador Miguel Colasuonno na quarta-feira.

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Não senhor.

Nós fizemos à Secretaria de Finanças.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Gostaria até de ver esse documento.

Com relação ainda ao posto do Corpo de Bombeiros temos o compromisso, via LDO, de repassar a taxa de sinistro ao Corpo de Bombeiros. Já falei com o Gilberto antes da reunião, pois gostaria que o pessoal do Corpo de Bombeiros entrasse em contato comigo. Quero ver em que pé está o assunto e quero ver que providências a Secretaria tem de tomar para que a LDO fosse atendida.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Vereador José Índio Ferreira do Nascimento, V.Exa. está satisfeito com as respostas?

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Não, não estou satisfeito, mas... (aparte fora do microfone).

O SR. NELO RODOLFO- A título de esclarecimento, para complementar a resposta do Sr. Secretário, foram seis os postos de bombeiros construídos na cidade de São Paulo, dois em andamento, o de Tucuruvi e de Vila Prudente. Outros 4 já tiveram verba liberada pelo Secretário das



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 61 do proc. 776 de 1996
n.º 776 de 1996
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ISABE	P. CONT. N.º	PARTEIO
A55	4	valéria	aud.publ.	28.10.96				Ci. Adm. Geral III

Finanças - nosso candidato Celso Pitta - e os outros 4 estão em fase de licitação que assim que terminar permitirá a construção dos demais.

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Tenho aqui a relação das funções de unidade encaminhadas a este departamento: Guaianas: concluído; Sapopemba: concluído; concluído o projeto de implantação, é bom que se lembre; Vila Formosa: contrato para execução; Vila Olímpia: o projeto do Executivo está sendo executado; Campo Limpo: o projeto do Executivo está em fase de execução; Tucuruvi: já foi iniciada a obra.

(apartes fora do microfone). Vou discutir sim!

O SRT. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Eu me comprometo que se houver algum descongelamento ou suplementação faremos ainda neste ano.

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Não há nenhum concluído, existem projetos de execução. (apartes fora do microfone). Quem fez o procedimento foi o Comandante do Corpo de Bombeiros. (aparte fora do microfone). Está passando informações erradas para V.Exa.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Mas eu me comprometo, Vereador, se houver falta de recursos...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 42
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O ORDEMADOR	CONT. APARTE
A56	1	beth	com. fin.	28.10.96	ISABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III	

~~Corpo de Bombeiros, me comprometo perante o público.~~ para o
Corpo de Bombeiros, me comprometo perante o público.

MM O SR PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Informo ao Sr. Secretário que a Comissão de Finanças e Orçamento, no dia 20 de agosto de 1996 formulou as perguntas com relator, Vereador José Índio, e foi aguardado até o dia 30 de setembro. O prazo regimental dessa Comissão é o dia 1º de outubro. Como até o dia 30 de setembro não chegou às nossas mãos e até o dia 1º de outubro o parecer teria de ser decidido, o projeto passou por decurso de prazo. Pergunto se é do conhecimento do Sr. Secretário.

O SR SECRETÁRIO (José Antônio de Freitas) - Esclareço que normalmente a Câmara faz esses questionamentos e a Secretaria Municipal, por sua vez, repassa à Secretaria de Finanças. Volto a afirmar, não vi esse documento. Vi agora quando o Vereador Miguel Colasuonno passou na quarta-feira recomendando que fosse respondido com a máxima urgência. Repito: só não foi...

O SR JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Eu reclamei pessoalmente, com V.Exa., expedimos o requerimento e não pudemos... tanto é que V.Exa. ficou de me dar uma resposta e cadê a resposta?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Faixa Q. 63 do proc.
n. 776 de 1996

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	funcionário	CONT. APARTE
A56	2	beth	com. fin.	28.10.96	ISABEL P. S. H. NASHIRO Of. Adm. Geral III	

O SR SECRETÁRIO (José Antonio de Freitas) - Estava no protocolo. A resposta veio pela assessora Sueli e pela Laura Maria Barros de Nascimento, informando que oportunamente daria as explicações. E não está assinado por José Antonio de Freitas. Está assinado por Sueli Penha Rubia e Laura Barros Nascimento...

O SR JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Está dizendo que ~~ela~~ só não foi entregue pela Secretaria de Finanças. Precisa descobrir de quem são as irregularidades.

Eu me comprometi com o Vereador Miguel Colasuonno a responder isso até sexta-feira. Não veio na sexta-feira, virá ainda hoje ou amanhã.

O SR PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Vamos passar a palavra a outros componentes da Comissão. Edson Simões? Vicente Viscome? Temos inscrito o Vereador recém-eleito Dalton Silvano e a seguir passaremos a palavra ao público. Darei 5 minutos para que que tenham participado do debate façam suas insc

O SR DALTON SILVANO - Sr. Pr
presentes, ainda não tomando conhe
tal, tenho procurado analisar dentro a.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A56	3	beth	com. fin.	28.10.96	ISABEL	P. S. H. NASHIRO Of. Adm. Geral III

ta, referente a matéria sobre a qual temos nos dedicado há três anos, com relação à habitação, envolvendo moradores da COHAB, 15 mil moradores, 15 mil famílias, 15 mil apartamentos e problemas graves. Minha pergunta é com relação ao Fundo Municipal de Habitação. Gostaria de saber o que compõe o fundo, qual é o objetivo dele pois existe uma proposta que está sendo negociada, percebemos o interesse e o objetivo do projeto Cingapura em abrigar famílias que não têm onde morar e onde se observa que nas várias COHABs está havendo a tomada do imóvel. Uma parte dela é proveniente da legislação federal e outra é proveniente da Legislação Municipal. Meu problema é saber de que se compõe o Fundo Municipal de Habitação pois existe, inclusive, pedido para que o nobre Vereador José Índio, que vem participando dessas negociações conosco, procure financiar ou subsidiar uma parte dessas pessoas que não atingem uma média possam se subsidiar com o fundo. Vejo que existem 60 milhões divididos pelo Norte, leste, Oeste. Gostaria de saber se houve algum critério para se fazer tal medição ou se os 60 milhões existem destinadas às COHABs, o Santa Etelvina, o Adventista, para fazer os subsídios a fim de que não tomemos e nem retiremos o imóvel desse pessoal tão carente.

O SR SECRETÁRIO (José Antonio de Freitas) - Como o Sr.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A56	4	beth	com. fin.	28.10.96		

disse, o orçamento contempla 60 milhões com a possibilidade suplementar de mais 50 desde que haja operação interligada. Essa suplementação não mexe com a margem orçamentária de tal forma que em sendo consumidos os ~~R\$ 60~~ 60 milhões a dotação será automaticamente suplementada. Quero dizer que parte substancial desses 60 milhões será destinada para os mutirões. A COHAB tem ainda aumento de capital e esse recurso sim é destinado à construção de moradias que já estão em andamento e a Prefeitura, via aumento de capital, contribui para a execução dessas obras. De tal forma que para o Fundo Municipal seriam 60 milhões com a possibilidade de suplementação de mais 50.

O SR DALTON SILVANO - Não existe previsão desse Fundo para subsidiar as pessoas que estão perdendo os imóveis nas COHABs?

O SR SECRETÁRIO (José Antonio de Freitas) - O Fundo tem caráter eminentemente social. Poderíamos entrar em contato com a SEHAB para vermos qual é a intenção de gasto desses 60 milhões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 65 do proc.
PAULO 716 de 19 96
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	S. II CONT. APARTE
A60	1	Idelci	Aud. publ.	28.10.96	Or. Aum. Geral III	

Pelo que me consta grande parte desses recursos seria destinada aos mutirões. Outra parte, evidentemente se a lei permitir, será direcionada a isso que acabamos de referir.

O Sr. _____ - Acho que seria a criação do Fundo Nacional de Habitação.

O Sr. _____ - Foi colocado; mas a gente já fez a reivindicação para não tirar. Porque não adianta nada alocar seis mil famílias no Cingapura e mais seis mil nos mutirões e depois retomar o imóvel de outras quatro ou cinco. A questão é puramente social. A minha pergunta é exatamente para saber se dentro desse Fundo existe a possibilidade de se refinanciar aos mutuários que têm renda mais baixa. Não vou entrar no mérito do porquê eles estão com a renda mais baixa. São imóveis entregues em 1992. Esse é o objetivo. Não sendo vereador não posso fazer qualquer manifestação. A gente tem cuidado com essas famílias que estão perdendo seus imóveis. Gostaria até de saber, a nível de detalhes, se existe a possibilidade de destinar parte dessa verba para esse refinanciamento, para não ter que transferir ou retomar o imóvel dessa população.

O Sr. _____ - Comprometo-me a verificar junto à Sehab se existe essa possibilidade dentro da lei que aprovou o Fundo Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A60	2	Idelci	Aud. publ.	28.10.96		

Municipal.

O Sr. _____ - Temos só na rubrica orçamentária o fundo municipal e as operações interligadas e estas não permitem. Fica difícil. Só existe uma alternativa: cfiar o Fundo Nacional da Habitação.

O Sr. Almir Guimarães - Srs. Vereadores, eu diria ao Sr. Nelson Silvano que, mesmo não investido do mandato de vereador, numa audiência pública como esta, ele tem total liberdade de formular o que bem entender. Se tiver interesse em aprofundar seu questionamento, poderia dirigir-se, posteriormente, ao Vereador Miguel Colasuonno, que é o líder do Prefeito nesta Casa. Quem sabe poderá prestar alguma colaboração a nível de encaminhamento junto aos órgãos da Administração municipal. Quero dar ciência ao público presente que vamos encerrar as inscrições para a participação nos debates. Temos inscritos o Norberto Antônio Batista, que representa o Gabinete da Vereadora Ana Maria Quadros, a Sra. Conceição Lopes, do "Voto Consciente", a Ina, também do "Voto Consciente", o Valdir do CMDCA, a Sra. Conceição, do Conselho Tutelar de Guaianazes, o Sr. Edson, do Conselho Tutelar do Funcaê e a Sra. Teresinha. Essas são as pessoas inscritas. Estão encerradas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Conceição Lopes, do "Voto Consciente", por cinco minutos, para tratarmos do problema pertinente à peça orçamentária; somente dentro do que está no orçamento da Cidade. Por favor, queira falar no microfone para que fique registrado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 68 do proc. 48
n.º 76 de 1996
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORÇAMENTO	CONT. APARTE
A60	3	Idelci	Aud. publ.	28.10.96	Of. Adm. G.	II III

A Sra. Conceição Lopes - Queria fazer uma pergunta ao Sr. Secretário, a respeito de educação municipal. Quando S.Exa. citou "novas escolas", com bastante ênfase, novas escolas que serão construídas e dentro do orçamento, assim como laboratórios de informática. Eu queria saber se dentro do orçamento foi esquecida a política salarial dos professores e do quadro do magistério.

O Sr. José Antônio de Freitas - Veja bem: a Prefeitura reservou para a Secretaria da Educação, 865 milhões de reais, que correspondem a 40% a mais do que está sendo gasto em 1996. Nesses 865 milhões estão inseridos a compra de laboratórios de informática, de tal forma que toda a rede seja informatizada; estão inseridas uma quantidade de reformas e construção de novas escolas; tenho a quantidade e passarei à Sra.; e também, se a Sra. me permitir, repassar, em função da Emenda Constitucional nº 14, parte desses recursos foram alocados com despesa de pessoal. Entendeu? Agora, o que é necessário, é que essa E.C. 14 seja regulamentada. Em sendo regulamentada, a Prefeitura seguirá os passos dessa emenda.

O Sr. Almir Guimarães - A Sra. está satisfeita com a resposta, Da. Conceição?

A Sra. Conceição - Não.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 69 do proc.
PAULO 776 de 1996
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A60	4	Idelci	Aud. publ.	28.10.96	ISABEL F. S. H. NASHIRO Of. Adm. Geral III	

O Sr. Almir Guimarães - Então, por favor, vamos dirimir as dúvidas.

A Sra. Conceição Lopes - Acho o seguinte: é muito oportuno que haja modernização das escolas; mas, se não se pensar na reciclagem do professor, não vai adiantar, porque ninguém vai fazer funcionar um computador se não houver professor competente para instruir o aluno. Também não entendi essa história do artigo 14 de que o Sr. Secretário está falando e fiquei sem saber o que sobra para o professor em termos de política salarial.

O Sr. José Antônio de Freitas - Não é bem um artigo 14; é uma emenda constitucional do Governo federal, pela qual o Ministro da Educação está pretendendo uma série de alterações a nível de ensino. Isso, evidentemente, poderá ter reflexos no pagamento dos professores. O que existe hoje na Secretaria de Finanças é um trabalho elaborado pela Secretaria da Educação, encaminhado à Secretaria de Administração que, por sua vez, passou à Secretaria de Finanças, onde existe um pleito de aumento dos professores. Isto está sendo analisado. Está comigo há um mês mais ou menos. Está sendo analisado e no prazo de 10 ou 15 dias terei uma posição a respeito, com relação ao aumento dos professores e revalorização da carreira dos professores.

O Sr. Almir Guimarães - Tem a palavra o Sr. Valdir. Por favor, diga o nome completo e a entidade que representa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 70 do proc.º 776 de 1996
o funcionário

RODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRAD. P. S.	HAB. CONT. APARTE
A60	5	Idelci	Aud. publ.	28.10.96	Of. Adm.	Geral II

O Sr. Valdir Lima Cordeiro - Meu nome é Valdir Lima Cordeiro, sou do Conselho Municipal, faço parte da Coordenação de Finanças. Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se

~~o Sr. Valdir Lima Cordeiro~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 71 do proc. 51
n.º 776 de 1996
o funcionário *Valdir*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR P. S.	H. N. A. CONTRO. PARTE
A61	1	L. Carlos	Aud. Pública	18.10.96	Valdir Cordeiro	Geral III

O Conselho Municipal, justamente na questão do Funcad, elaboramos um orçamento, encaminhamos para a Fabes que, depois, encaminhou para Finanças. E ~~saíu~~ ^{saíu} no Diário Oficial, tínhamos colocado na proposta 47 milhões de Reais, e saiu no Diário Oficial R\$ 15 milhões. Foi cortada uma boa parte desse recurso e, no orçamento, prevemos o seguinte: se atendesse 10 mil famílias em situação de ~~alto~~ ^{alto} risco e cinco mil crianças, adolescentes, na faixa etária de 14 a 18 anos. Então, queria saber como foi cortado isso e os critérios que foram utilizados no orçamento do Funcad.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Com a palavra o Sr. Secretário.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - O Funcad, este ano, teve um orçamento de cerca de dois milhões, em 1996. Depois, houve uma suplementação ao Funcad de cerca de 7,8 milhões que o Funcad autorizou o repasse desse recurso ao Semas para que este fizesse um convênio com o Casa, para atender o Prohasp. Isso foi feito, está caminhando dentro das normas, com um desembolso mensal de cerca de 500, 600 mil por mês.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 73 do proc.
n. 776 de 19 96 53
Ac. Sup. U. L. 10
ISABEL P. S. D. ASHIRO
Of. Ass. Geral III

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A16	3	L. Carlos	Aud. Pública	28.10.96	Ina	

ria aumento de IPTU nesse ano, foi isso que o senhor falou? Que havia ~~uma~~ 2% de aumento vegetativo? E a planta genérica de valores, então, não foi mexida? Então, faço-lhe a seguinte pergunta: o conselho da planta genérica de valores não se reuniu em 1996, e este conselho é um conselho auxiliar e discute: a planta genérica não foi mexida porque o conselho não se reuniu ou não foi acatado nenhum parecer do conselho? Não entendi qual foi o critério que os senhores usaram em termos da planta genérica de valores para que o IPTU fosse calculado em cima?

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - A Administração Municipal

houve por bem não mexer na planta genérica de valores, a qual é a mesma do ano passado. O que acontece e vai acontecer no final do ano é uma correção nominal, uma correção pela inflação, Isso é permitido por lei, pelo Código Tributário Nacional, inclusive pelos decretos que regulamentam a atuação do conselho. O que haverá, de fato, no final do ano seria uma correção da planta genérica pela inflação ocorrida durante o período, durante o ano, somente isso, de tal forma que não haverá aumento de IPTU. O que vai acontecer é um aumento nominal, não um aumento real.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Of. Adm. CONT. APARTE
Al6	4	L. Carlos	Aud. Pública	28/10/96	Pres.	

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Então, não receberemos a planta genérica de valores?

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Não vai receber porque não houve mexida. Vai ser automático, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Registramos a presença do Vereador Gilson Barreto e passamos a palavra agora ao Sr. Edson, do Conselho Tutelar do Funcad.

O SR. EDSON ANTONIACI - Sou do Conselho de Orientação Técnica do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Lei 8069, de 1990, lei federal, expõe em seu artigo 134, parágrafo único: "Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar." A lei que criou o fundo, já que todo fundo é criado por lei, Lei 11247, de 1992, lei municipal, dispõe, no artigo 3º: "Constituirão receitas do Funcad: Artigo 1º - Dotação consignada no orçamento municipal, necessária ao funcionamento dos conselhos tutelares." Pergunto ao Secretário onde, na peça orçamentária, está previsto o orçamento para o funcionamento dos conselhos tutelares?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA

Folha n.º 70 do proc. 55
de 19 26
o funcionário

ISABEL P. S. UCHIHO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	OR. Qrim. Geral III CONT. APARTE
161	6	L. Carlos	Audi Pública	28.10.96	FREITAS

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Entendo que está no Funcad, a dotação de 15 milhões, e os conselheiros têm recebido através dessa dotação. Queria ir mais longe um pouquinho, para ficar bem claro ao senhor; O artigo 18 da lei diz o seguinte: "Fica o Executivo autorizado, nos termos tal, tal, tal, suplementar as dotações, tal. Depois tem: Parágrafo 1: "Exclui^{-se} desses limites os créditos adicionais suplementares. Lá, no item 9, diz: "Destinados a suprir insuficiência nas dotações do Funcad, ~~em~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ASSINADO POR	CONT. PART. II
A62	01	Denise	Aud. Pub. Com. Finanças	28.10.96	Of. Adm. Geral III	

decorrente do efetivo recebimento dos recursos desse fundo, das aplicações financeiras efetuados no ano, bem como do saldo de caixa da passagem do ano. Isso significa que o Funcad começa com 15, e se entrar o recurso que, ~~de acordo~~ segundo o Funcad, a Prefeitura receberia dos Governos Federal e Estadual ou de entidades sociais, esse recurso seria repassado via suplementação de dotação. E o pagamento dos conselheiros entendo que deva ocorrer pelo Funcad, não saberia dizer especificamente por onde corre, mas para mim é pelo Funcad. Esse é um nível de detalhe que, infelizmente, eu não tenho aqui agora. Se eu não me engano é pelo elemento 3131.

O SR. _____ - Então, eu devo entender que nesses 15 milhões está previsto orçamento para o funcionamento do Conselho Tutelar. Por isso, os conselhos podem reivindicar desses 15 milhões verba para o seu funcionamento.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Passamos a palavra ao Sr. Rizzo, representante da Vereadora Ana Martins.

O SR. RIZZO JOSE LUIZ RIZZO - A Prefeitura apresenta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 776 do proc. 57
n. 776 de 1996
ISABEL P. S. NASHIRO
Of. Adm. Geral III

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A62	02	Denise	Com. Finanças	29.10.96	José Luiz Rizzo	

para o orçamento de 1997 algo em torno, em contratação de empréstimos, de 25% do orçamento, 24,64%. É isso também que ela apresenta, ou algo muito próximo em termos de pagamento de dívidas em atraso. E é também algo próximo o que apresenta em termos de despesas de capital.

Eu pergunto: a Prefeitura irá efetivamente pagar todos os débitos contraídos ou irá efetivamente aplica em investimentos de capital ou irá em si não fazer nem um e nem outro, e apenas tocar com recursos próprios num orçamento de , aproximadamente, 5 bilhões e 780 milhões de reais?

O SR. ALMIR GUIMARÃES - SR. Secretário, pode responder.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - As operações de crédito previstas para 1997 são as seguintes: contratos internos, cerca de 80 milhões; contratos externos, cerca de 855 milhões, dos quais 500 milhões provenientes da Resolução 22/80; a rolagem de títulos, 769 milhões e outras receitas, 177 milhões; isso soma 24,5% do orçamento.

Do lado da despesa , a Prefeitura tem: o pagamento dos títulos, que seria cerca de 770 milhões e mais , aproximadamente,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 78 do proc.
n.º 10.740 de 1976
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ANTE
A62	03	Denise	Com. Finanças	28.10.96	Jose Antonio de Freitas	ISABEL P. H. NASHIRO

100 ou 150 milhões dos contratos internos e externos. Portanto, a Prefeitura está tendo um adicional de recursos de cerca de 600 a 700 milhões. O que, basicamente, é proveniente desses 500 milhões, resultante da Resolução 22/80 do Banco Central.

Para onde irão esses recursos? Evidentemente, irão para investimentos. E seria muito bom, se a Prefeitura pudesse fazer investimentos sem fazer empréstimos. Essa seria a situação ideal, mas não é o que acontece.

No meu entendimento, a Prefeitura tendo capacidade de endividamento, de investimento, mostrando isso ao Banco Central, ao Senado Federal, e eventualmente, ao Organismo Internacional que concederá o empréstimo, a Prefeitura terá de tomar empréstimos para antecipar benefícios à população. Por isso, os recursos serão, evidentemente, destinados a investimentos.

O SR. JOSE LUIZ RIZZO - O ~~XXXXXX~~ senhor não acha preocupante esse índice de 25%?

O SR. JOSE ANTONIO FREITAS - Não. Hoje a Prefeitura tem a capacidade de endividamento dos órgãos públicos definida pela Reso-

~~XXXXXX~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 79 do proc. 59
de 19 96
o funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ONABOIR P. S.	OF. ADM. GERAL III	CONT. APART.
A62	04	Denise	Com. Finanças	28.10.96	Jose Antonio	freitas	

lução 69 do Banco Central. E a capacidade de endividamento e investimento da Prefeitura está por volta de 1 bilhão e meio. Isso significa que a Prefeitura tem plena capacidade de contrair empréstimos, e o que é importante, pagar esses empréstimos.

O SR. Almeida Gomes - Passo a palavra Sra.

Maria da Conceição Carvalho, do Conselho Tutelar de Goianazes.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO CARVALHO - Eu estive observando as ~~exposições~~ colocações do Sr. Secretário e não entendi. Gostaria de esclarecimentos sobre o local, em qual secretaria estará destinada para receber o recurso destinado para as políticas públicas para o atendimento a crianças e adolescentes. Porque trabalhamos no Conselho de la e estamos com grandes dificuldades ~~de trabalhar~~ referente às políticas de atendimento aos adolescentes que são usuários de drogas. E todos que estão em áreas de risco precisam de apoio.

E o Proac delibera a criação de um programa para mil famílias por cada região, que são 20 regiões em São Paulo. Queremos saber aonde está isso e onde entrará esse recurso, porque quando se coloca a questão da saúde, falando do PAS, até nossos psicólogos dos pos-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 80 do proc. 60
n.º 776 de 19 96
o PAULISTA
ISABEL P. S. H. UASHIRO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	WT. Adm. Gera	CONT. APARTE
A62	05	Denise	Com. Finanças	28.10.96	Maria da Conceição		

tos de saúde foram retirados depois do PAS. Não temos nenhum programa que assegura o tratamento do adolescente, ou da família, que é usuário de drogas.

O SR. JOSE ANTONIO DE FREITAS - Esses recursos estão alocados na Secretaria Fabes, no montante de 394 milhões contra um gasto de 210 milhões, ou seja, estão sendo direcionados recursos para a Fabes em 87, 88% superior ao recurso existente para 1996. Esses recursos que a senhora indagou estão na Fabes, Secretaria ~~de Fam. e Bem-Estar~~ da Família e Bem-Estar.

O SR. Almir G. Guimarães - Passo a palavra ao Sr. Norberto Antônio Batista, do Gabinete da Vereadora Ana Maria Quadros.

O SR. NORBERTO ANTONIO BATISTA - Sr. Secretário, a minha primeira pergunta.....



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 81 do proc.
PAULO 776 de 1926
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	SABE	P. S. COM. MUNIC.
A-63	1	Camilo	Aud. Pública	28/10/96		Of	Adm. Geral III

~~.....~~ ficou, em parte, prejudicada. Por isso, queria uma confirmação sua. A taxa do IPTU será modificada ou não? Com relação ao restante ficou claro que não, porque uma senhora fez a mesma pergunta. Na segunda pergunta, gostaria de saber se no cálculo do ICMS, que teve um acréscimo de 5,38% de repasse, foi considerada a isenção das exportações e de toda esta política nova?

O SR. José Antonio de Freitas - Com relação ao

IPTU e taxas, não haverá aumentos. ~~Será~~ Haverá apenas um crescimento vegetativo. Com o ICMS, trabalhamos com a previsão do Estado. Dos 24 bilhões ~~m~~ trabalhados com o Estado, 25% compete aos municípios, cerca de 6 bilhões. A nossa participação caiu um pouco em 1997. Trabalhamos com 25,17% aproximadamente sobre os 6 bilhões, que dá 1 bilhão, seiscentos e vinte reais, valor que consta na proposta orçamentária. Vejam bem, isto caiu em cima do Estado. Se o Estado está levando em consideração, estamos trabalhando ~~xxxx~~ com o número que ele ^{forneceu} ~~estabeleceu~~ à Prefeitura.

O SR. Almir Guimaraes - Com a palavra,

o Sr. Djalma, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O SR. DJALMA - Costaria de me reportar ao que meu colega, o Sr. Valdir, colocou no início, porque a resposta do Sr. Secretário não ^{mas} satisfaz e nos deixa numa situação um tanto difícil. Primeiramente, quando ele reclama que os governos Federal e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 12 do proc. 62
n.º 776 de 1926
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ISABE	YASHIRO
A-63	2	Camilo	Aud. Pública	28/10/96	Djalma	Of. Adm. Geral III	CONT. APARTE

Estadual não repassam os recursos para o fundo municipal e não sabe como o Fumoad tira essas idéias. Na proposta orçamentária que encaminhamos à Fabes, primeiramente, trabalhamos com critérios de descentralização e municipalização. A parcela de responsabilidade da municipalidade é de 45 milhões de reais. A questão dos governos Federal e Estadual é uma outra coisa. Assim, o Sr. Secretário não satisfaz as minhas curiosidades neste sentido, mesmo porque 15 milhões de reais, com os programas que, neste momento, o Fumoad pretende implementar e propor para a municipalidade, não cobrem nem 1/3.

Em segundo lugar, quanto à pergunta da companheira do Conselho Tutelar da Penha e Guaiunazes ~~que ela fez~~, dizendo que os recursos se encontram locados em Fabes. O (Proace?) ainda não é uma política pública, porque conhecemos todos os entraves. Ele não está sendo executado por Fabes, mas sim por outro órgão terceirizado, o (... ininteligível) que nem é um órgão municipal. A menos que o Fabes repasse esse dinheiro, para o CASA, para que este implemente. Até agora o que deu para entender, não vamos tirar esses 15 milhões que já estão colocados, para dar continuidade à implantação da política pública Proace, e, sim, que o CASA vai fazer este repasse. Pela resposta do Sr. Secretário, o que foi entendido, foi isso. Se assim for, nós vamos cobrar.

Reportando-me aos colegas que passaram por aqui, quando se entende que vai ser tirada a remuneração e a estruturação dos Conselhos Tutelares desses 15 milhões de reais, é complicado, porque o Conselho Tutelar é uma política pública. Deveria ser



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 83 do proc.
n.º 776 de 19 96
o funcionario [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	DEBATE
A-63	3	Camilo	Aud. Pública	28/10/96	Djalma	Of. Adm. Geral III

colocado na peça orçamentária e não 2 no fundo municipal. É uma política pública. Eu gostaria de ter isso melhor esclarecido, porque não 1 entendi direito.

O SR. SECRETÁRIO

- O Proasp está

sendo conduzido pelo CASA, porque houve o consentimento expresso do Presidente do Fumcad, para que os recursos saíssem dos Fabes e fossem aos Comas e estes fizessem o convênio com o Proasp. Os 15 milhões de reais que constam para o orçamento de 1997, são recursos fiscais, recursos do orçamento da Prefeitura.

Eu disse que, se entrando eventuais recursos de qualquer esfera, a Prefeitura via projeto de lei orçamentário, se compromete a suplementar a votação do Fumcad. Independente disso, o Fumcad tem toda liberdade, ~~por~~ via vereadores neste processo de discussão e análise do orçamento, em apresentar emendas, com a possibilidade de aumentar esses valores. Essa emenda é possível e os vereadores podem apresentá-la, em tempo a ser determinado pela Comissão de Finanças.

Com relação aos recursos alocados na Fabes, embora a senhora não esteja de acordo, a Prefeitura tem regras, leis que regem a disciplina da utilização desses recursos e a Fabes é a Secretaria encarregada, juntamente com o CASA, dasse atendimento social voltado à criança e ao adolescente. Por isso eu disse que os recursos alocados na Fabes são substanciais. Foi atendido, praticamente, todo o pleito da Secretaria, ou seja, 100%. Isso corresponde a um crescimento de 90%, crescimento real comparado



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 80 do proc. 64
n. 776 de 1926
o funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
A-63	4	Camilo	Aud. Pública	28/10/96	ISABEL P. S. H. VASCONCELOS Gr. Adm. Geral III	

este ano.

O SR. Almir GUIMARÃES - Vam os passar agora

a palavra à representante do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente da Penha.

Ela deve ter se retirado. Vamos então a dona Terezinha, a última inscrita. Diga-nos a que entidade pertence.

A SRA. TEREZINHA HELENA MARTINS DE ALMEIDA;- Sou membro do Forum Municipal em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da capital. Nós da sociedade civil, temos uma dificuldade enorme com esse orçamento que não é participativo, sem saber o que vai sair desta caixa desta cidade. É uma coisa que vai saindo de lá, de lá. Depois, não temos condições de ter o cronograma para acompanhar esse orçamento.

Hoje estou com um projeto de saúde, por exemplo,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 85 do proc.
n.º 76 de 1996
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	S. N. CONT. PARTE
A 64	1	alex	aud.pública	28 10 96		Of. Acm. Geral III

Eu tenho de saber que dia ¹questionar a questão do PAS, que não contempla um ~~MM~~ programa específico para o adolescente - e que horas ~~mm~~ iremos apresentar esse programa para uma política pública, permanente e universal na Cidade.

Temos uma dificuldade, por isso gostaria de saber quando é que vai sair esse cronograma com dia, com horário, para que nós, como sociedade civil, cada um em seu setor - moradia, saúde, educação, etc -, possamos apresentar propostas. Senão não tem razão de ser fazer a audiência pública, pela qual lutamos tanto quando da elaboração da Lei Orgânica do Município. Temos de aproveitar este instrumento.

Outra coisa que gostaria de saber. Uma ¹conselheira municipal da saúde pediu para o Fórum Municipal colocar como política pública para o adolescente se isso se ~~enquadra~~ enquadra ou não no PAS, porque o PAS não tem um atendimento específico para certas doenças, para certas faixas etárias. Preciso dessa orientação.

Terceiro. Nós fomos na Fabes, mais de 500 entidades que estão com dificuldade de pagamento, de junho até o fim do ano. Estão fechando suas portas - centro de juventude, creche, etc. - ou, em muitos casos, fechando a própria entidade. Estão vendendo o patrimônio para pagar os encargos com essa parceria com o Governo; as conveniadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 86 do proc.
de 1926
o funcionário

ISABEL P. S. HANASHIRO

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A60	2	alex	aud.pública	23 10 96		

Fizemos aqui uma Tribuna Popular. Fizemos um ato. Fizemos um ato com 1.500 em frente à Fabes. Fomos, em comissão, falar com o senhor na Secretaria. A OAB está acompanhando todo esse trabalho - estamos fazendo reuniões periódicas. Mas até agora não foi suplementada a verba necessária que estão pedindo desde maio. Faz um ano e meio que há uma defasagem, mas ~~agora~~ o crucial é de maio em diante; houve mudança de lei e uma série de coisas.

O Centro Pastoral Bom Parto irá mandar ~~um~~ milhares de crianças para a rua, por exemplo. Como iremos fazer, então?

Para que no ano que vem não aconteça isso, está-se solicitando através da OAB uma política pública de convênio, ou participativa, com o povo, para dar-se essa parceria, de modo que se faça disso uma coisa séria e não que todas essas pessoas fiquem com o pé na mão pedindo dinheiro, parecendo que os filhos são deles. Não é, não! É do Município! Eles apenas se colocam à disposição para ser parceiros da Prefeitura.

São esses os pontos que gostaria de saber.

O SR. AMÉRICO GUIMARÃES - Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Com relação ao cronograma pedido pela dona Terezinha, isso fica mais a critério da comissão. Entendi que seriam ^{feitas} discussões em cada Secretaria.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

776 de 1926
67

ISABEL P. S. HANASHIRO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR, Adm. Geral III	CONT. APARTE
A 60	3	alex	aud.pública	28 10 96	Secretário	

Com relação ao PAS, gostaria que a senhora se dirigisse à Secretaria de Saúde ou então à cooperativa à qual a senhora tiver melhor acesso para obter essas informações. Eu não as tenho agora.

Com relação ao recurso destinado à Fabes, repito, é praticamente o dobro do que está sendo gasto neste ano.

Especialmente com relação ao questionamento da senhora quanto às entidades conveniadas, a senhora já esteve lá, já foi devidamente

Quanto ao esclarecida. Bom Parto, entre 600 ou 700 entidades deixou-se de pagar uma entidade. Evidentemente, alguma coisa aconteceu.

E não está atrasado desde junho. Isso é conversa da senhora. Não está atrasado, mesmo!

Defasagem é uma coisa e atraso de pagamento, outra. A senhora disse atraso. Sobre a defasagem, a senhora sabe que foi constituída uma comissão de funcionários da Fabes, com funcionários da Secretaria de Finanças, com representantes das entidades conveniadas. Esse assunto está sendo conduzido para que se chegue a um denominador comum.

Repito, com relação ao Nossa Senhora do Bom Parto, entre 700 entidades, se houve atraso de pagamento a uma delas, alguma coisa errada existe. A senhora que me desculpe.

Com relação à defasagem, está sendo estudado. E a senhora tem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 88 do proc. 68
776 de 19 26
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ISABEL P. S. H. NASHIRO Of. Adm. GENT. II PARTE
A60	4	alex	aud. pública	28 10	secretário	

participado dessas reuniões.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Vamos ouvir a última participante deste debate, dona Doraci, do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, da Penha

A SRA. DORACI DE CARVALHO FERREIRA - Sou representante do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, da Penha.

O dinheiro orçado ~~ANEXO~~ para serem feitas as creches de São Paulo dava para construir 52 creches, mas só foi construída uma e, mesmo assim, ela foi passada para creche conveniada. Gostaria de saber para onde foi o dinheiro?

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Sra. Doraci, o Secretário já deu a relação das creches. Talvez a senhora não estivesse presente. A relação de todas as creches que foram construídas. O Vereador Odilon Guedes fez exatamente essa pergunta e o Sr. Secretário respondeu, citando-as. A senhora tem outra pergunta?

A SRA. DORACI DE CARVALHO FERREIRA - Acho que o senhor não entendeu. Pelo orçamento de 94 eram para ser feitas 30 creches e não foi construída nenhuma. No ano seguinte eram para ser construídas 52 e foi construída uma que, mesmo assim, foi passada para conveniada.

Queramos saber, quando é orçamento e não é feito, para onde

vai o dinheiro e como podemos cobrar.*



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 89 do proc. 649
SÃO PAULO 26 de 19 96
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ABEL P. S. CUNHA
A65	1	Paula	finanças	28.10.96		Of. Adm. Geral III

Quando falamos, por exemplo, da estruturação dos conselhos tutelares, precisamos ter condições dignas de trabalho; precisamos ter condições para que cada família que estar por trás de cada criança abandonada, a família está toda abandonada. No caso da A.P.(?) estamos com 2 mil casos, no Conselho de Guianases estamos com 5 mil casos e não temos para onde encaminhar essas famílias, essas crianças. Não temos políticas públicas para atender essas famílias. São propagandas enganosas essas que dizem que estão fazendo isso ou aquilo. Não estão fazendo, gente. A A.P. estava acompanhando alguns casos da do apoio psicológico, mas entrou o PAS e a vida dessas pessoas virou um inferno. Acabaram com as agendas, ou seja, as crianças não têm mais agendamento de consultas; as famílias estão sem atendimento. Enviamos ofícios para os cooperativos do PAS, para tudo quanto é lugar e não temos resposta. Ficamos muito desesperados porque também somos representantes do povo, fomos eleitos pela comunidade e ela espera essa resposta de nós. Nós não temos como encaminhá-los.

Quero deixar bem claro que a remuneração de conselheiro tutelar não é para ser R\$ 146,00. Um conselheiro em São José dos Campos, uma cidade vizinha e bem menor, o conselheiro tutelar tem uma remuneração de R\$ 2.200,00. Aqui em São Paulo foi deliberado



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 70 do proc.
n.º PAULO 76 de 19 76
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	S. F. C. N. S. P. A. D. E.
A65	2	Paula	ap c. finanças	28.10.96		Of. Adm. Geral III

para que os conselheiros recebessem R\$ 850,00 há mais de um ano e estamos recebendo R\$ 146,00, o que é uma vergonha porque nós também temos família para sustentar. Muito obrigada.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Tem a palavra o Sr. José Antônio de Freitas.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE FREITAS - Eu gostaria que a senhora pegasse um papel e anotasse as creches. Vou nominar as creches e a senhora pode ir lá ver se as creches estão construídas ou não: Vila Califórnia,... já inaugurada.

A SRA Dona de Carvalho - A única coisa que tenho conhecimento ~~é que foram construídas em vários~~ é que foram construídas em vários lugares 100 casinhas pequenas que serviriam para um curso para as mães ao lado das creches. Creche municipal construída que eu sei, foi uma no Jardim Nordeste.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Nós vamos dar uma relação de creches para a senhora e depois a senhora checa o local.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 97 do proc. 71
PAULO 776 de 1926
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADO	SABER	P. S. CONT. APART. 0
A65	3	Paula	a.p. fin.	29.10.96			Adm. Geral III

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE FREITAS - Independente dessas creches construídas pela Prefeitura, a Prefeitura também, via convênio, implantou cerca de 130 creches.

A SRA. DORACI DE CARVALHO FERREIRA - Então, são essas casinhas que na véspera da eleição foram chamadas de "clube de mães" e as diretoras eram obrigadas a encaminhar as listas de nomes de mães para poder fazer a propaganda política.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Vamos ouvir o Sr. Secretário e depois ouviremos o Vereador Néelson Guimarães Proença. A senhora receberá a relação.

TEM A palavra o nobre Vereador Néelson Guimarães Proença.

O SR. NÉLSON GUIMARÃES PROENÇA - Sr. Presidente, Sr. Secretário, ~~xxxx~~ ouvindo as respostas que foram dadas às minhas perguntas, foi me perguntado se elas me satisfaziam plenamente, se elas tinham esclarecido plenamente. Eu disse que para não atrapalhar os demais participantes desta audiência pública, que também queriam fazer suas perguntas, iria me reservar para o fim e é o que faço agora.

Quero dizer que com relação à primeira pergunta sobre o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 92 do proc. 72

PAULO F. de 1936

o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ABEL	P. S. CONTAS
A65	4	Paula	ap finanças	29.10.96			Of. Adm. Geral III

que é considerado a capacidade de endividamento do ponto de vista técnico da Prefeitura para não comprometer ~~xxxxxx~~ as administrações futuras, a resposta que V.Exa. nos deu, Sr. Secretário, foi uma resposta de ordem jurídica, legal, de que ela acompanha as normas vigentes no País.

Mas, sabemos que no mês de março deste ano, para que pudesse ser feito, concedido à Prefeitura de São Paulo condições para a emissão de títulos da dívida pública, foi feito um acordo com o Governo Federal naquela ocasião que incluía a votação favorável ao projeto de reformulação da Previdência. Portanto, não eram normas de ordem técnica que estavam presidindo, mas decisões de ordem política, embora feitas dentro da legislação vigente eram decisões políticas que estavam sendo tomadas.

Então, quero dizer, a primeira pergunta: quais as razões técnicas que permitem elevar de tal forma o endividamento? Acho que a resposta ainda não foi clara. Em parte porque quando a gestão atual assumiu a Prefeitura e a dívida era de um bilhão e seiscentos milhões, em números redondos, e o orçamento era de três bilhões e quase duzentos milhões, ainda em números redondos, Na ocasião considerava-se que uma dívida de 50% do orçamento era



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 23 do proc. 73
n.º P.A.U.L.O. 776 de 19 96
o funcionário [assinatura]

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	DELEGADO P. S. HANASHIRO
A65	3	Paula	ap finanças	28.10.96	Proença	Of. Adm. Geral III

muito pesada para a Prefeitura municipal. Hoje, para um orçamento de sete bilhões, nós temos uma dívida que iguala ou até ultrapassa os sete bilhões e ela está sendo considerada perfeitamente assimilável pela Prefeitura. Aí está uma contradição que, naturalmente, as afirmações ficam sendo feitas a partir de critérios políticos. A pergunta era de critérios técnicos que permitam dizer se o endividamento foi ou não excessivo.

Tenho outras duas perguntas para fazer, mas faço depois.

Parece que o Sr. Secretário quer responder de imediato. (P-usa)

As outras duas são o seguinte, ou seja, a segunda ainda é com relação ao PAS. A explicação dada por V.Exa. me preocupou ainda mais do que eu estava quando entrei nesta sessão. Perguntei sobre a contratação de serviços, compra de materiais, reposição de materiais, compra de equipamentos que estão sendo feitas pelas cooperativas Cooperpas e se elas estavam ou não sendo controladas pela Prefeitura, isto é, se obedeciam a legislação de licitações. E, V.Exa. nos informou que as cooperativas segundo a legislação vigente podem comprar sem nenhuma licitação ~~(assinatura)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 94 do proc.
n.º 776 de 1926
Paulista

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Adm. Geral	CONT. APARTE
A66	1	Norma	Com. Finanças Aud. Pública	28.10.96			

São compras que são inteiramente independentes, para usar a sua expressão, elas são autônomas para comprar da maneira que melhor atender.

Acontece, Sr. Secretário, que se isso estivesse sendo feito dentro de um orçamento votado pela Câmara para as cooperativas, elas teriam de comprar fazendo licitações, para comprar pelo melhor preço, mas o que tem acontecido é que as cooperativas apresentam suas faturas à Prefeitura, e a Prefeitura cobre essas faturas da prestação de serviços que faz. Então eu ainda fiquei mais preocupado porque foi confirmado aquilo que era um ~~temor~~ de minha parte - o fato de que se tenha encontrado um caminho para burlar a lei de licitações em nosso país, o que pode começar a ser copiado em qualquer parte deste país por governos estaduais e municipais, o que representará um retrocesso inadmissível.

E a terceira pergunta que fiz, em relação ao Cingapura, a respeito de como se explica a discrepância entre o Orçamento do ano corrente, 300 milhões, para algo em torno de 10 a 12 mil habitações, o que me parece muito, e o do ano próximo, 500 milhões, para 44 mil habitações, o que é proporcionalmente menos, como se explicava V.Exa. com relação a isso.

E o Sr. Secretário nos informou, se bem entendi, que as etapas de 01 a 08 já foram, em parte, cumpridas, de 01 a 03 este ano, e

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A66	2	Norma	Com. Finanças Aud. Pública	28.10.96		

dessas 44 mil que figuram no Orçamento para o ano próximo, na realidade devem se abater as que foram construídas este ano. Então indago o porquê de elas figurarem no Orçamento, se já constam do deste ano não haveria nenhuma razão para que constassem do Orçamento do ano próximo.

■ São as três questões que coloquei, e as respostas de V.Exa. me deixaram ainda com sérias dúvidas a respeito das mesmas.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE FREITAS - Bom, vamos voltar ao assunto - dívida. Eu não disse que o critério ~~XXXXXXXXXXXX~~ foi político, disse que o critério para se estabelecer ~~om~~ nível de endividamento da Prefeitura, a capacidade de pagamento da Prefeitura, é determinado pelo Banco Central, pelo Senado Federal.

A Prefeitura, de posse dos seus dados, de posse dos seus elementos, basicamente a capacidade de pagamento, a capacidade de investimento, efetua o pleito junto ao Governo Federal, que analisa o pleito da Prefeitura e define se esta tem, ou não capacidade de endividamento.

Essa capacidade de endividamento eu disse ao senhor que é regulamentada pela Resolução 96 do Banco Central, que terei o máximo prazer de passar às suas mãos para que a analise.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 76 do proc. 76
n.º 776 de 1976
Funcionário
ISABEL P. S. HANASHIRO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Pl. Adm. Ger. I, II, III CONT. APARTE
A66	3	Norma	Com. Finanças Aud. Pública	28.10.96		

E volto a repetir, a Prefeitura de São Paulo tem plena capacidade de pagamento, plena capacidade de endividamento, tanto é que recentemente foi concedido a ela um financiamento de 150 milhões pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, que independentemente das análises efetuadas pelo Banco Central e pelo Senado Federal, o BID - o senhor deve conhecer - envia missões ao Brasil, enviou, e faz um trabalho muito sério de apuração dessa capacidade.

Com relação à rolagem, ou à emissão de títulos que o senhor aventou, em março, isso não foi uma emissão adicional, foi uma rolagem já também permitida e devidamente autorizada pela Emenda Constitucional nº 03, de março de 93, no seu artigo 5º. Então não foi nada, veja bem, em troca de apoio político, mesmo porque eu, sinceramente, não estou aqui discutir política, estou aqui para discutir a proposta orçamentária nos seus aspectos técnicos, e o que aconteceu com a emissão desses títulos foi a rolagem de um determinado valor que se vencia, devidamente autorizado pela Emenda constitucional de 93, veja bem, há três anos atrás.

Com relação ao PAS, a Prefeitura vem tomando todos os cuidados para que a prestação de contas seja devidamente analisada, devidamente apurada, tanto é que a Secretaria da Saúde tem uma Comis-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 97 do proc. 73
PAULO 776 de 19 96
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A66	4	Norma	Com.Finanças Aud.Pública	28.10.96		

Comissão de Análise, após a Comissão os documentos são enviados à ~~XXXXXXXXXX~~ Secretaria de Finanças para auditoragem, conferência e também análise, e auditoragem dos procedimentos; somente depois dessa ~~XXXX~~ auditoragem são liberados os recursos dos meses subsequentes e a par disso qualquer dúvida o Tribunal de Contas está atento a toda a ~~XXXXXXXXXX~~ movimentação da Prefeitura, assim como a Câmara também está, no meu entendimento.

E quanto ao Cingapura, veja bem, quando o senhor diz 300 milhões este ano, não; o Cingapura, especificamente, não vai gastar 300 milhões este ano, vai gastar cerca de 150; o que se gasta 300 milhões é a SEHAB - Secretaria da Habitação. E também, com relação ao ano que vem, quando o senhor fala em 500 milhões, não é especificamente o Cingapura, é o volume de recursos destinados à SEHAB, dos quais 300 milhões são para o Cingapura.

A informação que eu posso lhe prestar no momento é a de que com esse dinheiro que está sendo gasto este ano e mais os 300 milhões que estão consignados no Orçamento, se não der para concluir as 44.702 unidades pelo menos haverá uma alavancagem muito grande. Neste ano, com certeza, ficarão prontas, até dezembro, já tem cerca de 4.000, creio que deverão ficar prontas, até dezembro, cerca de 18.000 dessas 44.000, portanto nós não estamos repetindo o número, nós estamos só dando uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 98 do proc. 78
n.º 74 de 1996
o funcionário
ISABEL P. S. H. NASHIRO

RÓDIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR Adm. Geral	CONT. APARTE
A66	5	Norma	Com. Finanças Audiência Pub.	28.10.96		

Informação, vamos dizer, de que entre este ano e o ano que vem possivelmente deverão estar concluídas 44.712 unidades. Se não estiverem concluídas, pelo menos estarão em andamento a execução dessas obras.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Tem a palavra o Vereador Mourad.

O SR. MOHAMAD SAID MOURAD - Na área da Educação, Secretário, as dotações para as escolas...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE FREITAS - Um momentinho só, por favor, desculpem mas eu me esqueci, aqui também o senhor disse que a dívida da Prefeitura estaria por volta de sete bilhões, então eu vou passar também ao Sr. Presidente o cronograma...



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A A68	1	dalva	Audiência Pública	28.10.96	SR. HANASHIRO	

do desembolso, da motivação dela ~~para~~ dívida interna e externa do contrato e os títulos. Tem aqui que monta 31 de julho, 5.900. Esses dados são oficiais e foram encaminhados à Câmara Municipal na devida época.

O SR. Muhammad Sid Mourad - Sr. Secretário, na área da Educação, qual é a evolução da aplicação nas escolas profissionalizantes, as dotações, nesses últimos 3 anos e o que está previsto para 87.

O SR. ~~JOSÉ ANTONIO DE FREITAS~~ - Eu não tenho o número exato, mas baseado em informações da "Folha de S. Paulo" de ontem, eu posso lhe dizer que em 96 foi muito bem e em 97 estão assegurados os recursos para que continue melhor ainda.

O SR. Muhammad Sid Mourad - Existe, dentro da área de Educação, algum projeto no sentido de criar o PAS na Educação?

O SR. ~~JOSÉ ANTONIO DE FREITAS~~ - Eu não conheço.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 100 do proc. 80
de 19 26
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CRABLO R. S. I. ANAS/COM. APARTE
A67	2	da	audiência pública	28.10.96	Of. Adm. C. ral III

O SR. NELSON GUIMARÃES PROENÇA - Apenas para retificar, nobre Vereador ~~Edil~~ Odilon Auedes. O dado que nos fornece, V.Exa. sobre a dívida da Prefeitura é de 5 bilhões 925 milhões. Mas estão excluídos daí os precatórios, e eles somam, em encargos já decorrentes de precatórios judiciais, 754 milhões e em consignações 143 milhões, o que dá outro milhão, praticamente. E portanto, chega-se realmente aos 7 ^{milhões} ~~bilhões~~ que eu me referi anteriormente, esse dado já havia surgido nas reuniões da Comissão de Finanças, por isso eu me apreciei em trazer ao conhecimento dos participantes, dessa audiência pública.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Veja bem! Esse quadro que passei para o senhor, de 5900 refere-se a dívida fundada. Esses outros elementos que o senhor disse: consignações e os precatórios, isso ~~daí~~ ^é considerado o passivo financeiro. Não é o passivo permanente. A dívida fundada é o passivo permanente. Então quando o senhor faz um tipo de comparação 5900 mais 1 bilhão e 100 dos precatórios e consignações, o senhor também deve levar em conta o ativo financeiro, que é cerca de 1 bilhão.

ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A68	3	dalva	Audiência Pública		28.10.96	

Então se compensa de tal forma, que a dívida da Prefeitura é cerca de 6 milhões.

O SR. AIMIR GUIRMARÃES - Com a palavra o nobre Vereador Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES - Com relação a questão das creches, foi aprovado no orçamento de 94, 30 creches e não foram feitas ~~uma~~ nenhuma, 54 em 95, só foi feita uma. A pergunta é procedente de 84 creches, só foram entregues uma. Para onde foi esse dinheiro? Esse dinheiro foi para o Túnel do Ibirapuera, para as grandes obras ~~que~~ onde ~~se~~ tem mais infra-estrutura na cidade. E de fato, por exemplo, nessa relação que o Sr. Secretário deu, tem oito creches que foram entregues. O que temos acompanhado no orçamento, desde quando o Sr. Celso Pitta era o Secretário de Finanças, que eles colocavam lá 30 creches, tinha gasto mil reais numa creches, ela estava em andamento. De fato fato tem 8 creches entregues das 84, não estou nem colocando aqui o que foi aprovado em 96.

Segunda questão, o artigo 7º da Constituição Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A68	4	dalva	Audiência Pública	28.10.96		

a Lei Orgânica do Município, define claramente que a criança e adolescente são prioridades fundamentais do Município. Isso significa que tem que ter um carinho especial com essa questão. Quer dizer, carinho especial é dinheiro. Sem dinheiro não dá para fazer creche, e outras coisas. O que o conselheiro tutelar recebe é vergonhoso, algo em torno de 140 reais, ninguém está querendo que eles recebam 5 mil reais por mes, não. Mas tem que ser um salário condizente. Eu gostaria de passar para as mãos do Sr. Secretário a Lei 11 247 de 1º de outubro de 92, onde coloca a questão do conselho tutelar da criança e adolescente. Queria esclarecer essa questão, que de fato a Prefeitura não está atendendo a esses requisitos determinados pela lei orgânica do Município, inclusive eu recomendaria ao Sr. Secretário a dizer ao Sr. Prefeito a ~~leitura~~ reler a lei Orgânica do Município, principalmente seu artigo 7º.

Finalmente, é a referente a uma questão que elevari no início da minha intervenção, temos colocado essa questão diuturna men te aqui na 22 Câmara, o fato de os Vereadores não é a Câmara Municipal que dão maioria ao Sr. Prefeito, aprovarem os 15% de remanejamento, isso desfigura o ~~orçamento~~ orçamentom. Isso



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

ISABEL P. S. HAMASHIRO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A68	5	dalva	Audiência Pública	28.10.96		

xxx O orçamento apresentado, eu já cansei de falar, só estou re-
petindo xx para que conste aqui, para que as pessoas presentes
possam ter conhecimento e para que conste dos Anais da Câmara. Na
medida em que os Srs. Vereadores malugistas aprovam isso, eles es-
tão tirando deles mesmo o direito de poder fiscalizar o Poder
Executivo. E aí o orçamento ~~é~~ não é aprovado e ele é desfigurado
totalmente. Essa é questão que quero ressaltar. A maioria malufis-
ta da Câmara que dá esse poder para o Sr. Prefeito, não é o
conjunto dos vereadores.

O SR. ADMIR GUIHARÃES - Sr. Secretário, V.Exa.

respondendo ao Vereador Odilon ~~xxxx~~ Guedes, também fará suas pala-
vras finais, suas considerações sobre nossa audiência, para que
possamos encerrar os trabalhos.

O SR. ~~xxx~~ JOSE ANTONIO DE FREITAS - Com relação as
creches, o Vereador disse que era uma, agora ele diz que são 8
inauguradas....

O SR. ODILAN GUEDES - Em 1995, das 54 aprovadas,
uma foi inaugurada. Isso em 95.



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
A 68	1	Adilia	aud publ	28 10 96	13/DEL P Ot. Adm. Geral III	S. H. M. S. HIRO

O SR. JOSE A. DE FREITAS Foram inauguradas oito. Ha mais quatro para serem inauguradas. Em andamento, com previsao de entrega para dezembro deste ano, ha mais 22. O Vereador tem questionado isso nos orçamentos, e tem-lhe sido esclarecido que a Lei 8666/93 - ele deve saber disso, como as pessoas envolvidas com a administração pública sabem - ~~emperrou~~ emperrou não só a Prefeitura mas toda a máquina pública durante um ano.

Em 1994, com o Plano Real, com a URNV, a questão do rajuste seguiu o andamento das obras por mais alguns meses. A Prefeitura, além dessas creches, fisicamente construídas por ela, implantou mais 130. Isso deve ser levado em conta. Antes a Prefeitura gastava de dois e meio a três milhões com creches conveniadas e hoje está gastando de seis a sete milhões, incluindo o Proasco. São ações de caráter social que não são reconhecidas.

Deveria se dizer que a Prefeitura, além dessas creches que estão sendo construídas já implantou 130 creches. O Vereador Odil^m Guedes sabe disso.

Quanto ao Fundo da Criança e do Adolescente, estão consignados no orçamento 15 milhões, com a possibilidade de suplementação, a qualquer hora, sem interferência na margem orçamentária.

O resto são as considerações normais, e me coloco, novamente, à disposição da comissão de Finanças, na Secretaria das Finanças, para



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	S. H. CONTINUAÇÃO
A 68	2	Adília	aud pul	28 10 96	Dr. Adm. Geral III	

quaisquer esclarecimentos necessários e oportunos.

O SR. ODILON GUEDES - Sr. Presidente, uma questão para V.Exa.: já está feito o cronograma para os secretários comparecerem à nossa comissão? Como tem sido feito nos anos anteriores.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Decidimos, na última reunião, que após as eleições retomaremos os nossos debates.

Srs. Vereadores, Sr. Secretário, esta Presidência agradece a presença de V.Exas., bem como do público, e dá por encerrados os trabalhos do dia de hoje.

FILED

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUIE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s) sob n.º 106 e folha de informação sob n.º — / 28 / 11 / 16 a (17)

ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III



Folha n.º 106 do proc.
n.º 776 de 1996
o funcionário

Câmara Municipal de São Paulo

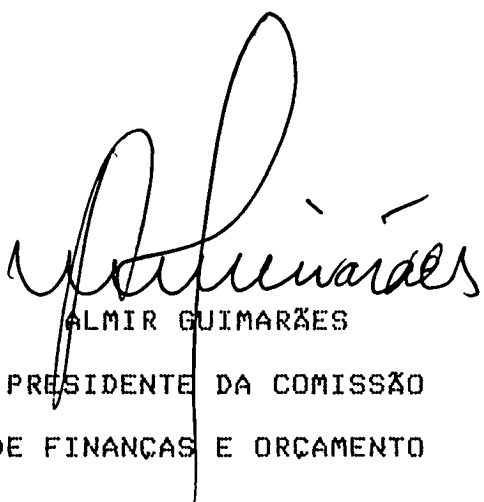
Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos sobre a matéria, solicito a V. Exa. a prorrogação de prazo para elaboração do relatório, conforme disposto no artigo 63, "caput", do Regimento Interno.

Em 28 / 11 / 1996.

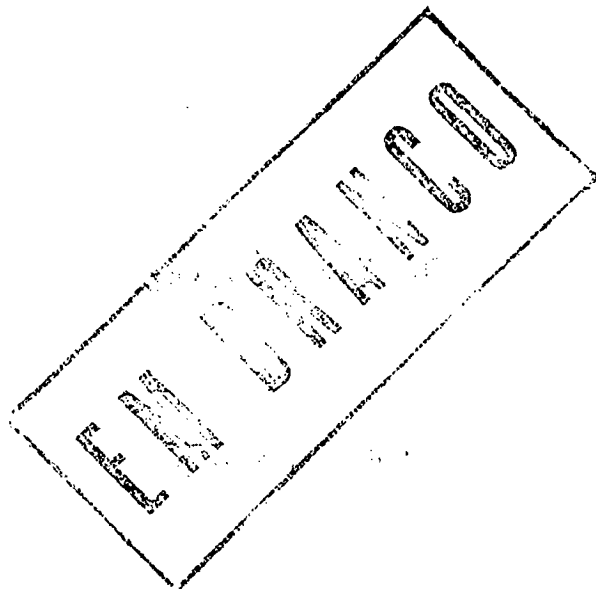

RELATOR

DEFERIDO


ALMIR GUIMARÃES
PRESIDENTE DA COMISSÃO
DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Excmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Com a devida antecedência, venho submeter a Vossa Excm. para apreciação e aprovação, o Projeto de Lei nº 1.234, de 1970, que dispõe sobre a criação de uma Comissão de Estudos e Pesquisas, para o estudo e elaboração de projetos de lei, que tenham por objeto a melhoria das condições de vida da população da cidade de São Paulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ARGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s) sob nº 107/170

21/12/90

ISABEL P. S. HANASHIRO

Of. Adm. Geral III



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 107 do proc.
n. 776 de 1996
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
					ISABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III	

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Presidente: Sr. Vereador Almir Guimarães

Membros: Srs. Vereadores:

Hanna Gharib

Nelson Guimarães Proença

Zenas pires

Edson Simões

Odilon Guedes

Jose Índio Ferreira do Nascimento

Vicente Viscome

Mohamed Said Mourad

Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de São Paulo, em
02/12/96, sobre matéria tributária, no Anexo "G".

Solicitante: Sr. Vereador Almir Guimarães

(memo. 83/96 - CFO)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

PR. 108 do pres.
776 de 1996

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORDEMADOR	CONT. APARTE
N18	1	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96	ISABEL P. S. D. NASHIRO	Of. Am. Geral III

O SR. ALMIR GUIMARÃES (PDT) - Dr. Jose Antonio de Freitas,

nobres Vereadores Odilon Guedes, Vicente Viscome, minhas senhoras e meus senhores, estamos dando início a mais uma audiência pública, desta feita, a 21ª Audiência Pública da Comissão de Finanças e Orçamento e a segunda audiência sobre o projeto de lei de autoria do Executivo, nº 775/96, que estima receitas e fixa despesas das administrações direta e indireta do Município de São Paulo para o exercício de 1997 e do Projeto 776/96, que dispõe sobre o Plano Plurianual ~~de~~ para 95 a 97 e a primeira sobre o Projeto de lei 581/96, que dispõe sobre a concessão de contribuição à Sociedade Amigos do Museu Nacional.

Esta Presidência gostaria de dar ciência aos presentes de que com esta segunda audiência pública, nós atendemos o que determina a Lei Orgânica do Município, para que o Projeto de lei que trata do orçamento da Cidade de São Paulo fique em condições de pauta. Após esta audiência o nobre Relator, Vereador José Índio, terá condições de emitir seu parecer, o que irá a plenário para ser votado e, posteriormente, recebermos as emendas, de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Nesta última audiência pública queremos agradecer de público a forma gentil e prestativa com que o cidadão, hoje Secretário das



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

PAU LNO 109 do proc.
nº 726 de 1996

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N18	2	Marcelo	Aud.Pública	02.12.96	ISABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III	

Finanças do Município de São Paulo, Dr. José Antonio de Freitas, sempre tem dado, ao longo de toda esta legislatura, à Comissão de Finanças e Orçmaento do Município de São Paulo, aqui no Poder Legislativo de nossa Cidade. Dr. José Antonio de Freitas, mesmo não exercendo a sua função de Secretário das Finanças do Município, jamais faltou com seu dever e aqui compareceu tantas quantas vezes foi solicitada sua presença, ou mesmo não sendo solicitada ele aqui ~~xxxx~~ comparecia para prestar aos nobres Pares e ao povo de São Paulo todas as informações pertinentes à pasta que ele presta seu serviço, que é a Secretaria de Finanças do Município. Hoje investido desse cargo, de Secretário das Finanças da nossa cidade, jamais faltou a uma audiência pública, aquilo que lamentavelmente não fez outros colegas de pasta, outros secretários que mesmo convocados aqui não compareceram, mesmo com sua presença agendada sequer mandaram x representantes.

Nós, no apagar desta legislatura, podemos de público lamentar essa postura de alguns secretários, mas nós ~~xx~~ preferimos, no diálogo aberto com os demais membros da Comissão, e por assim sendo, por sua maioria, mesmo negando o pedido do Vereador diligente e vigilante da oposição, Vereador Odilon Guedes, a maioria manifestou-se contrária à continuidade das audiência setoriais, fazendo com que nós



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 112 do proc.
n.º PAULO 976 de 19 96
o funcionário Isabel P.

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	LABOR	CONT. APARTE
N18	3	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96	ISABEL P. Of. Adm. Geral III	S. HANASHIRO

só tivéssemos esta audiência no dia de hoje para que esse projeto tenha condições de pauta.

Fica aqui, pois, o registro desta Presidência e o agradecimento a todos companheiros da Comissão. Ao longo desta legislatura tivemos uma presença constante e maciça na Comissão de Finanças. Esta Comissão foi um exemplo para esta Casa e esperamos que as demais Comissões, na legislatura seguinte, aqueles Vereadores que se reelegeram e continuarão, deveriam fazer com que cada uma cumprisse seu dever como cumpriu ~~na~~ esta Comissão ao longo desta legislatura.

Para iniciarmos os nossos trabalhos no dia de hoje, como de praxe, como fazemos usualmente, nós passamos a palavra ao Secretário, Dr. José Antonio de Freitas, para que ele disponha de tanto tempo quanto venha a precisar, para fazer suas manifestações como queira, como entenda e como deva fazer, aquilo que seguramente só irá enriquecer os trabalhos desta Comissão. Tem ~~seu~~ V.Exa., Sr. Secretário, a palavra, por tempo indeterminado, para suas exposições preliminares.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Bom-dia a todos. Em primeiro lugar queria agradecer as palavras do nobre Vereador Almir Guimarães. Muito obrigado mesmo, de coração.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N18	4	Marcelo	Aud.Pública	02.12.96	ISABEL S. HANASHIRO	Adm. Geral III

Aqui estamos novamente para mostrar o que será o orçamento de 1997. Orçamento este cuja receita está estimada em 7,7 bilhões, a preço de junho, representando um crescimento real de 5,8% em relação a execução do corrente ano. Dessa receita estimada, de 5,7 bilhões, 5 milhões, 804 serão receitas correntas, 1,7 serão obtidos através de operações de crédito e 769 milhões correspondentes à rolagem de títulos e 177 milhões com operações interligadas. Ressalto que não haverá aumento de IPTU em 97 e a multa por pagamento em atraso será reduzida de 20% para 10%.

Do lado da despesa, a Prefeitura dispõe, para manutenção e operação de tudo aquilo que já existe na cidade, de ~~4~~ 4 bilhões, 805 milhões. A despesa de capital, da qual os investimentos são os principais componentes será de 2,8 ~~bilhões~~ bilhões.

Convem ressaltar que desse total de 7.685, três bilhões, 276, ou 42%, serão destinados à área social, sem possibilidade de transferência, uma vez que o artigo 21 do projeto de lei impede a transferência de recursos da área social durante todo o ano.

Em linhas gerais, o orçamento contempla os seguintes projetos e atividades. A continuação do PAS, com expectativa de atendimento de cinco milhões de pessoas, continuidade do Programa Leve Leite, com



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 112 do proc.
n 776 de 19 96
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
N18 N19	51	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96	ISABEL P Cl. Adm.	S. HANASHIRO Geral III

fornecimento de 144 milhões de litros ano, continuidade do programa Aquisição de Laboratórios de Informática, visando equipar toda rede escolar, atendimento de 140 mil crianças e adolescentes, os quais 98 se refere ao atendimento através de creche, implementação dos programas de acolhimento de crianças e adolescentes carentes, menores de rua. Esse programa é o principal item da LDO, no que se refere a crianças. Construção de 39 creches, construção de 79 escolas, implantação de novos parques, implantação do VLP, Veículos Leves sobre Pneus, o "Fura-Fila", previsto para 1997, 30 quilômetros, para um total em quatro anos de 170 quilômetros, prosseguimento do programa de semaforização inteligente, com implantação em mais 300 cruzamentos, continuidade do Projeto Cingapura, compreendendo as obras de 44 mil, 712 unidades, referentes às fases um a oito do programa, continuidade do programa de recuperação da bacia do Guarapiranga, continuidade do programa de combate a enchente, parcialmente financiado pelo BIRD, com a canalização de 13 córregos, construção dos tanques piscinões do Aricanduva, Cabuçu de baixo e Pirajuçara, pavimentação de 300 quilômetros de ruas nas regiões periféricas da cidade, prosseguimento das obras de canalização e viárias dos córregos Águas ^{Espraiadas} ~~Espraiadas~~, até Imigrantes, Jacu-Pêssego, até Trabalhadores, conclusão do "cebolinha" Sena



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 113 do proc.
PAULO 776 de 1996
o funcionário Srs.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COMISSARIO
Nº 2		Marcelo	Aud. Pública	12.12.96	ISABEL	S. H. CONTAS Of. Adm. Geral III

Madureira, no Ibirapuera, execução das passagens de desnível na avenida Faria Lima com Juscelino Kubitschek.

Convem lembrar que essa receita corrente de 5,8 é uma receita calcada principalmente na eficiência e produtividade da arrecadação, sem qualquer aumento de impostos.

Muito obrigado.

O SR. ALMIR GUIMARÃES (PDT) - Srs. Vereadores, antes de passar a palavra a V.Exas., esta Presidência pediria deferência aos eminentes Pares, porque o nobre Vereador Néelson Guimarães Proença havia feito um pedido a este Vereador, que a sua assessora, Sra. Aideli Brunelli, no dia de hoje trouxesse a esta Comissão um documento, que eu pediria a ela que lesse em seu inteiro teor, para posteriormente ~~anexar~~ anexar ao processo e de plano passar a palavra aos nobres Pares.

A SRA. AIDELI BRUNELLI - Bom-dia a todos. Eu lerei uma carta do Vereador Néelson Guimarães Proença, que diz respeito ao túnel de derivação. É um projeto elaborado pelo Executivo, pelo Geprocav, referente ao túnel de derivação do Pirajuçara.

Ouvindo as palavras do Secretário, eu gostaria de comentar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 14 do proc.
n.º 776 de 1996
o funcionário *LM*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	S. H. CONT. PARTE
N19	3	Marcelo	Au. Pública	02.12.96		Of. Adm. Geral III

que foi relacionado o piscinão do Pirajuçara. Nós temos algumas informações, até por escrito ^{que} que não seriam construídos piscinões na área do Pirajuçara, porque isso significaria uma desapropriação, nem ~~existiriam~~ ~~existiriam~~ existiriam áreas para colocar os piscinões necessários. Nós sabemos que existe um projeto e que ~~existiriam~~ existiriam algumas alternativas para a área do Pirajuçara, a reformulação das canalizações ou o túnel de derivação.

Tudo está ~~indicando~~ indicando para nós ~~que~~ que a intenção e a solução técnica mais viável seria o túnel de derivação. Eu vou ler a carta e complementar depois alguma coisa: "Sr. Presidente, em relação às enchentes da bacia do Córrego Pirajuçara, o Executivo, através do Geprocav, Secretaria de Vias Públicas, elaborou projeto de execução de túnel de derivação, controle de cheias Projeto Pirajuçara. Ele está em fase final de tramitação, no momento sendo objeto de análise quanto ao aspecto ambiental no Conselho Municipal de Meio-Ambiente, Cades.

A execução do túnel desviará os excedentes de água acumulados na bacia do Córrego Pirajuçara para o canal do Rio Pinheiros superior, entre a foz do ~~rio~~ Córrego Poá até as proximidades do Supermercado Paes Mendonça, na Marginal do Rio Pinheiros. Trata-se, portanto,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Protocolo 115 do proc.
nº 776 de 1996
o funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APART.
N19	4	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96	ISABEL P. S. HANASHIRO	Of. Adm. Geral III

de obra de vital importância para a região sudoeste do Município, notoriamente castigada pelas enchentes.

Dentre as alternativas estudadas, foi a da construção do túnel de derivação a que apresentou as maiores vantagens em critério de custos, aspectos ambientais e interferências. No entanto, esse projeto vital para a região não foi contemplado na proposta orçamentária para o ano de 1997.

Cabe-me, então, fazer um apelo a V.Exa., Sr. Presidente, aos Vereadores que compõem a Comissão de Finanças e Orçamento, aos representantes da Secretaria de Vias Públicas aqui presentes, no sentido de que Executivo e Câmara Municipal se componham para aprovar emenda, que consignem a verba necessária para execução dessa obra.

Segundo estudo concluído, a despesa orçará em 172 milhões, 642 mil reais. Diga-se de passagem que a ampliação das canalizações, também estudado como alternativa, custaria 372 milhões, 328 mil reais.

Atenciosamente, Néelson Guimarães Proença, Vereador."

O SR. ALMER GUIMARÃES (PDT) - Esta Presidência recebe o ofício e passa a palavra ao Sr. Secretário, para fazer alguma manifes-



Folha n.º 116 do proc.
PAULO 776 de 19 96
o funcionário SR

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N19	5	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96	ISABEL S. T. RIBEIRO Of. Adm. Geral III	

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Eu só queria informar à representante do Vereador que consta da proposta orçamentária de 97 a canalização do Córrego Pirajuçara, financiamento pelo BIRD, Procav II e dentro desse item de gasto estão contemplados vários tipos de despesa.

Com relação aos piscinões, eu... queria dizer que ... os já licitados, ou em início de trabalho, são os do Cabuçu de Baixo, Guaraú e Aricanduva. Talvez eu não tenha colocado corretamente, mas me parece que na área do Pirajuçara não há piscinão e sim todas as obras de melhoria do sistema de drenagem da região, já contemplado no orçamento.

O SR. ALMIR GUIMARÃES (PDT) - E quanto a qualquer dúvida que tenha, regimentalmente o nobre Vereador Néilson Guimarães Proença terá o expediente legal, que é fazer suas emendas para contemplar seus pleitos se ele entender que não estão inseridos na peça orçamentária.

Tem a palavra o nobre Vereador Odilon Guedes.

O SR. ODILO GUEDES - Sr. Presidente, Sr. Secretário, demais componentes da mesa, senhoras e senhores, durante esses anos todos, nas nossas audiências públicas para discussão da peça orçamentária, nós temos sempre levantado que o atual Governo tem um tipo de proposta, mas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 117 do proc.
PAULO 776 de 1996
o funcionário SA

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Nº 19 Nº 20	6 4	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96	ISABEL P. Of. Adm. Geral III	S. HANASHIRO

na prática, o que acaba ocorrendo é algo ~~completamente~~ completamente diferente, porque o Orçamento, no fundo, é mais uma peça de ficção do que a realidade do que está sendo realizado na cidade. São questões que têm sido recorrentes, e que nós, pelo passado deste Governo, a nossa grande dúvida é se as intenções que estão espelhadas na peça orçamentária vão ser executadas ou não.

Então, por exemplo, o Secretário fez uma série de afirmações com relação ao orçamento de 97, construção de 38 creches, 79 escolas, 44 mil unidades do Cingapura. Só para dar um exemplo ilustrativo, o atual Prefeito, na campanha eleitoral de 92, falou que ia fazer 120 mil casas populares e até hoje deve ter entregue uns três mil apartamentos do Projeto Cingapura. Os dados falam por si só. O que vemos aqui e ficamos na dúvida é se esses 44 mil para o ano que vem são para valer ou faz parte da ~~propaganda~~ propaganda maliciosa, que é uma outra crítica que temos feito, que é um governo muito mais de mídia do que um governo que tem feito realizações do ponto de vista do que é definido como área social, principalmente. Só para dar um exemplo, que ficou bastante gravado, no orçamento de 1995 foi aprovado por esta Casa a construção de 54 creches na cidade e só foi construída uma e o túnel de Ibirapuera, que tenho dito inúmeras vezes, é uma obra que não resolveu nenhum



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Fólio 118 do proc.
n. 776 de 1976
o funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
N20	2	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96	ISABEL Of.	P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III

problema da cidade, foi ~~aprovado~~ aprovado gastar 62 milhões de reais e se gastou de fato 268. Para mostrar que o que vale para este Governo é a propaganda, não é o que se faz na realidade.

Então, uma primeira questão para ser debatida é esta, a manipulação orçamentária, que acontece basicamente porque é aprovado, a maioria dos Vereadores desta Casa ~~que~~ apoiam o Prefeito, ~~aprox~~ um artigo que permite ao Executivo remanejar ~~25%~~ 15% do orçamento sem consultar o Legislativo. O que acontece ~~é~~ é que você tem uma margem de um bilhão de reais, que pode ser remanejado sem consultar o Poder Legislativo. Então, acontecem essas barbaridades, durante esses anos todos, que presenciamos aqui concretamente.

A minha postura não é um problema de oposição, é um problema da realidade orçamentária.

A primeira questão a ser discutida é se o orçamento é para valer ou faz mais uma vez parte da propaganda de mídia que vai ser feita.

Outras questões que podem ser feitas ~~é~~ são, primeiro, quando estava examinando o Plano Plurianual, o num dos itens desse plano está definido o ~~Projeto de Lei~~ chamado "Fura-Fila", implantação de veículos leves sobre pneus, "Fura-Fila". Nós acompanhamos durante toda



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
N20	3	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96	ISABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III	

campanha eleitoral e, ultimamente temos acompanhado pela imprensa, a notícia ^{de} que vai ser feita unicamente uma linha, foram destinados 300 milhões de reais para uma única linha do "Fura-Fila" e no Plano Plurianual está ~~para~~ que são 75 milhões pra zona norte, 75 para sul, 75 para leste e 75 para oeste. E Isso mostra mais uma vez como a peça orçamentária e o próprio ~~o~~ Plano Plurianual são peças figurativas, porque uma cidade que tem uma topografia completamente diferente em cada região, que tem problemas de transporte completamente diferentes, como você coloca 75 milhões pontualmente para cada uma? Pelo que ~~tem~~ temos visto pela imprensa, gostaria que o Secretário apurasse essa questão, o "Fura-Fila" deve ser construído na região da 23 de Maio, queria saber o que está valendo: ~~se~~ o Plano Plurianual, é o orçamento de 97? O que é para valer? Essa é a ~~segunda~~ segunda questão.

Uma terceira questão me faz reportar à primeira audiência pública, quando detectamos um problema que foi reconhecido pelo Secretário, numa entrevista que deu ao "Jornal da Tarde", quando definimos o seguinte: há 500 milhões de reais que estão sendo negociados em empréstimos, ~~baseado~~ baseado na resolução 2280/96, uma resolução do Conselho Monetário Nacional, que permite o endividamento externo de Prefeitura e Estado. Esse endividamento é para o pagamento de ~~as~~ dívidas que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

PÁVULO: 1020 do pres.
n. 776 de 1996
funcionário
PRADOR CONT. APARTE
ISABEL P. S. H. NASHIRO
Of. A. m. Geral III

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	PRADOR	CONT. APARTE
N20	4	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96		

foram feitas pela Prefeitura, esses 500 milhões não podem entrar como receita, porque é uma receita casada com despesa, porque é para pagar dívidas e no orçamento atual tem 500 milhões a mais, que na prática não existe.

Nós abordamos essa questão, depois houve uma polêmica na imprensa, o próprio Secretário reconheceu que havia um equívoco nesse sentido. Gostaria que ele abordasse essa questão novamente.

Um outro problema que eu acharia importante ser recolocado é o problema das multas de trânsito, porque há uma projeção de aumento, que no meu modo de ver é uma projeção aleatória, quer dizer, não tem uma base na realidade. Por que ela vai ter um aumento de 36%, como está se prevendo? Por que não é 20% ou 50% ou 80%? Essa seria uma importante questão para o Secretário abordar.

Num primeiro momento gostaria que o Secretário respondesse essas questões para depois a gente prosseguir.

O SR. ALMIR GUIMARÃES (PDT) - Antes de dar a palavra ao Secretário e José Antonio de Freitas, gostaria de registrar a presença da Vereadora Ana Martins.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Com relação aos gastos nas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 122 do proc.
n.º 76 de 1996
o funcionário *[assinatura]*

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRACIA	CONT. AFORTE
Nº 2	1	Marcia	Aud. Públ.	02.12.96	ISABEL P. S. H.	Of. Alm. Geral III

Na audiência passada foi dada uma relação, não sei se à Comissão de Finanças ou ao Vereador, de todas as creches em andamento, creches concluídas em 1996, o que dá um número aproximado de 40 a 42 creches. Foi dada uma relação com endereço, inclusive. Queria também dizer que a Prefeitura, embora não tenha construído as 54 creches que faziam parte do orçamento, ela implantou, via convênio, 131 creches, convênios esses firmados basicamente no ano de 1996. Para dar um exemplo mais eloquente disso, antes gastava-se 2,5 milhões a 3 milhões com creches conveniadas, e hoje a Prefeitura gasta cerca de 6 milhões, por mês. É um indicador muito preciso de que a Prefeitura tem dado uma atenção especial aos menores.

Com relação ao plano plurianual, o veículo Fura-Fila, nós queremos dizer que quando elaboramos o orçamento, o projeto estava em fase inicial e não havia ainda uma definição daquilo que se iria fazer. A São ~~Paulista~~ Paulo Transportes vem estudando isso e há uma única certeza: no ano de 1997 serão construídos 30 quilômetros de Fura-Fila, e para esses 30 quilômetros estão orçados cerca de 300 milhões.

Com relação aos 500 milhões constantes de Operações de Crédito, inicialmente gostaria de dizer ao Sr. Odilon Guedes que não houve um reconhecimento de equívoco do orçamento; houve sim, conforme eu



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 123 do proc.
PAULO 776 de 19 96
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTIR
N21	2	Marcia	Aud. Públ.	02.12.96	ISABEL Of. Adm. Geral III	S. M. V. C. A. P. T. O.

disse aos jornalistas, claramente, em entrevista gravada, que onde estava "passivo financeiro" devia ser "passivo financeiro e passivo permanente", indicando que não seria totalmente refinanciada parte da dívida constituída, ou que seria refinanciados os títulos que a Prefeitura mantém em carteira, correspondentes a vencimentos de 1998, 1999 e 2000. Quanto a isso, não tenho dúvida nenhuma que deve ser contabilizado como ~~seja~~ operações de crédito, porque assim diz a 420, que não há forma de você contabilizar esse tipo de empréstimo se não for como operação de crédito.

Queria, também, dar uma explicação de como vai funcionar esse refinanciamento. A Prefeitura tem títulos que vencerão em 1998, 1999 e 2000. Ela, hoje, mantém esses títulos no mercado via fundo de liquidez, cujos bancos gestores são Banespa e Banco do Brasil. Toda vez que a Prefeitura tem um excesso de arrecadação, a Prefeitura, via fundo, e através de seu gestor, recompra os títulos do mercado. À medida que a Prefeitura refinancia esses títulos, ela vai deixar de recomprar, deixar de ter esse gasto. Então, são 500 milhões de novos recursos que entrarão no caixa da Prefeitura.

Com relação às multas de trânsito, queria dizer que também

na audiência anterior eu trouxe um demonstrativo que foi entregue à



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 124 de 124
n.º 776 do 1996
o funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
N21	3	Marcia	Aud. Públ.	02.12.96	ISABEL Of.	S. N. NASCIMENTO Adm. Geral III

Comissão de Finanças ou ao Vereador, não me recordo. Não tenho esse da
do no momento, mas com todo prazer encaminharei ao Sr. Almir Guimarães.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Esta Presidência, antes de passar
a palavra aos nobres pares, registra a presença do Vereador José Índio
Ferreira do Nascimento, que é o relator do projeto da peça orçamentária.

Com a palavra o Vereador Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES - Gostaria de complementar mais duas
questões. Uma delas é que nós acompanhamos, durante o processo eleito-
ral, o candidato a Prefeito e Prefeito eleito levantando a questão da
área de segurança. É um problema bastante sério na cidade e no país.
Ele dizia, então, que iria dar uma atenção especial, contratando 10 mil
guardas, etc. Eu queria lembrar apenas que existe um histórico dessa
questão de segurança, e tenho falado insistentemente aqui nesta Casa
que o Prefeito usa de uma demagogia em ampla escala. Só para dar um e-
xemplo, o atual prefeito fala muito em segurança, e tem um projeto de
lei que foi aprovado, nesta Casa, por unanimidade, e o Prefeito vetou:
trata-se de um aumento por risco de vida dos chamados guardas munici-
pais. Como é que a gente quer segurança se a Prefeitura paga um salário



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 125 do proc.
PAULO 776 de 19 96
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART. RO
N21	4	Marcia	Aud. Públ.	02.12.96		Ed. Adm. Geral III

rio ridículo aos guardas municipais? Quer dizer, quem quer fazer segurança de fato precisa, primeiro, começar a pagar bem quem faz segurança. Portanto, quero só dizer que existe um histórico desse governo, do ponto de vista demagógico, que fala uma coisa e faz outra, porque esse projeto foi aprovado por unanimidade por esta Casa. O candidato que foi eleito a Prefeito, Sr. Celso Pitta, falou muito em fazer segurança. E nós estávamos examinando os números da proposta orçamentária para o ano que vem, e ela, no fundamental, quanto ao que foi destinado à Guarda Municipal, é igual à deste ano. Quero saber o seguinte: como vai-se ampliar o contingente da Guarda Municipal e dar mais segurança às escolas, se o que está orçado para se gastar o ano que vem é a mesma coisa deste ano?

A segunda questão é em relação à própria dívida da Prefeitura. Nós temos acompanhado - a Prefeitura se endividou de forma bastante acentuada na atual gestão e vimos, inclusive, que a Prefeitura está em dificuldades porque temos acompanhado inúmeras obras e vemos que elas estão semi-paralisadas. Diminuiu o ritmo de obras. A Prefeitura gastou demais no período pré-eleitoral e agora está sem fôlego de caixa. Inclusive, está acontecendo um problema que nunca aconteceu nesta Casa, de se atrasar o pagamento dos funcionários da Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Protocolo 126 do proc.
nº 716 de 1996

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUADO	CONT. APARTE
N21	5	Marcia	Aud. Públ.	02.12.96	ISABEL F. S. HANASHIRO	Ofl. Adm. Geral III

N22 1

Então, a segunda questão que eu gostaria que o Secretário abordasse é o endividamento da Prefeitura. E, finalmente, o Secretário respondeu essa questão do Fura-Fila, o que é uma demonstração de que o atual governo, inclusive o Secretário do Planejamento, que quer fazer tudo no atual governo e, no fim, não faz nada direito, ele deveria estar lá para planejar a questão do Fura-Fila, etc. Desculpe-me, eu sou economista e conheço um pouco a questão de orçamento, - mostra que o plano pluri-anual e o orçamento é mais uma peça figurativa. Colocam-se 75 milhões em todas as regiões da cidade e isso aí deveria ser obra de Planejamento. Teria que ter o Secretário de Planejamento pensando onde vai-se gastar o dinheiro, quais são as propostas, como cada região vai ser contemplada. E demonstra claramente que não existe planejamento nesta cidade.

O SR. AIMIR GUIMARÃES - O Sr. Secretário com a palavra, para responder ao Vereador Odilon Guedes.

O SR. SECRETÁRIO - Com relação à área de segurança, só queria lembrar ao Sr. Vereador que no orçamento de 1997 consta 34 milhões e 114 mil; na execução deste ano pretende-se gastar cerca de 27 milhões, ou seja, tem 20 a 30% de crescimento real. Queria lem-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

FOLHA 127 do proc.
n. 776 de 1996
o funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N22	2	Marcia	Aud.Públ.	02.12.96	ISABEL Of.	S. S. PONTA Adm. Geral III

brá-lo também que as contratações, a meta seria atingir 10 mil policiais, e essas contratações, devido, principalmente, à burocracia existente na Prefeitura, no serviço público, elas não acontecem imediatamente, demora um certo tempo. Então, à medida que os guardas forem sendo concursados, entrando na folha de pagamento, essa lotação será suplementada.

Com relação à dívida da Prefeitura, é um assunto bastante debatido. O Sr. Vereador tem sempre atacado esse assunto. Eu queria dizer o seguinte: a dívida da Prefeitura, em 31 de julho deste ano, era de 5,924 bilhões, dos quais certa de 77% ou 76% é dívida imobiliária, ou seja, são os títulos municipais colocados no mercado. Esses títulos têm vencimento em 1997 até o ano 2000. Os títulos com vencimento em 1997 até o ano 2000, pela Emenda Constitucional nº 3, já têm permitida a sua rolagem, num percentual que varia de 95 a 100%. Isso já está permitido pela Emenda citada, e também está regulamentada pela Resolução 69 do Banco Central. Em sendo assim, a Prefeitura tem, em 1997, ~~existem títulos mobiliários~~, vencimentos mobiliários, 784 milhões. Considerando já autorizada uma rolagem de 98%, nós teremos um pagamento efetivo de cerca de 16 milhões. A esses 16 milhões somam-se a dívida contratural interna, externa, que seria de 55 milhões mais



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 128 do proc.
n.º 776 de 19 96
o funcionário ISABEL

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
N22	3	Marcia	Aud. Públ.	02.12.96	ISABEL	P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III

35, que dá 90, mais 16 daria 110 milhões. Isso significa 1,2% da receita corrente do Município. Um percentual de 1,2% num orçamento de 6 bilhões de receita corrente é absolutamente nada. Então, é por isso que digo sempre que a situação financeira da Prefeitura é absolutamente confortável no que diz respeito à dívida, não só a dívida afundada quanto a dívida flutuante.

Diz o Sr. Odilon que a Prefeitura vem atrasando os pagamentos. Não é verdade. A Prefeitura não vem atrasando; ela vem pagando rigorosamente em dia. O assunto Câmara foi uma falha da Câmara Municipal. Ela não pagou o salário porque não quis pagar, pois havia a minha palavra dizendo que no dia 25 o dinheiro seria depositado, e ~~na~~ assim foi. E quanto às obras, não é que elas sofreram paralisação, de maneira nenhuma. Determinadas obras dependem de desapropriações, sem ~~as~~ as quais você não pode dar prosseguimento. Mas se houvesse sido dada ordem para se reduzir o ritmo dessas obras, seria um ato muito bom porque a Prefeitura está atenta às suas finanças. Sou da seguinte opinião: se há dinheiro, faz; se não há dinheiro, não faz. Mas não foi isso que aconteceu. As obras tiveram o ritmo reduzido em função de dificuldades técnicas, principalmente desapropriações e interferências.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 129 do proc.
n.º PAULO 776 de 19 96
o funcionário Vla

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N22	4	Marcia	Aud. Públ.	02.12.96	ISABEL F. S. H.	Of. Adm. Geral III

rências. Dívida de curto prazo: também o Sr. Odilon tem dito que a Prefeitura vai fechar com déficit de cerca de 1,800 bilhões. ~~Eu~~ Não é verdade. Uma coisa é você ter a dotação atualizada de 8 bilhões e tanto, e outra coisa é você ter o fechamento do ano, com empenhamento não muito superior a 7 bilhões. Então, veja bem: nossa dotação atualizada é cerca de 8 bilhões e 600. Mas nós vamos fechar o ano com despesas empenhadas não superiores a 7 bilhões e 300, com uma receita de 6,9. Portanto, vamos ter um resto a pagar de cerca de 410 a 390 milhões, que não é nem um mês de arrecadação do Município.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Com a palavra a nobre Vereadora Ana Martins.

A SRA. ANA MARTINS - Bom-dia a todos, Sr. Secretário, Srs. Vereadores. Eu gostaria de levantar três questões aqui para debatermos. Lamento que esteja apenas o Secretário de Finanças, mas ele também responde por toda questão do orçamento. Como o orçamento e a fala que a Administração tem hoje, de que vai privatizar o social, vou abordar três questões graves, sérias, da área social.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 130 do proc.
n.º 476 de 1996
o funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N22	5	Marcia	And. Públ.	02.12.96	ISABEL P. S. Of. Adm.	HANASHIRO Geral III

Uma primeira questão é que há uma previsão de que haverá na área da Saúde, na implantação do PAS, 5 milhões e ~~33~~ 31.376 cadastrados. Gostaria de saber do Sr. Secretário qual é o número atual de cadastrados, porque, segundo o que aprovamos na Câmara, o atendimento precisa corresponder a determinado valor de cadastrados. As informações que tenho de inúmeras cooperativas, nos seus respectivos módulos, é de que isso não está sendo respeitado, desautorizando, de certa forma, o que foi aprovado pela Câmara Municipal. Como a parte do serviço público no Município está reduzidíssima, quero fazer uma segunda pergunta ao Sr. Secretário: o que será feito com os 28 mil funcionários que estão inaproveitados, encostados, ou em creches ou escolas ou balneários ou centros educacionais, e até na usina de asfalto. Tenho a informação de que um neuro-cirurgião, o caso mais grave que ele atendeu até hoje na usina de asfalto é problema de caspa. Então, eu queria saber do Sr. Secretário qual é a previsão do que será feito desses 28 mil funcionários, e por que a Prefeitura os deixa tão desvalorizados, sendo que entre esses funcionários existe uma porcentagem grande de especialistas, médicos que pouquíssimas cooperativas possuem, nessas especialidades? Por que isso é feito? O que está previsto para um apro

MP00814 ~~atendimento racional, decente e necessário para o problema da cidade?~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 131 do proc.
n. 776 de 19 96
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABASTE
N23	1	Marcia	Aud. Públ.	02.12.96	ISABEL	S. HANASNIRO Of. Adm. Geral III

Uma terceira pergunta ao Sr. Secretário. Infelizmente ele não é da área da Saúde, mas se não puder responder encaminhe à assessoria que estiver aí, para ajudar. Uma terceira questão: Vou exemplificar dois casos de implantação do PAS: São Miguel Paulista; J. Setúbal. Quando da implantação do PAS, tanto o hospital como as unidades de saúde tinham 2.400 funcionários; com a implantação esse número foi reduzido para 780, um terço. É por conta disso que o pronto atendimento que o PAS vem garantindo está deixando inúmeros problemas. Então, uma coisa é a pesquisa de opinião sobre o PAS. Outra coisa é a pesquisa que a Administração Pública devia fazer do que ocorre diariamente nos atendimentos do PAS.

Então, a terceira questão é: uma vez que reduziu o número e que funcionários do PAS são obrigados a prolongar sua jornada além do período de trabalho por conta desse enxugamento havido, então, por que continuar deixando esses 28 mil funcionários inativos? Apesar dos péssimos salários, é um mau aproveitamento do serviço público, e dessa parcela do funcionalismo que é cidadão, tanto quanto qualquer um dos Srs. Secretários. É um funcionário público.

Então eu gostaria de ~~uma~~ um aprofundamento da questão, por-

que aqui estão previstos 5 milhões de cadastrados. Quem atenderá a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 132 do proc.
nº 776 de 1996
o funcionário

REGISTRO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N23	2	Marcia	Aud. Públ.	02.12.96	ISABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III	

esses 5 milhões? Qual é o número de funcionários que tem hoje o PAS para atendê-los? Como está também previsto no orçamento 1,186941 bilhão, é um orçamento elevado, porém se a previsão for atender 5 milhões de cadastrados a previsão é insuficiente. De onde sairão esses recursos, levando em conta que 28 mil funcionários não estão sendo aproveitados para aperfeiçoar esse atendimento e melhorá-lo?

Na questão da habitação, gostaria de saber do Sr. Secretário por que a Administração, que ~~apregoa~~ apregocou que foi um erro da Administração anterior não dar continuidade às obras, qual é o motivo que a leva a não dar continuidade aos mutirões? Por que não se respeita uma experiência popular mas também discutida e debatida por técnicos, por especialistas, e não só no Brasil; uma experiência que vários países também fizeram e ~~a~~ fizeram-na de forma positiva quando o poder público foi capaz de respeitá-la, como, por exemplo, no Uruguai, no Paraguai, em outros países da América Latina. Por que não respeitar esse programa? Os seus 106 programas vêm sendo abalroados, e eu tenho um quadro aqui, que posso deixar para o Sr. Secretário. Por que desmobilizar uma população empenhada em construir a sua moradia? Tenho informações, e se o Sr. Secretário mencionar irregularidades, a Admi-

nistração Pública precisa ter eficiência para descobrir as irregulari-



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
N23	3	Marcia	Aud. Públ.	02.12.96	ISABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III	

dades e corrigi-las. Vou lhe dar um exemplo do mutirão que ficou parado por muito tempo e que de repente, depois de um vendaval há 4 meses, perdeu uma nota de 28 reais. Qual é a administração que não tem a capacidade de ir levantar se essa nota é verdadeira ou não e parar um mutirão por causa disso? Então, é uma das desculpas que a Administração tem dado. Essa Administração que prega que não deveriam ter sido suspensas as obras da gestão anterior, mesmo com os motivos que apresentavam, por que parou os mutirões? E por que trata de forma tão desvalorizada essa parcela da população que se empenha em ter a sua moradia popular? A Administração tem todo o direito de lançar as suas iniciativas, apregoar o Cingapura como experiência inédita, fazer a verticalização, que é uma demanda do movimento popular de mais de vinte anos, Entretanto, não tem o direito de negar outras experiências e fazer o que foi feito.

Tenho um quadro aqui dos mutirões, mostrando a situação em que estão. É uma falha de uma Administração que quer se apresentar como muito eficiente. Então deverá corrigir aquilo que não é eficiente.

Uma outra questão, também na área social: os dados que estão sendo apresentados aqui mostram que há uma preocupação social e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 134 do proc.
776 de 1976
funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N23	4	Marcia	Aud. Públ.	02.12.96	ISABEL P. S. HANASHIRO Gl. Adj. Geral III	

com a questão da criança e do adolescente. Diz aqui que o atendimento de creche, que é feito pela Secretaria do Bem Estar, através das creches conveniadas, que são mais de 350, e as creches diretas, que estão em torno de 308 a 312, está apresentando um atendimento de 98 mil crianças. (Cada dia se diz ao Sr. Secretário que não analisa)



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
N24	1	Anelise	AUDIÊNCIA P.	02.12.96	ISABEL P. S. HANASHIRO 9% dm. Goral III	

Eu gostaria de dizer ao Sr. Secretário que este dado não é real.

Todos os Srs. Vereadores e os Srs. Secretários precisariam visitar as creches. Não existe uma creche na cidade de São Paulo que esteja atendendo suas 150 crianças, número que está definido para atendimento. Nenhuma em toda a cidade. ~~Alg~~ Algumas estão atendendo 58, ou 48 crianças, eu poderei até nominá-las. Nenhuma está sequer atendendo a 50% do determinado. Esses dados são formais do atendimento previsto, mas não o atendimento real.

Então, se a Prefeitura quiser melhorar o seu atendimento na área social, precisará ser tão exigente nesta área quanto tem sido ou-sada na implantação ~~de~~ de obras na cidade, algumas até fora do tempo. Eu gostaria que o Sr. Secretário e os Srs. Vereadores, de vez em quando, durante a semana, e até no fim de semana, observassem o anel viário durante o dia, durante a tarde, e constatassem que há momentos de dez a vinte minutos que não passa um carro no elevado sobre a Avenida Pires do Rio em São Miguel Paulista. São obras necessárias... para o futuro. Mas não deveriam ter atropelado o social, o atendimento à criança e ao adolescente, a alimentação com qualidade, a melhoria da saúde na cidade, a busca de uma melhor condição de vida para uma população trabalhadora, uma população que busca um dia melhor para seus filhos. E a administra-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

PAULO 136 do proc.
n. 776 de 10 96

RODÍZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
N24	2	Anelise	AUDIÊNCIA P.	02.12.96	ISABE	P. S. HANASHIRO O. Adm. Geral III

ção deveria ter um pouco mais de sintonia com essa população que não é mal-intencionada e nem busca x ter péssimas condições de vida e nem se envolver na violência, no ~~xix~~ viver na rua, por opção, mas por falta de medidas administrativas, governamentais, de maior compromisso com o espírito humanitário, com o espírito que exige hoje uma visão mais coe-
rente de quem faz parte do poder público.

Muito obrigada.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Mj Muito bem. Antes de passar a palavra ao Sr. Secretário, quero registrar a presença do Presidente desta Casa, o nobre Vereador João Brasil Vita, que muito nos honra com sua presença nesta audiência pública.

Tem o Sr. Secretário, então, todo o tempo necessário para responder à pergunta formulada pela Vereadora Ana Martins.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Na área de saúde, especificamente, quero lembrar que não há implantação, mas continuação do PAS. Estão reservados cerca de 840 milhões para este fim. A diferença de 1.200 para 840 seria aplicada em outras atividades que a Secretaria de Saúde prefere desenvolver. Essas outras atividades seriam, prin-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
N24	3	Anelise	AUDIÊNCIA P.	02.12.96	ISABEL Of. Adm. Geral III	S. HANASHIRO

principalmente, combate à AIDS, ajuda aos contaminados pelo HIV. Com relação aos 20.098 funcionários que estão teoricamente em outras secretarias, isso está sendo objeto de conversa quase que diária com o Sr. Paulo Richter. Para que esse negócio fosse melhor debatido sugiro ao Ver. Almir Guimarães que o Sr. Paulo Richter fosse convocado. A Administração tem envidado esforços no sentido de que esses funcionários que não aderiram ao PAS porque não o quiseram, fossem melhor aproveitados. E estão sendo. Como eu disse, a Secretaria de Saúde está montando programas alternativos de saúde com a intenção de aproveitar esses funcionários.

Com relação ao segmento da habitação, dos mutirões, são 103 mutirões. Inclusive, há cerca de três ou quatro meses, venho atendendo a uma senhora que leva vários representantes de mutirões, e o que tem acontecido é o seguinte: desses 103, porque não foram atendidos anteriormente, porque havia problemas sérios na prestação de contas, essas irregularidades foram detectadas pelo R Tribunal de Contas, que proibiu que a Prefeitura repassasse recursos antes de sanadas tais irregularidades. À medida que essas irregularidades foram sanadas, a Prefeitura vem repassando recursos ~~para~~ para os mutirões. E para o orçamento de 1997, acho que a Senhora não chegou a olhar bem na proposta, tem 60 mi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Ordem n.º 138 do proc.
n.º 176 de 1996
funcionário J. M.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N24	4	Anelise	AUDIÊNCIA P.	02.12.96	ISABEL P. S. H. NASHIRO Of. Ac. Geral III	

lhões no Fundo de Habitação destinados aos mutirões e, além disso, há 50 milhões de operações interligadas que, em se consumando serão também destinadas ao fundo municipal, muito especificamente, aos mutirões. Essa é uma suplexmentação que não onera mais a área orçamentária.

Com relação ao aspecto das creches, a Senhora diz que a Prefeitura não está atendendo nem a 90.000 crianças. Ela não está atendendo a 90.000, mas a mais de 120.000 crianças. A Fabes tem lá o registro das creches conveniadas, das creches diretas, registradas, endereço, quantidade de crianças prevista, quantidade de crianças atendidas.

Com relação à merenda escolar, que a Senhora afirma não ser de boa qualidade, diz pesquisa qualitativa que a merenda fornecida hoje é de uma qualidade excepcional e, em nenhum momento, deixou de haver esse tipo de alimentação às escolas, creches e hospitais.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Com a palavra o nobre Vereador José Índio.

O SR. JOSÉ ÍNDIO - Eu só gostaria de pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário sobre a emissão de títulos. Em 95 e 96 a emissão foi em torno de 906 milhões, mas o pagamento foi em torno de 147, se-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

FOLHA 139 do proc.
776 de 1996
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
N25	1	Anelise	AUDIÊNCIA P.	02.12.96	ISABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III	

gundo as estimativas. Eu gostaria de saber se essas ~~ing~~ letras continuam como legtras ou elas foram colocadas no mercado, fabricado o dinheiro e onde estaria esse dinheiro, se existem algumas precatórias dentre as áreas.

O SR. ANTONIO DE FREITAS - Inicialmente, eu gostaria de esclarecer que não existem precatórios atrasados. Vamos voltar ao fundamento da pergunta. Em 1995 foram emitidos 947 milhões - talvez eu erre algum número -, em 1995 foram pagos 145 milhões e o balanço patrimonial da Prefeitura de 31 de dezembro também indica que, no fundo de liquidez, tinha cerca de 640 milhões, ou melhor, 650 milhões. Então, 650 milhões, mais 145 dá 800 milhões. A diferença estaria no disponível, já que fechamos o ano com 258 milhões, dos quais parte seriam dessa emissão.

Eu gostaria de retomar um pouquinho para falar a respeito dessa emissão. Como funcionam as emissões? A Prefeitura faz o levantamento, pede ao Banco Central, o Banco Central encaminha ao Senado, o Senado autoriza e essa autorização tem validade. Essa emissão de 1995 foi uma autorização de 1994, e a Prefeitura tinha até o dia 30 de agosto de 1995 para fazer essa emissão. E assim o fez: emitiu os títulos,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

SÃO PAULO 140 do proc.
n. 776 de 1996

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	TITULO	CONT. APART.
N25	2	Anelise	AUDIÊNCIA P.	02.12.96	ISABEL P.	S. HANASHIRO	Of. Adm. Geral III

esses títulos entram no fluxo normal do caixa da Prefeitura, no caso, entrou no fundo de liquidez, e à medida que os precatórios vão chegando, a Prefeitura paga. Esses precatórios, inclusive no balanço de 95, são apontados como dívida 589 milhões. Isso não quer dizer que os títulos precatórios estejam na Prefeitura para serem pagos. Não, os precatórios estão na Justiça e, na medida em que o Tribunal de Justiça encaminha à Prefeitura, ela tem 90 dias de prazo para pagar. E a Prefeitura tem honrado rigorosamente com seus compromissos. Ainda com relação aos precatórios, eu gostaria de dizer o seguinte: a Prefeitura de São Paulo talvez seja a única prefeitura que pagou aqueles "oitavinhos", como o pessoal chama, ou seja, quando foi promulgada a Constituição, o débito com precatórios foi dividido em oito parcelas, e a Prefeitura, em 30 de setembro deste ano, pagou a última parcela do 8/8 (oito oitavo). O que há hoje para ser pago são os complementos que, repito, estão na Justiça, não estão em poder da Prefeitura.

E o mais importante disso tudo, no meu entendimento, é que os precatórios cheguem à Prefeitura e a mesma tenha recursos suficientes para honrar esses precatórios de pronto. E isso a Prefeitura tem feito.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 141 do proc.
n. 776 de 1996
o funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
N25	3	Anelise	AUDIÊNCIA P.	02.12.96	ISABEL Of. Adm. Geral III	S. H. RASIMU

O SR. _____ - Só um detalhe, Sr. Secretário. Esses precatórios deveriam estar previstos no orçamento do ano subsequente. Se eles estão à disposição da Justiça, como é feita essa previsão?

O SR. SECRETÁRIO J.A. de FREITAS - Bem, o que é obrigatório a prefeitura colocar no orçamento - isso é determinado pela Constituição, art. 100 - são os precatórios correspondentes ao período de julho a julho do ano anterior, Quem determina isso - não é a Prefeitura que escolhe - é o Tribunal de Justiça. O Tribunal de Justiça, em meados de agosto, até o comecinho de setembro, envia uma extensa relação de todos os precatórios que devem ser inseridos na proposta orçamentária e pagos no ano seguinte. Isso também a Prefeitura tem observado rigorosamente. Não é a Prefeitura que indica e, sim, o Tribunal de Justiça.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Com a palavra o nobre Vereador Odilon Guedes. (Pausa.) Desiste S. Exa. Nobre Vereador Vicente Viscome, V.Exa. tem alguma pergunta a formular? Não. Nobre Vereadora Ana Martins, V. Exa. tem mais alguma pergunta?



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N25	4	Anelise	AUDIÊNCIA P.	02.12.96	ISABEL Ol. Adm. Geral III	P. S. HANASHIRO Adm. Geral III

A SRA. ANA MARTINS - Eu só gostaria de dizer ao Sr. Secretário que, na realidade, ele não respondeu às questões. Seria muito importante que um orçamento dessa envergadura, da cidade mais importante do País, exigisse mais atenção dos Srs. Secretários em virem debater. O que a administração tem criado é um estímulo à não-participação e nenhum poder, seja em que nível estiver, não tem mais solução para os grandes problemas se não buscar a amplitude das idéias, se ele não buscar debater com os representantes da população que vivem os problemas. E problema social então não tem solução se não houver debate franco e aberto com os que vivem o problema.

Então, penso que minhas questões não estão respondidas. Conheço o trabalho dos mutirões. Estive na audiência no Tribunal de Contas. Nós tivemos audiência aqui. As questões levantadas pela Administração são muito mesquinhas, muito pequenas. Não digo um ou outro caso que tenha um problema mais grave, ~~na~~ ninguém ~~f~~ vai impor que a Administração não tome suas medidas, mas mais de 80% dos mutirões não vivem esses ~~tais~~ tais problemas e, no entanto, os mutirões têm recebido uma ou duas verbas anuais com uma lentidão que ~~está~~ deixa claro por parte da Administração que ela não quer que esse programa complete o seu trabalho e nem sequer quer que essa experiência vingue no meio da



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
N26	1	Anelise	AUDIÊNCIA P.	02.12.96		FRANZ P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III

população. São boicotes a uma experiência. Isso não é maduro por parte do poder público e, muito menos, por parte do Sr. Maluf e do Sr. Pitta, se continuar com essa postura.

Então, sobre a questão da saúde o Senhor também não respondeu, a questão dos cadastrados, quantos existem, como essa verba tem sido controlada por parte do Poder Público. Esses dados não existem aqui. Qual o número de cadastrados.

Eu gostaria que o Sr. Secretário, não somente ele, mas os outros também que, durante o ano, viessem mais à Câmara responder um pouco mais pela boa utilização do dinheiro público. E que tivéssemos espaços para debater mais esses problemas. Tenho certeza de que secretários que tenham um perfil democrático aperfeiçoarão os seus serviços. Porque sua posição nada mais é do que um serviço a uma cidade como esta. E tenho certeza de que isso não é demérito para ninguém.

Continuo, portanto, com as questões sem serem respondidas e gostaria que, se isso não for feito neste ano, pelo menos no ano que vem as grandes questões e problemas que afetam parcelas significativas da população recebessem um diálogo maior entre a Câmara Municipal e o Poder Público, tanto as secretarias, como o próprio Executivo para que a população tenha os seus problemas pelo menos amenizados. Porque, nesses



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N26	2	Anelise	AUDIÊNCIA P.	02.12.96	ISABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III	

anos em que o social não foi priorizado, deixou seqüelas graves. Isso exige um olhar diferente da parte dos que administram e da parte dos que têm responsabilidade com os votos que recebe. Então, não estou satisfeita com a resposta, sei que o Senhor não tem todas as especialidades e jamais dominaria tudo, eu respeito isso, mas acho que é pena que os outros secretários não venham aqui fazer parte dessa discussão, desse debate. Acho que o Senhor tem o mérito de ter vindo, não posso deixar de reconhecer e gostaria de que isso continuasse a ser debatido.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Tem a palavra o nobre Vereador José Índio.

O SR. JOSÉ ÍNDIO - Eu só gostaria de responder à nobre Vereadora quanto aos mutirões. Os mutirões iniciados na gestão passada não foram concluídos, nenhum deles.

A SRA. ANA MARTINS - Já foram concluídos 24 mutirões.

O SR. JOSÉ ÍNDIO - Não na administração anterior, porque as prestações de contas, realmente, são uma vergonha. Para se ter uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 145 do proc.
n.º 1736 do 19 96
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N26	3	Anelise	AUDIÊNCIA P.	02.12.96	ISABEL Of.	S. HANASHIRO Adm. Geral III

idéia, e em 91 foi ~~xx~~ entregue um dos poucos mutirões que foi concluído na administração passada, que foi o mutirão... não me recordo bem o nome agora. Foi entregue particularmente verba pública, em torno de 800.000 dólares na ocasião para que fosse construído um centro comunitário e para a conclusão de obras de infraestrutura. Simplesmente o elemento fugiu e até hoje não se prestou contas desse dinheiro.

Um outro fato que eu g quero colocar aqui e é o clima selvagem dos mutirões, porque o mutirão força aquele ~~xxx~~ cidadão, depois de trabalhar a semana inteirinha, que ocupe o seu fim de semana de construtor de supostas moradias suas, correndo o risco de, se num fim de semana, houver falta, ser esse elemento excluído do mutirão. Então, o mutirão é um caso a ser reavaliado, repensado, porque, infelizmente não vingou. Inclusive em dois projetos ~~xxx~~ pilotos, com relação a cortiços, nenhum dos dois foi concluído, sendo que eram apenas dois projetos. Não vejo onde reclamar.

Entretanto, se o Tribunal de Contas manda que a Prefeitura suspenda os pagamentos aos mutirões, Vereadora, só existe uma forma: a prestação de contas regular para que haja a autorização por parte deste órgão, porque o prefeito não pode extrapolar as determinações do TC;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 146 do proc.
nº 776 de 1996
a funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N27	4	Anelise	AUDIÊNCIA P.	02.12.96	ISABEL Of. Adm. Geral III	P. S. HANASHIRO

A SRA. ANA MARTINS - E os 35 que não tinham nenhum problema?

O SR. JOSÉ ÍNDIO - Esses continuaram recebendo normalmente.

A SRA. ANA MARTINS - Eles recebem uma verba a cada ano, cada ano e meio. Possui todos os dados.

O SR. JOSÉ ÍNDIO - Veja bem: isso é uma prova de que os mutirões não foram prioridade deste governo, justamente em função do que ele apresenta de selvagem e a Senhora não vai me desmentir porque tenho a certeza de que x também a Senhora reconhece...

A SRA. ANA MARTINS - Se os mutirões têm algo de selvagem, o Cingapura também tem. Então, precisamos ver as diferentes ~~st~~ experiências e não camuflar a verdade.

O SR. ~~IX~~ JOSÉ ÍNDIO - O sacrifício... precisa ser reavaliado para ver se existe a possibilidade da continuidade.

A SRA. ANA x MARTINS - O mutirão não pode ser a única alter-



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N26	5	Anelise	AUDIÊNCIA P.	02.12.96	JOSE P. S. HANASHIRO	Of. Adm. Geral III

nativa, Vereador, mas também não pode ser tratado dessa forma.

O SR. JOSÉ ÍNDIO - Mas, entenda bem, o que o mutirão representa para o morador que queira adquirir sua casa própria é um sistema muito selvagem de aquisição. O sujeito faz todo um sacrifício, depois de uma semana inteira de trabalho e, muitas vezes, por ter contraído qualquer tipo de dificuldade, ele passa a ser excluído do processo de mutirão.

O SR. - Se por acaso fizermos uma reavaliação no processo de mutirão, reuniríamos os Vereadores para dar continuidade mas a um negócio sério, com dignidade, sem sacrificar ninguém.

O SR. JOSÉ ÍNDIO - O problema não é apenas as irregularidades, porque eu presenciei a apresentação de contas dos mutirões em papéis de padaria. Outra: o desvio dos recursos para outras finalidades. Mas não é apenas esses o problema. O problema é o sistema selvagem que ele representa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 148 do proc.
PAULO 776 de 19 96
e funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	DEBATOR	CONT. ARQUIV.
N26	6	Anelise	AUDIÊNCIA P.	02.12.96	ISABEL F. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III	

A SRA. ANA MARTINS - E qual a culpa que tem a população de os governos não construírem moradias suficientes para ela? A responsabilidade é do Poder Público.

O SR. JOSÉ ÍNDIO - O que temos que debater, Vereadora, é a diminuição da ganância do Poder Público, porque, na medida em que ele podem ascender a possibilidade de contrair recursos...

~~_____~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
N-27	1	Camilo	Aud. Pública	02/12/96	ISABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III	

acima de qualquer finalidade, quer dizer, naturalmente, passa a contrair para si a obrigação de fazê-lo. É quando ele se atrapalha. Por quê? Porque ele cria as impossibilidades, as inviabilidades ao processo de moradia, principalmente. Isso porque São Paulo é uma cidade que foi ~~desta~~ construída por loteamentos. O Poder Público cresceu os olhos e criou uma série de exigências e houve a inviabilidade dos loteamentos.

Essa é a luta que temos que empreender, a fim de que a ganância seja reduzida e volte o processo que teve resultado, ao mostrar que a população, por meio de loteamentos, seja contemplada com suas moradias. É nesse clima que devemos ir nos de-
frontar, e não por meio de mutirões, que ~~nos~~ sacrifica o trabalhador. Sabe-se que é humanamente impossível uma prestação de contas regular, mesmo porque essas pessoas que tratam desses recursos públicos - esses recursos têm que ser preservados, investidos dentro dos próprios limites que a própria Constituição diz.

A única coisa que temos que debater, neste momento, é que os loteamentos sejam menos exigidos, para que tenhamos um problema bem menor do que se encontra hoje, em relação a moradias.

O SR. ALMER GUIMARÃES

- Queremos dar

oportunidade aos membros do público que queiram fazer suas inscrições, porque a seguir encerraremos nossos trabalhos.

Com a palavra, o nobre Vereador Odilon Guedes.



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT. APARTE
N-27	2	Camilo	Aud. Pública	02/12/96		ISABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III	

O SR. ODILON GUEDES - A discussão extrapolou o debate em relação ao Sr.

Secretário, e gostaria de fazer duas arrumações.

Em primeiro lugar, o governo Maluf não é o mais indicado para falar de moralidade pública, fazendo ataque aos mutirões. O único caso que teve irregularidades, foi aberto um processo pelo próprio PT, pelo fato de não ter havido prestação de contas. Neste caso, foi aberto um inquérito policial. O PT foi à delegacia e denunciou.

Em segundo lugar, o governo Maluf não tem a mínima moral histórica. Todos aqui lembram o que significa o verbo malufar. Essa é a primeira coisa para deixar as coisas claras. Em segundo ponto, ao dizerem que o mutirão é uma selvageria, é preciso chamar os representantes dos mutirões para debaterem. É eles que têm que saber se querem ou não este tipo de construção. Não é eu, nem o Vereador José Índio Ferreira do Nascimento que devemos responder isto. Nós podemos até participar dos debates com nossas opiniões. Eu até respeito a opinião do Vereador, mas quem tem de dizer se há condições de se construir moradias populares sob o sistema de mutirão, são as pessoas interessadas e quem recebe o financiamento, indo trabalhar nos fins de semana.

Como já disse, essa questão extrapola o debate com o Secretário de Finanças. Mais um detalhe, todas as vezes que ele é convocado, ele comparece aqui. Isso mostra que o governo Maluf não está nem aí com a Câmara Municipal. Este governo despreza o Legislativo, tanto que, neste ano, não veio nenhum Secretário aqui, aliás,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

PAULO 151 do proc.
776 de 1996
a TURBINAÇÃO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
N-27	3	Camilo	Aud. Pública	02/12/96	Odilon Guedes	ISABEL P. S. HANASHIRO Gm. Adm. Geral III

veio o Secretário de Finanças para responder, ao invés do Secretário da Habitação.

Quem precisam vir aqui para resolver os problemas da Saúde é o Secretário da Saúde.

Contudo, eles não estão preocupados com a Câmara Municipal.

Muitas vezes, faço críticas e as pessoas acham que sou radical, mas a realidade é essa. Esse governo Maluf é autoritário e ~~ignora~~ ignora o Poder Legislativo.

Não veio nenhum Secretário discutir com a Câmara, e em todos os outros anos vieram.

Este ano, eles nem deram o desprante de vir ou mandar represen tantes.

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - O caso das arrue-

las, do Nova ou dos sacolões, é malufar ou erundinar.

O SR. ODILON GUEDES - Houve uma acusação contra o ex-secretário de Transpor-
tes, no governo Luíza Erundina, a respeito da contratação do CET. A Justiça julgou
este caso e não encontrou problema algum.

Em relação ao governo Maluf, não é um problema atual, porque conhecemos
há uma longa data, desde ~~que~~ ~~que~~ ~~que~~ Presidente da Caixa Econômica Federal. Como já
disse, o verbo malufar todos conhecem. Se eu falar sobre as mil trambicagens que fo-
ram feitas sobre a Paulipetro, há um rosário que fico contando, por dois dias, sobre
esse governo.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-27	3	Camilo	Aud. Pública	02/12/96	ISABEL P. S. HANASHIRO	Cf. Adm. Geral III

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Isso ocorre no governo Maluf.

No caso da administração Erundina, deve-se ~~isso~~ erundinar.

O SR. ODILON GUEDES - No governo Erundina, se pegar corrupção, tem que se ir para a cadeia. Isso deve ocorrer e em qualquer partido.

O SR. ALMIR GUDARDES - Peço aos Vereadores Odilon Guedes e José Índio Ferreira do Nascimento que ativésemos somente na peça da discussão, que é a peça orçamentária. Passo a palavra ao Sr. Secretário, José Antônio de Freitas. A seguir, ouviremos a Sra. Therezinha Helena de Almeida, do ~~Estado~~ Fórum Municipal da Criança e do Adolescente, a única pessoa que se inscreveu entre os presentes. Posteriormente, encerraremos nossos trabalhos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE FREITAS - Quero dizer à nobre Vereadora que respondeu. A Secretaria de Saúde tem um orçamento de cerca de 1 bilhão e duzentos milhões de reais, dos quais 240 milhões são destinados ao PAS, ou 70 milhões por mês. Essa diferença de 1 milhão e duzentos para 240 corresponde às atividades que a Secretaria pretende implantar em 1997, voltada à saúde pública, notadamente, quanto à AIDS.

Creio que parte desses funcionários disponibilizados hoje, serão convocados para a prestação de serviços. Não sei se todos serão chamados, mas, com certeza,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

PAULO 153 do proc.
776 de 19 26
o funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-27 28	4	Camilo	Aud. Pública	02/12/96	José Antônio	ASAB L P S. HANASHIRO Ch. Adm. Geral III

uma grande parte será convocada para a Secretaria de Saúde. Digo mais, eles estão fora da Secretaria de Saúde porque quiseram, pois não aderiram ao PAS.

A ^{senhora} Sra. disse que o atendimento primário não está bom. As pesquisas indicam que este atendimento está muito bom, sim, havendo uma aceitação de quase 90% da população. Ainda com relação aos mutirões, quero dizer ~~para a senhora~~ que a Prefeitura, por meio da Secretaria da Habitação, está atenta ~~uma~~ a eles e segue-se tudo que o Tribunal de Contas determina. A Secretaria de Finanças está atenta não só aos mutirões, mas também ao dinheiro. Enquanto eu for Secretário, se os mutirões não estiverem por conta, rigorosamente em dia, não pagaremos mesmo. Não é adianta esperar, que não será pago.

A SRA. TEREZINHA HELENA DE ALMEIDA - Sr. Secretário, não é questão de esperar. Há 36 mutirões ~~que~~ não têm nenhum problema e não recebem a verba regular. O Secretário de Finanças responde por isso.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE FREITAS - Como já disse, já fui procurado 2 ou 3 vezes. Então, entrei contato com o Presidente da Cohab e o recurso foi liberado. Repito, no orçamento de 1997, há 60 bilhões que, teoricamente, são destinados aos mutirões. Além disso, há mais 50 reuniões de operações interligadas, que poderão ser destinadas aos mutirões, desde que as prestações estejam em dia.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

PAULO 159 do prog.
n. 776 do 19/12
o funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-28	5	Camilo	Aud. Pública	02/12/96	ICABEL P. S. HANASHIRO Cl. Adm. Geral III	

A SRA. TEREZINHA HELENA DE ALMEIDA - Fico muito preocupada ao saber que uma peça orçamentária de tamanha importância foi tramitada na Câmara, de uma maneira vapt-vupt.

Estou vindo de Porto Alegre, do Encontro Nacional dos Conselheiros Tutelares que terminou sábado agora. Discutíamos muito sobre o orçamento participativo, lá e em outros lugares. Isso é que é democracia. Não estou falando se é do PT ou do Sr. Arnão, em São Paulo, onde só há conselhos. Inclusive, o orçamento é colocado no relógio da praça, para que se saiba quanto dinheiro há. Vamos querer ver isso. Esse Prefeito de uma cidadezinha ^{pequena} de São Paulo esteve num seminário de empresas sociais.

Nós, o povo, ficamos como um chefe de família, que tem o dinheiro e gasta onde quiser, e o resto que se matem. Sabemos que há dinheiro. São Paulo é uma cidade riquíssima; e não pode se falar que não há dinheiro. E ficamos nessa situação. Estava preocupada em vir a esta audiência, porque lutamos, na Lei Orgânica, para que houvesse audiência pública, principalmente, por secretarias. Soubemos que não vai haver. Isso não está sendo respeitado e gostaria de saber porque fizeram isso. Nós vamos questionar isso este ano. Temos o direito de vir aqui e discutir.

Se há mecanismos e participação do povo, é para se usar e ser divulgado. Quando estava no Conselho, estava telefonando para cá, perguntando se havia ou não audiência. O pessoal daqui disse ^{RAM} que havia sido cancelado e outros disseram que já estava no fim e não adiantava eu vir. Então, ficamos nesse joguete e não sabemos co-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

PFAÚLO: 157 de 155 pp
776 de 19

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-28	6	Camilo	Aud. Pública	02/12/96	Therézina ISABEL P Of. A	S. HANASHIRO m. Geral III

laborar com isso tudo.

Tenho dois projetos, um do ^{CASA} ~~CASA~~, sobre drogados e outro para Criança e Adolescente. Há três anos estamos tentando inseri-los no orçamento e nada de o Conselho Tutelar encaminhar esses jovens. Nós vamos ficar mais um ano com esses projetos na mão e não vamos conseguir verba. Só reclamam que há gente atirando para todos os lados, no farel. Só que não vêem que essas pessoas não estão no seu devido lugar, porque não há o orçamento. Em vez de essas pessoas estarem com as cooperativas de trabalho, estão nas gangues.

Como povo, queremos saber porque não estão havendo essas reuniões com a Secretaria. O que acontece todos os anos? "Ah, depois vocês vêm e põem emendas" São feitas as emendas, e depois, no dia 30 ou 31, ficamos exauridos de tanto ir para gabinetes. Contudo, não votam nenhuma emenda, porque o Prefeito mandou e o Legislativo não tem voz. Votamos num prefeito para que ele faça isso. O que acontece? Todos foram para casa. Na última vez, comemoraram com uma festa. Não sei como um vereador se explica para seus eleitores, ao dizer que, na sua base, vai haver uma biblioteca e um posto. Como fica então? Se o prefeito não quis, nada feito. O prefeito fica tranquilo, porque os vereadores não são contra ele.

Estamos fazendo um trabalho de Câmara e de orçamento. Contudo, teremos que mudar o rumo, senão tem que fechar aqui. Eu que trabalhei contra a ditadura, lutando, não estou vendo meios de a coisa funcionar. Isso não é democracia. O povo não está



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 155 do proc.
776 de 1996
o funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-28 29	68	Camilo	Audi. Pública	02/12/96	Theresinha	S. HANASHIRO Adm. Geral III

podendo.

Conseguimos inserir, na Lei Orgânica do Município, com muitos projetos dispersos daqui sobre Criança e Adolescente. Um item diz que tudo que se referir à Criança e Adolescente teria que ter duas audiências públicas, com o Conselho Municipal. Não estou vendo isso, na programação. Quero ver como se tem que ser feito, se eu, como fórum, tenho que ir ao Conselho e pedir. Somente o fórum é pouco, há forças da cidade, como a OAB, ~~antigos~~ ^{ONGs} e outras. Somos fóruns desta cidade. Queremos saber que horas vai ser feito a ~~na~~ audiência.

Para a Criança e Adolescente, foram pedidos 47 milhões de reais. Depois, indo à Secretaria, foi cortada o valor, chegando a 15 milhões. Aqui estão as necessidades. O Proasp, programa de orientação sócio-familiar, que são as 20 casas de passagens, visa a tirar a criança da rua e não deixar, na rua, a criança que ainda tem um vínculo familiar. Nessas casas de passagem, vai ser necessário uma renda, uma bolsa auxílio, porque a mãe ou o pai não vão tirar essa criança do farol ou de qualquer lugar que ela esteja, ^{eles} se não tiver o dinheiro para que ela sobreviva.

Essa renda que pedimos para 10.000 famílias é o que está no orçamento daqui. Não sabemos se há esse dinheiro. O programa que o Ministério Público está fazendo cumprir, mês a mês, não valerá nada. A criança e o adolescente vai chegar lá, num local que não é casa de internação, pois é uma casa de passagem. É verificado se a criança tem pai, tem mãe, porque está na rua, e penalizar os pais que não se incomodam com seus filhos, pois além da miséria, há outros fatores também.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

PAULISTA 157
776 de 1976
e lunelario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APORTE
N-29	7	Camilo	Aud. Pública	02/12/96	Therexinha	Ad. Goral III

Nessa casa é que vamos ver o que vai ser feita dessa criança e desse adolescente.

Para ele ficar na escola, vai precisar ter uma bolsa auxílio. O Brasil inteiro está fazendo isso. Será que São Paulo não vai fazer esse trabalho? Chamei esse projeto de renda mínima ou não, a fim de não dar ibope ao PT, mas deixem esse dinheiro para as crianças, a fim de as famílias se organizarem e levá-los à escola. Se a criança e o adolescente vai à escola, não ficam fazendo uma porção de coisas. Além disso, são cidadãos de direito. O Estatuto não fica como essa bagerna que está aí, onde ninguém cumpre.

O Ministro da Justiça disse que temos que dar uma questão de inadimplência social em para cada cidade que não cumpra o Estatuto, e não dá suporte aos tutelares. Precisamos rever tudo isso, porque está tudo errado. Nesses encontros nacionais sobre Criança e Adolescente, São Paulo está no ranking da vergonha. Precisamos ver isso.

Aqui falo de uma coisa concreta. Precisamos destes 15 milhões de reais que saíram publicados no Diário Oficial para Crianças e Adolescentes. Qual é o detalhamento? Onde está o dinheiro dos tutelares, da estrutura, das peruas e de outras coisas? Onde está o suporte financeiro para que a família coloque esta criança na escola, a fim de ter sucesso e permanência?

O SR. ALMIR GUIMARÃES - A Sra. Therexinha teve dez minutos para formular sua pergunta. O Sr. Secretário tem condições de respondê-la?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

PAULO: 157 do proc.
n. 776/7 de 1976

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	GRADUADO	CONDICIONARIO	CONT-APART
N-29	8	Camilo	Aud. Pública	02/12/96	ISABEL	S. HANASHIRO	Cl. Adm. Geral III

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - A Sra. Theresinha esteve na última audiência que houve aqui. Realmente, foi dito a ela que o Fupcad tinha pedido os 45 milhões de reais e a Prefeitura disponibilizou somente 15 milhões. Este valor está disponível a partir de 1º de janeiro. Além disso, consta um item específico na lei orçamentária, dizendo que o Fupcad pode ser suplementado a qualquer hora e a qualquer tempo. Temos debatido que este orçamento apresentado pelo Fupcad, no qual consta os 45 milhões, e a diretoria do fundo diz que esses recursos virão de entidades fora da Prefeitura, do Governo Federal, do Governo Estadual e de outras entidades assistenciais. Isso mesmo aconteceu. Por isso, a Prefeitura colocou os 15 milhões, recursos dela, e colocou um item específico, dizendo que se o Fupcad receber dinheiro de fora, será suplementado, imediatamente, na orçada margem orçamentária.

Isso já foi dito e espero que a Sra. Theresinha grave isso, por favor. Com relação à Fabes, ao menor carente, essa é a meta prioritária do Prefeito eleito. Isso consta na LDO, na parte de serviços, como principal item, o primeiro, que é cuidar do menor carente. Tanto é assim, que a Secretaria e a Fabes pediram, o orçamento solicitado pela Fabes ^{que} foi de 400 milhões e esse valor foi atendido.

A SRA. THEREZINHA HELENA DE ALMEIDA - Por ser tão breve para falar, é que a cidade está deste jeito. Somos chamados de sem memória e prolixos. Por isso, vou ser bem breve.

~~O senhor não me convenceu com a divisão do destino quando dinheiro, e os~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 158 de 1976
776 de 1976
n. 1
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART. HIRO
N-29	9	Camilo	Aud. Pública	02/12/96	Thereseinha	ISADEL P. S. T. HIRO Of. Adm. Geral III

conselheiros tutelares que estão aqui querem saber se vão ter a infra-estrutura das suas peruas. O Sr. Valdir, que é coordenador de finanças e orçamentos, do Conselho Municipal de direito, fez ofício e pediu esse detalhamento. As coisas vão para lá e para cá e não somos informados sobre a questão. Isso é uma caixa preta.

Quanto à questão de Fabes, estamos vendo entidades fechando, além da defasagem de coisas. Não vou discutir isso aqui, porque se refere à verba orçamentária. Estou falando sobre o Fincade. Na verba orçamentária, já deveria ter a Proasp como uma política pública, universal e permanente. Nenhum vereador quis fazer isso.

Para a criança e adolescente, o que importa são os projetos de curto prazo. Assim, vai e acaba; entra outro projeto e acaba. É assim que vou fazer o social. Esse Proasp é digno de ter uma política pública e permanente. Nós do fórum municipal chamamos um vereador sério para que veja isso, nesta cidade, e como devemos fazer.

Agora, gostaria de saber como podemos ver o detalhamento dos 15 milhões. Sabemos que há 15% de remanejamento, mas o dinheiro foi para as obras, porque não fizeram o remanejamento para se cobrir a defasagem das entidades que estão se fechando, não apenas suas portas, mas a razão social, porque estão devendo e estão sendo processadas. Logo, não existirão mais essas entidades, que estão dando suas vidas para serem conveniadas a fim de cuidarem das crianças. Há várias entidades por aí.

São Paulo não pode fazer isso. Sei que os Secretários estão ligados ao Prefeito, mas Vereadores, sejam livres e olhem para esta cidade. Há uma lei chamada



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

159 de 1996
776 de 1996
funcionário
S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
N-29	10	Camilo	Aul. Pública	02/12/96	Therézinha	S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III

lei do carna, ^{de} causa e efeito. A cidade está passando o que merece, como a violência. Isso porque não evitamos para que não aconteça isso. A maioria acha que está impune, está livre, mas não está, não. Em qualquer esquina, qualquer um está sujeito ao que possa acontecer, pelas mãos dos que não são cuidados desde pequenos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE FREITAS - Com relação à distribuição dos gastos,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 100 de 110
776 de 1996
9 Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
N30	1	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96	PAULI P. S. NASHIRO	Of. Adm. Geral III

se a senhora ~~leu~~ leu o orçamento, deveria procurar ler atentamente, porque lá consta os elementos de despesa onde serão gastos, ou seja, a Prefeitura obedece a Lei 4320, ela não pode discriminar, olha é dez vai para o perueiro, cinco vai para o Conselho Tutelar. A Prefeitura fecha o seu orçamento em 15 milhões por elemento de despesa, conforme manda a lei Federal 4320/64.

O Conselho Tutelar poderia entrar em contato com pessoal de Fabes e procurar caracterizar dentro de cada um dos elementos de despesas os gastos que serão feitos dentro desses elementos.

Com relação ao gasto com Fabes, repito, a Secretaria pediu 400 milhões e foi atendida em 400 milhões. Com relação às casas de conveniências eu tenho aqui a relação de 20 casas que foram implantadas neste ano de 96, via Proasp e a Prefeitura está atenta ao Proasp. Se não correr pelo Conselho Tutelar, correrá pela Semas, como aconteceu neste ano.

Eu estou passando ao Sr. Presidente da Comissão a relação das 20 casas implantadas neste ano, com endereço, com ~~x~~ responsável, com tudo. Então as casas de conveniências estão implantadas.

O SR. ALMER GUIMARÃES (PDT) - Tem a palavra a nobre Vereadora Ana Martins.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 161 de 162
776 de 1976
o funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	P. S. M. CONT. APARTE
N30	2	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96		

A SRA. ANA MARTINS - Sr. Secretário e Srs. Vereadores, demais participantes, acho que a angústia da Terezinha deveria ser nossa angústia, porque se somos o que somos hoje, não tivemos o tratamento que as crianças das famílias menos favorecidas estão tendo hoje e nós sabemos que os conselhos de direito e os conselhos tutelares estão vinculados à ~~Secretaria~~ Secretaria de Governo e merecem, por ~~uma~~ parte deste debate do orçamento, mais atenção, porque não adianta nós pregarmos que a prioridade é o social e não respeitarmos que hoje temos a Lei 8.069 e criança é prioridade absoluta. ~~■~~ É prioridade ~~absoluta~~ absoluta exatamente ~~uma~~ pelo fato de ser a criança e o adolescente seres que vivem numa fase de formação, vivem num período que exige um atendimento da sociedade. ~~■~~

Nós sabemos que esse programa Proasf não é um programa da administração anterior, é um programa assumido por esta administração, é um programa que foi debatido pelo Conselho de Direito e por representantes com a atual administração.

Então garantir que haja recursos para o aprimoramento desse trabalho, para ampliação desse trabalho, uma vez que não há uma diminuição do desemprego na cidade e a criança é vítima de uma sociedade que não garante emprego a todos, que não garante direitos sociais a todas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Fls. n.º 162 de 1926
776 de 1926
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
N30	3	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96	ISABEL P. S. MACHADO	Of. Adm. Geral III

as famílias que vivem na cidade. A criança é vítima.

Então acho que por parte de nós, Vereadores, precisamos ter uma atenção melhor. Se não existe esse perfil democrático por parte da administração, nós precisamos, a partir do ano que vem, unir os que querem ainda se preocupar com as crianças de forma séria e ganhar compromisso dos secretários e do novo Prefeito. Nós temos que ganhar o compromisso. Não basta ter lançado o prefeito negro, é preciso o compromisso com esses milhões de crianças negras e brancas que estão jogadas, e uma grande parcela é de negros, porque elas ~~estão~~ também sofrem a discriminação.

Então, Sr. Secretário, os recursos que estão destinados são insuficientes. O senhor disse aqui que a qualquer momento é possível suplementar, a lei permite. Então ~~que~~ que os conselheiros que estão presentes gravem o que o Sr. Secretário disse: em qualquer momento é possível suplementar. O senhor disse mais, assim como em determinados momento o ~~Semas~~ Semas foi em ~~auxílio~~ auxílio, então que o Semas já colocasse na sua programação. Isso precisaria ser uma diretriz de Governo, porque os recursos que estão destinados não são suficientes.

Quando a Terezinha ~~diz~~ diz: "E a peruã? E a perua?", ela não está querendo do senhor que coloque aí a perua, ela está querendo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 163 de 100
PAULO 576 de 1996
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	P. S. CONT. PARTE
N30	4	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96		Of. Adm. Geral III

o compromisso, porque os Conselhos Tutelares, os 20 distribuídos pela cidade, eles estão na decadência. Só tem trabalho os que estão lá por idealismo, seguram o seu trabalho ganhando 147 reais, não tem um faz à disposição, não tem funcionários administrativos e grandes dificuldades de funcionar dentro das regionais. Por quê? ~~Porque~~ Ao invés de ser algo acolhido com carinho, que todas as secretarias daquele prédio ajudam, é algo isolado, porque a concepção vem de quem governa, a concepção vem do Prefeito, vem dos secretários.

Eu me surpreendi, no meu primeiro ano como Vereadora, quando cheguei no Tribunal de Contas e os Conselheiros não conheciam o conteúdo da Lei 8.069. Eu acho que ainda existem milhares e milhões de pessoas que detêm cargos públicos e não pegaram nessa lei para estudar. Por quê? Porque ainda não se sensibilizaram que quem cuida das crianças e adolescentes está investindo no futuro, seu, da sua família e da sociedade e não só futuro daquelas crianças. Ainda não acreditam nisso, só utilizam o slogan "criança é o futuro do Brasil", ainda para pensaram direito no motivo pelo qual a sociedade não se desenvolve plenamente, respeitando todas as parcelas da sua população, não só uma minoria que já tem tudo garantido. Então acho que é uma questão de concepção também e concepção se adquire, se ganha com o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Fls. 164
n. 776 de 1996
o funcionário

ROZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
N36	11	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96	ISABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III	

convencimento de que criança e adolescente precisam ser respeitados e que as políticas públicas, saúde, educação, bem-estar social, abastecimento, tem que ter o crivo da Lei 8.069, se nós queremos construir algo de mais útil.

JOSÉ ANTONIO DE FREITAS

O SR. ~~ALMIR GUIMARÃES~~ - Eu disse e repito, as suple-

mentações ao Funcad poderão ser feitas a qualquer hora, independente de utilização dos 15%, é em suplementação livre, não interfere nos 15%.

Digo mais, não é só o Funcad, é o Semas também. Isso mostra a preocupação do Prefeito eleito com o menor carente. Essa preocupação está escrita na LDO, no primeiro item do serviço, a grande preocupação é o menor carente, por isso a Prefeitura fez constar da Lei Orçamentária as suplementações ao Funcad e ao Semas, que serão fora da margem orçamentária.

O SR. ALMIR GUIMARÃES (PDT) - Tem a palavra o nobre Vereador Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES - Primeiro, eu compreendo a revolta da Dona Terezinha. Agora, objetivamente gostaria de abordar uma questão que a Vereadora Ana Martins colocou, é lógico que isso é uma questão de concepção. Nós não podemos ser ingênuos. Isso é o Governo Maluf. Não



PROJETO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N.º 31	2	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96	ISABEL P. S. HANASHIRO	At. Adm. Geral III

adianta a gente ficar aqui, nós Vereadores, colocando a nossa revolta. Esse é o Governo Maluf. Essa é a realidade e esse é o problema. Se gastou absurdo em obras viárias, isso demmoiei aqui faz 500 anos, o túnel do Ibirapuera. Você faz uma viária que é para resolver problema de trânsito tudo bem, mas aquele túnel não resolveu nada. Com o dinheiro que foi gasto no túnel Ayrton Senna dá para construir duas mil creches, só para dar um exemplo. Então o problema é que é essa a concepção do Governo Maluf.

Esta Casa precisa ser uma casa independente, mas infelizmente não se tem ~~uma~~ comportado como tal. Eu dou uma sugestão do Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, eu acho que a gente deveria aproveitar para deliberar hoje aqui e convocar o Secretário do Bem-Estar ~~Soc~~ Social para vir discutir essas questões. ~~Discutir essas~~

Não adianta, a Dona Terezinha sabe disso, hoje vir o Secretário de Finanças e ele entrar em questões gerais de finanças. Ele entra em algumas questões e eu sou contra isso. Na semana passada nós marcamos reuniões aqui com Secretário de Obras, com Secretário da Habitação e o Secretário Freitas veio aqui e eu acho que ele nem deveria vir, porque ele tem que vir é na reunião concernente à Secretaria dele, para discutir a questão orçamentária, o macro etc. Agora, para



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Protocolo 166 de 1996
176 de 1996

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	LOCADOR	CONT. APORTE
N31	3	Marcelo	Aud; Pública	02.12.96	ISABEL	P. S. HANASHIRO Ci. Adm. Geral III

discutir o problema da criança e do adolescente tem que vir o Secretário do Bem-Estar Social, porque é ele que responde, se não não precisava ter outro secretário. Para vir discutir a questão da saúde é o Secretário da Saúde que tem que vir aqui, não o Secretário de Finanças. Essa é a questão que se coloca. No fundo a gente fica descarregando tudo em cima do Secretário de Finanças e aí é que está, é até um subterfúgio do Governo Maluf. Quem tem que vir aqui é o Secretário do Bem-Estar Social.

Eu proponho ao nobre Vereador Almir Guimarães, que tem conduzido muito bem as reuniões da nossa Comissão de Finanças e Orçamento, que deliberasse agora para ~~convocar~~ convocar o Secretário de Bem-Estar Social para vir aqui. E mais, eu acho que também o Secretário da Saúde e o Secretário da Habitação. Deveriam vir todos, mas já que a polêmica ficou em torno do PAS, mutirões e bem-estar social, nós poderíamos convocá-los, já que temos hoje cinco Vereadores da nossa Comissão, portanto temos número para deliberar, poderíamos já convocar esses secretários, porque aí ~~tem~~ o Secretário do Bem-Estar Social vai estar aqui e vai responder para Dona Terezinha. ~~Tem~~ Tem mais, eu acho que os Conselhos Tutelares, os movimentos ligados a essa área, tem que vir aqui e encher essa Casa, porque nós sabemos que política funciona na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 167
776
11/12/96
o funcionário

RODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N31	4	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96		ISABEL F. S. H. NASHIRO Of. Adm. Geral III

base da pressão. A gente vem aqui, faz ~~manifestar~~ denúncia, discute etc, mas tem que vir todo mundo. Não adianta nós da oposição brigarmos, é preciso estar lotado isso aqui e a rua. Se lotar aqui a imprensa dá notícia e o governo é preocupado com isso.

Então, finalizando, para ser objetivo poderíamos deliberar a convocação desses secretários.

O SR. ALMIR GUIMARÃES (PDT) - Eu diria ao nobre Vereador Odilon Guedes que essa discussão foi objeto na reunião ordinária da Comissão de Finanças, da qual V.Exa. exaustivamente debateu a vinda do Secretário e os Srs. Vereadores, pela sua grande maioria, acharam e determinaram seu cancelamento. Se V.Exa. pretende voltar ao assunto, que amanhã, na reunião ordinária, V.Exa. faça sua manifestação.

Eu diria aos presentes e aos nobres Pares que segundo o nosso entendimento, nos parece que foi preenchido e foi dada oportunidade a todos aqueles que aqui quisessem se manifestar sobre a peça orçamentária e assim sendo, não havendo mais ninguém inscrito para falar sobre o problema do orçamento da Cidade...

Tem a palavra a Sra. Terezinha para dar seu informe e encerraremos os trabalhos a seguir.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

108 1100 1100 30
776 de 1996

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
N31	5	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96	ISABEL P. S. H. NASHIRO Of. Adm. Geral III	

A SRA. TEREZINHA (Longe do microfone - Dificuldade para ouvir)

Esta programado para encher a Casa é no dia cinco ... 9h30min para discutir a questão do orçamento delas... no 8º andar... e as crianças.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Nós agradecemos o informe da Dona Terezinha. Os Srs. Vereadores que queiram se manifestar e participar deste evento, ficam convidados para o dia cinco.

Sr. Secretário, V.Exa. terá alguns minutos finais ~~para~~ para suas considerações e a partir daí daremos por encerrada nossa audiência pública no dia de hoje.

A SRA. ANA MARTINS - ~~Resposta~~ Sr. Presidente, queria ~~pedir~~ pedir licença, porque vou me retirar. Gostaria de agradecer a presença do Secretário e insistir em ~~que~~ que não deveríamos perder a importância do debate, da discussão, da participação, mas preciso me retirar, por isso peço licença. Obrigada.

O SR. ALMIR GUIMARÃES (PDT) - Tem a palavra o Sr. Secretário, Dr. Freitas.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Mais uma etapa vencida. Es-

~~pero ter, dentro do possível, respondido aos questionamentos feitos, lem-~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

PRIMEIRO 169 de 170
nº 776 de 1976

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT. APART.
N31	6	Marcelo	Aud. Pública	02.12.96		ISABEL Of. Adm. Geral III	P. S. HANASHIRO

brando sempre que foi uma audiência pública geral, não foi específica e me coloca, lá na Secretaria, à disposição para eventuais convocações. Estarei sempre à disposição para prestar os esclarecimentos que forem necessários.

Muito obrigado.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Sr. Secretário, Dr. José Antonio de Freitas, ~~seus~~



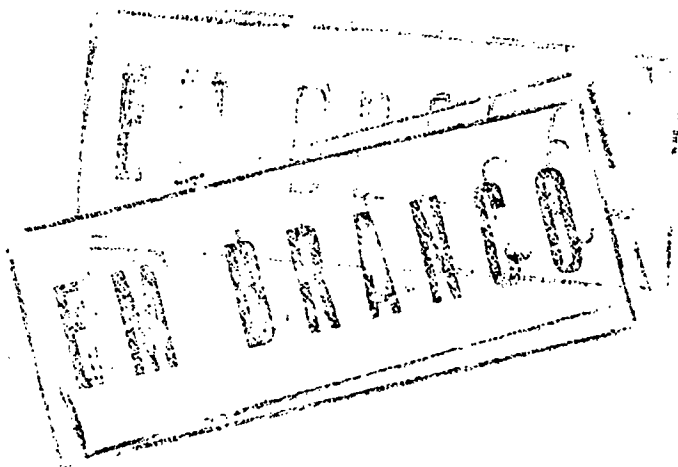
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 170 de 175
736 de 1096
a funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
N32	1	Marcelo	Aut. Pública	02.12.96	ISABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III	

nobres Vereadores Ana Martins, Edson Simões, Vicente Viscome, Odilon Guedes e José Índio, nós agradecemos a presença de V.Exas. e acreditamos que após esta audiência pública, segunda e última, para discussão da peça orçamentária, o Sr. Relator, nobre Vereador José Índio Ferreira do Nascimento, já tem condições e já está em condições de elaborar o seu parecer, para que o mesmo seja submetido a votos e fique, segundo o Regimento e a Lei Orgânica, na pauta das sessões ordinárias, para receber as respectivas emendas, porque nós temos o dever de aprovar este orçamento até o dia 30 de dezembro deste ano.

Assim sendo, agradecemos a presença de todos e damos por encerrados nossos trabalhos no dia de hoje.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado(s) nesta data (seu) (seus) rubricado(s) sob n.º 123 e livro de registro sob n.º 08/12/96 a 12/12/96 a 12/12/96

Of. Adm. Geral III



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 171
n.º PL 876 de 19 96
funcionário

Sr. Presidente:

Tendo em vista a falta de tempo hábil para maiores estudos sobre a matéria, e diante do esgotamento do prazo regimental para elaboração de relatório, encaminho-lhe o presente processo para prosseguimento de sua tramitação, conforme determina o art. 64 do Regimento Interno.

Em 06, 12, 1996.

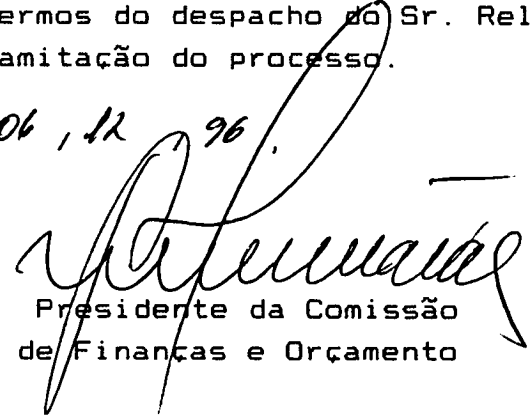

RELATOR

Sra. Secretária:

Nos termos do despacho do Sr. Relator, determino o prosseguimento da tramitação do processo.

Em

06, 12, 1996.


Presidente da Comissão
de Finanças e Orçamento

A A.T.M.

Em, 06/12/90


ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE, juntado nesta data papel p/ informação documento rubricado sob

fôlha n.º 172-174/02/05/01


SILVIO A. COSTA
Assist. Téc. Dir. IV



Prefeitura do Município de

RECEBIDO NA A: T. M:
n 10, 04, 01
às 17:10 horas

Folha 173 de 173
n.º 376 de 1996
Assinatura: [assinatura]

GABINETE DO PREFEITO

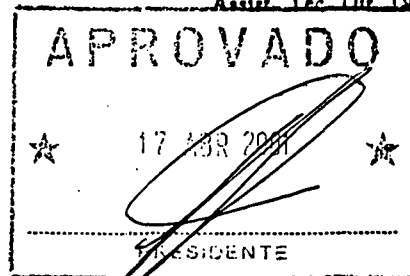
São Paulo, 10 de abril

de 2001
SILVIO A. COSTA
Assist. Téc. Dir. IV

Ofício A. T. L. n.º

15 - DDCREC
15-0043/2001

044/01



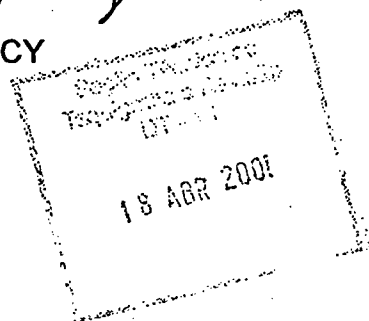
Senhor Presidente

No intuito de proceder ao reexame de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal de São Paulo e que, até o presente momento, ainda não contam com a aprovação dos membros dessa Casa, solicito a Vossa Excelência a retirada e o conseqüente arquivamento das proposições relacionadas na anexa peça, por mim rubricada e parte integrante deste ofício.

Na oportunidade, renovo protestos de elevado apreço e consideração.

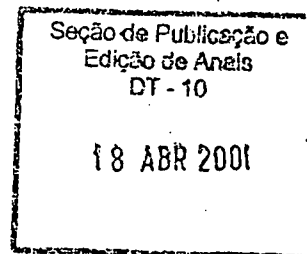
[assinatura]

MARTA SUPLICY
Prefeita



Ao Excelentíssimo
Senhor José Eduardo Martins Cardozo
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

JAM/rmn
Ret1



174
Folha n.º 173 de 174
n.º 776 de 1996
SILVIO A. COSTA
Assist. Téc. Dir. IV

ANEXO AO OFÍCIO ATL. Nº

044/2001

PL

EMENTA

1. 374/96

Disciplina a venda de tintas "spray" no Município de São Paulo, e dá outras providências.

2. 331/99

Altera a Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, modificada pela Lei nº 10.236, de 16 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, e dá outras providências.

3. 340/00

Dispõe sobre a criação das Subprefeituras no Município de São Paulo; estabelece o plano de implantação das mesmas, altera atribuições; propõe a transferência gradual de órgãos da Administração Municipal, e dá outras providências.

4. 420/00

Altera dispositivos da Lei nº 11.715, de 3 de janeiro de

26

175
Folha n.º 174 de 99 de pros.
n.º 776 de 19 96
[Assinatura]

SILVIO A. COSTA
Assist. Téc. Dir. IV

2

1995, que dispõe sobre a reorganização do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana da Prefeitura do Município de São Paulo, e dá outras providências.

5. 44/99

Altera a denominação e as atribuições da Secretaria das Administrações Regionais, e dá outras providências.

6. 776/96

Dispõe sobre o Plano Plurianual 95/97.

7. 20/96

Dispõe sobre concessão administrativa de uso de área municipal situada à Rua Antenas nº 1, Vila Califórnia, à Ação Social "Padre Paschoal Bianco", e dá outras providências.

8. 274/98

Dá nova redação ao artigo 14 da Lei nº 11.039, de 23 de agosto de 1991, e dá outras providências.

9. 621/94

Aprova plano de alinhamento em Vila Maria, e dá outras providências.

10. 798/93

Autoriza remissão de dívida da Secretaria de Estado da Saúde, e dá outras providências.

[Assinatura]

176
Folha n.º 175 de 90 de pro.
n.º 776 de 19 96
SILVIO A. COSTA
A. de T. Dir. IV

3

11. 546/93

Autoriza aos servidores municipais de vigilância a utilização do Código Sanitário Estadual, e dá outras providências.

12. 446/98

Dispõe sobre a constituição da Companhia Municipal de Ativos, e dá outras providências.

13. 733/95

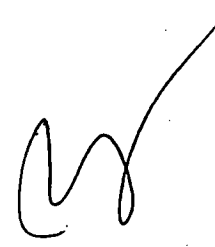
Concede isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre imóvel integrante do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês, e dá outras providências.

14. 629/99

Dispõe sobre o afastamento de funcionários ou servidores da Administração Direta ou Autárquica, eleitos dirigentes sindicais ou classistas.

JAM/rmn

Anexo Ret1





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº *= 176 = digo 177*

do processo nº *776* de *1996* / *02* / *05* / *01* (a) *SA*

SILVIO A. COSTA
Assist. Téc. Dir. IV

À LEG.3
Senhora Chefe:

Para as providências que se fizerem
necessárias.

02.05.01

Breno Gandelman
BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe
A. T. M.

RECEBIDO EM LEG. 3

04/05/01

Sra. Kathya,

Oficiar ao Executivo comunicando a retirada e o
consequente arquivamento do presente.

04/05/01


ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica IV

Sra. Chefe,

Oficiado, conforme solicitação de V. Sa..

04/05/01


KATHYA REGINA MORALES DE SOUZA
Assistente Parlamentar

SEQUE  justado 5, nesta out.
documento 5, e para a informação
publicado 5, aos 10/5/01, no 178/105
Em 10 105/01


DENISE A. E. OLIVA
Assistente Parlamentar



Folha n.º 178 do proc.
N.º 776 de 1996
O funcionário DENISE M. B. OLIVA
Assistente Parlamentar

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, 08 de maio de 2001.

18 - OF-LEG3
OFÍCIO N.0252/2001

Senhora Prefeita,

Comunico a Vossa Excelência a retirada e o conseqüente arquivamento do Projeto de Lei nº 776/96, de autoria do Executivo, que dispõe sobre o Plano Plurianual 95/97, conforme solicitação contida no Of. ATL nº 44/01, de 10 de abril do corrente, numerado nesta Casa como DOCREC 15-0043/2001.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
Doutora Marta Suplicy
Digníssima Prefeita do Município de São Paulo.

ABA/krms



Folha n.º 179 do proc.
N.º 776 de 96
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, 09 de maio de 2001.

Recebi ofício Leg.3 n.º 252, de 08.05.2001, comunicando à Senhora Prefeita a retirada e o conseqüente arquivamento do Projeto de Lei n.º 776/96, de autoria do Executivo, conforme solicitação contida no Of. ATL n.º 44, de 10 de abril do corrente, numerado como DOCREC 15-0043/2001.

RECEBIDO
SGM/ATL

10,05,01

ANA LUIZA LAGES TORRES FERREIRA
SGM

BRENO GANDELMAN

Assessor Tec. Legisl. Chefe.
A.T.M.

Ao Sr. Assessor Téc. Leg. Chefe:
Tendo em vista o acerto de numeração de fls. 155 a 172, realizado pela Comissão de Finanças e Orçamento, providenciadas as adequações de folhas pertinentes a esta Assessoria.

21.5.2001

Solange Raimone dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801

Ao DT.4 – Sra. Chefe:
Arquivar o presente processo.

21.5.2001

BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Legisl. Chefe.
A.T.M.

DE DOCUMENTO
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO

Proc. SECRETA Nº

170

fls.

Arquivo em

22-5-2001

U. nº

LINA ANGELICA MARRA GUMASKAS

LOQUINHOZ - RF 100.927

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº

Em/...../.....

(a)